

O MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA ANUNCIA A CRIAÇÃO DO COLÉGIO PORTUGUÊS DAS ARTES

movimento

de cultura portuguesa

57

Directores: ANTÓNIO QUADROS e FERNANDO MORGADO

INTEGRAÇÃO EUROPEIA OU INTEGRAÇÃO PORTUGUESA?

Perante o anúncio de negociações acerca da eventual participação de Portugal no Mercado Comum Europeu, os portugueses conscientes do que é, significa e vale a sua pátria interrogam-se sobre o sentido positivo que poderá ter a adesão portuguesa a tal movimento e sobre a possibilidade de coordená-la com uma integração nacional.

Em que medida era legítimo o dilema que nos foi posto — Associação Europeia do Comércio Livre ou Mercado Comum?

Até que ponto é possível e razoável coordenar ou subordinar uma integração nacional, de índole e âmbito necessariamente transcontinentais e transeuropeus, a ilusórios e abstractos arranjos ocasionais, que, em nome de um continentalismo sempre negado e transcendido pelo pensar e agir lusitadas, pela superior missão portuguesa no mundo, pretendem desconhecer ou negar a sagrada verdade das pátrias?

Em que medida a integração europeia, nos termos em que está a processar-se, poderá pôr em perigo a nossa independência política ou a nossa autonomia cultural, a unidade essencial da pátria portuguesa e a sua específica configuração?

Como será possível a povos de tão diversas estruturas étnicas, políticas e sociais, com tão diferentes costumes, línguas, culturas, filosofias e cultos integrarem uma unidade que não seja conseguida por um nivelamento pela linha do comum mediocridade ou pelo domínio descoracterizador dos economicamente mais fortes?

Que velados imperialismos ou potenciais hegemonias económicas, políticas e culturais movem os principais países criadores do mercado comum europeu?

São em verdade dilacerantes os dilemas com que nos debatemos na hora presente. Se, por um lado, tudo devemos fazer pelo desenvolvimento da economia portuguesa, por outro lado, os nossos irmãos de Angola ou Moçambique, perguntam se acaso a economia portuguesa é unicamente, ou até majoritariamente europeia. Como será possível a integração económica com países que, politicamente, se têm recusado a aceitar a nossa tese (tese que está muito para além da política), de que Portugal não é só uma nação europeia, mas também africana, asiática e oceânica? Nesta breve nota, não apresentamos evidentemente qualquer solução, mas apenas pomos algumas questões cruciantes, que os portugueses gostariam de ver esclarecidas, embora compreendam a sua complexidade.

Por despacho ministerial de 22 de Janeiro de 1962, foram aprovados, por Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, os Estatutos do

COLÉGIO PORTUGUÊS DAS ARTES

Esta associação cultural, novo órgão do MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA, «tem por objectivo promover a valorização das artes e da cultura portuguesas, bem como propiciar, entre os seus associados, uma ampla troca de ideias».

A designação de COLÉGIO PORTUGUÊS DAS ARTES, escolhida de acordo com a tradição nacional, não implica o intuito de organizar um estabelecimento de ensino, ou uma instituição de carácter pedagógico. Para fugir à terminologia abstracta e internacional, escolheu-se um título que, derivado do verbo coligir, signifique a intenção de reunir pessoas interessadas em defender os valores espirituais e tradicionais da arte e da cultura portuguesas. Os objectivos unicamente culturais do COLÉGIO PORTUGUÊS DAS ARTES, têm como fim a organização de exposições, conferências e outras actividades similares, dentro dos princípios patrióticos que animam os seus organizadores.

Assim, o COLÉGIO PORTUGUÊS DAS ARTES propõe-se, além dos ciclos de Iniciação Filosófica, Estética e Cultural, a iniciar imediatamente, a organização do

MUSEU DE ARTE MODERNA DE LISBOA

cujá existência se impõe, e para o qual se contam desde já com algumas dezenas de obras dos artistas plásticos modernos mais representativos, desde os princípios do século até hoje.

Igualmente, o COLÉGIO PORTUGUÊS DAS ARTES envidará todos os esforços para a realização de dois grandes certames artísticos:

A BIENAL NACIONAL DE LISBOA E A BIENAL INTERNACIONAL DE LISBOA

A primeira, terá por objectivo a reunião e exposição em Lisboa de obras de arte da autoria de artistas portugueses de todas as províncias, metropolitanas e ultramarinas, satisfazendo a necessidade de um mais íntimo e real intercâmbio cultural de todos os povos de Portugal.

A segunda, destina-se a chamar a Lisboa os mais representativos artistas nacionais e estrangeiros, de modo a dinamizar o nosso ambiente cultural.

Para a realização de qualquer iniciativa, de primordial importância para a cultura portuguesa, o COLÉGIO PORTUGUÊS DAS ARTES espera contar com o apoio das entidades oficiais e particulares, mais directamente interessadas em manifestações deste género.

As comissões encarregadas de estudar, organizar e orientar esta e outras iniciativas do COLÉGIO PORTUGUÊS DAS ARTES, iniciarão dentro em breve as diligências necessárias, para a consecução destas realizações.

O «Movimento de Cultura Portuguesa — 57», ao dar hoje a público a notícia da criação do C. P. A., convida todos os seus leitores, que há já cinco anos nos honram com o devotamento à nossa causa, a apoiarem, na medida do possível, estas e outras iniciativas, cuja finalidade, é, em suma, a do engrandecimento da Pátria Portuguesa.

EUROPA OU PORTUGAL? QUE EUROPA? QUE PORTUGAL?

Fáceis, demasiado fáceis se tornam todos os problemas para os que escolhem uma abdicação de que têm ou não têm consciência. Alistamento ou empenho consciente é o dos que, num passo único e decisivo, entregaram a sua liberdade reflexiva e actuante ao directório de um estado, de um partido, de uma instituição, de que recebem instruções e que lhes abrem o caminho, assim resolvendo artificialmente (mas comodamente), a angústia e a perplexidade perante o drama do pensamento e da acção. Alistamento ou empenho inconsciente é o dos que, com maior ou menos lentidão, se integram por preguiça mental, nas correntes sociais ou intelectuais dominantes, apoiadas por formas de propaganda maciça, e que também se chama técnicas de aviltamento, procedendo pois a uma transferência de poderes: o indivíduo anula-se perante o número, a quantidade, a massa, a sociedade. Quando julga reflectir, apenas reflecte o reflexo, ignorando as intenções e os objectivos que verdadeiramente promoveram a eclosão no mundo, de determinadas correntes e desconhecendo também os meios usados para as divulgar e impor.

Apoderando-se do ideal da universalidade, Estados, Nações, Consórcios, Monopólios, Partidos, Ideologias, Instituições de variados géneros, desde o laico ao religioso, desde o socialista ao plutocrático, exercem uma contínua actividade sofisticada e corruptora de palavras e ideias, com o sentido pragmático de atingir o total poder sobre os homens, eliminando a individualidade exótica e exercível das pessoas, movimentos ou focos susceptíveis de assumir heterodoxia e desfanatização.

Se algum mérito teve o «57» e o movimento de filosofia e cultura em que radicou, foi porventura o de defender um pensar livre, um filosofar libertado, um reflectir independente, desvinculado a razão do estatuido, do instituído ou do dirigido, para melhor a articular a princípios e fins representativos do verdadeiro dinamismo.

Difícil, perigoso, incerto é abordar os problemas portugueses a partir da raiz, pondo de parte as infiltrações claras ou ocultas da alheia vontade de poder. Tentá-lo-emos porém mais uma vez, através de uma série de artigos acerca de um conflito crucial a que não se tem prestado a necessária atenção. Conflito que não é novo, ele está em nosso entender, na origem das maiores dificuldades por que passou a pátria portuguesa no decurso dos últimos séculos. Ciclicamente, ele reproduz

(Continua na 13.ª pag.)

SESSENTA ANOS DE AUTONOMIA CULTURAL E INDEPENDÊNCIA POLÍTICA

A articulação da independência política de um país à sua autonomia cultural, implícita no quadro filosófico que apresentamos ao pensamento esclarecido dos nossos leitores, é uma realidade evidente para quem se detenha a meditar no problema das pátrias. Não há Constituição, não há Partido, não há Governo, não há Exército capazes de resistir por mais do que um limitado período de tempo, às forças de divisão provocadas pela adopção de doutrinas estrangeiras, em luta contra ideias, tradições e leis de fundamento nacional. Tarde ou cedo este desencontro explode em situações de guerra civil, de anestesiada passividade popular ou de estéril adiamento vital. Pode mesmo surgir um condicionamento no qual a autonomia política, artificialmente sobreposta a formas de servidão cultural a doutrinas alheias, expressas num desenraizado sistema de ensino público, apenas se mantenha para proteger os interesses de uma minoria. Nestes casos, ainda é a sabedoria popular, inconsciente, mas guardando a memória de arcanos sagrados da pátria, quem garante o assomo de vitalidade, impeditivo da completa decomposição.

Esta sabedoria popular, desacompanhada, porém, da reflexão filosófica e da actualização cultural, simplesmente suscita uma defesa emocional e sentimental de certos valores pátrios, não atingindo portanto o nível criador da filosofia do direito, sem a qual a independência política não tem conteúdo ideológico e expressivo.

I DÉCADA — 1900-1910

Oferece um vasto campo para meditação, precisamente neste último aspecto, o caso de Teófilo Braga, que pode considerar-se o pensador mais influente na doutrinação da República e no rumo positivista que veio a tomar, mau grado as elaborações filosóficas e poéticas dos doutrinários igualmente influentes na mudança do regime, os dois outros vértices do triângulo, Sampaio Bruno e Guerra Junqueiro.

Há em Teófilo Braga uma dialéctica íntima da alma e da razão, bem expressa nas suas «Soluções positivas da política portuguesa» e principalmente na sua «História da Literatura Portuguesa». Se, por um lado, o pensador defendeu e propugnou por virtudes anímicas e morais como o patriotismo, o tradicionalismo dos costumes ou os valores cristãos imanentemente considerados, por outro lado aceitou e introduziu no nosso país uma doutrina estrangeira, o positivismo, que, na sequência da sua institucionalização, seria o inevitável dissolutor daquelas mesmas virtudes, anímicamente radicadas. O sentimento da pátria não pode manter-se sem a razão da pátria. Por outras palavras, não há política portuguesa, nem literatura portuguesa, isto é, sem uma meditação livre e autónoma da antropologia e da estética, do carácter do nosso povo e das caracte-

OS PENSADORES DOMINANTES	DÉCENIOS	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS CULTURAIS E POLÍTICOS CORRESPONDENTES
Teófilo Braga Sampaio Bruno Guerra Junqueiro	1900-1910	Hegemonia das nações anglo-saxónicas; anti-clericalismo, preparação intelectual da República.
Leonardo Coimbra Teixeira de Pascoais Fernando Pessoa	1910-1920	I Guerra Mundial e revolução socialista; crítica à República positivista; criação da Faculdade de Letras do Porto.
António Sérgio Raul Proença António Sardinha	1920-1930	Advento dos nacionalismos políticos; predomínio da sociologia; preparação doutrinária do Estado Novo.
Cabral de Moncada Sant'Anna Dionísio Fidelino de Figueiredo	1930-1940	Guerra Civil Espanhola; Constituição hegelina de 1933: Corporativismo e Política de Espírito; Concordata com a Santa Sé.
Delfim Santos Augusto Saraiva José Bacelar	1940-1950	II Guerra Mundial e criação do democratismo internacional (O. N. U. e U. N. E. S. C. O.); comemoração dos Centenários da fundação da Nacionalidade; propositura do problema da filosofia portuguesa.
Alvaro Ribeiro José Régio Agostinho da Silva	1950-1960	Dialéctica Este-Oeste e luta pela hegemonia das ideologias sialista ou democrática em África e na Ásia; esforço de definição da unidade nacional; movimento da filosofia portuguesa.
José Marinho	1960-1970	Actualização da dialéctica Este-Oeste em relação ao espaço português supra-continental.

rísticas da nossa arte. É certo que o pensamento positivista reclama a universalização dos seus postulados, mas já se torna hoje mais claro este fenómeno de colonização cultural, que consiste em dar foros de internacionalidade a uma teoria radicalmente nacional, ou seja, deduzida das iluminações e dos erros de uma localizada cronologia filosófica.

A instauração em Portugal de um sistema político e pedagógico derivado do pensamento de Augusto Comte e dos seus discípulos, maculou a República de uma série de erros de que ainda hoje sofremos e, pode dizer-se, provocaram, desde então, um estado latente de guerra entre os portugueses. Ao valioso patriotismo sentimental de Teófilo Braga, não correspondeu, pois, um patriotismo espiritual, carência esta que se esforçaram por preencher um Bruno e um Junqueiro.

Profundamente anti-positivista, mórmente no segundo ciclo da sua vida de escritor, Sampaio Bruno compreendeu que a República, para a qual tanto tinha contribuído, se perderia se não fosse dotada de intuítos espirituais e religiosos. Assistimos, por conseguinte, ao esforço extraordinário e mal compreendido de um homem tentando conciliar a pátria com a religião, tocando mesmo a heterodoxia para centralizar no próprio espírito nacional a procura do sagrado. Subordinando a antropologia à filosofia em «O Encoberto», e subordinando a filosofia à teologia em «A ideia de Deus», Bruno exprimiu sibilamente e mais por implicação do que por explicação, o messianismo futurista que caracteriza o povo português e poderia efectivamente dar conteúdo espiritual ao conteúdo abstracto da fórmula republicana.

Mais próximo de Bruno do que de Teófilo, Guerra Jun-

queiro não foi apenas o poeta anti-clerical e anti-romano de «A velhice do padre eterno»: em «A Pátria» revelou com impressionante acuidade e através da retórica mais adequada à mentalidade da época, todos os momentos da nossa história em que precisamente a independência política entrou em crise devido à falta de autonomia cultural dos nossos príncipes e das nossas elites, isto é, devido à degenerescência de uma hierarquia que se torna fictícia quando as arquijs já não garantem as situações de mando. Como o Bruno da «Ideia de Deus», o Junqueiro das «Orações» e de «A unidade do Ser», procurou caminhos próprios para a religiosidade portuguesa, assim afirmando a tese de que uma verdadeira pátria não é de direito natural ou de direito positivo, mas de direito divino, sendo pois apta a receber iluminação própria, aquela que o poeta invoca na magistral «Oração à luz». A propósito se lamenta que continue por publicar, devido ao que parece à opinião suspeita de funcionários da Universidade, o livro «A unidade do Ser».

II DÉCADA — 1910-1920

Foi, todavia, o positivismo de Teófilo Braga e não o espiritualismo de Bruno ou Junqueiro que, devido ao apoio dos principais grupos políticos, animou as instituições republicanas, desde as políticas as pedagógicas. Entramos conseqüentemente numa década da vida portuguesa em que, não havendo acordo quanto aos princípios superiores que devem conduzir um povo, se ensina que não há princípios superiores. E, politicamente, o estado de guerra entre os partidos, onde imperam homens educados na década anterior, ainda com resíduos de uma doutrina hesitando entre

positivismo e espiritualismo; e pedagogicamente, a afirmação de ordem e progresso, que pretende plasmar uma sociedade na mediocridade intelectual e na indigência espiritual, ambas ficticiamente resgatadas nos ideais materialistas do trabalho, da técnica e da aquisição de riquezas pela indústria.

O pensamento especulativo e poético é neste período representado pelos herdeiros daquelas sementes implícitas na obra de Bruno e Junqueiro, reunidos em torno de um movimento cultural, a «Renasença Portuguesa» cujo órgão literário foi, como se sabe, «A Águia».

Em luta aberta contra as instituições positivistas da República, foram no entanto republicanos Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoais e mesmo Fernando Pessoa, embora declarando este a natureza aristocrática da sua república ideal.

Com «O criacionismo», «A Alegria, a Dor e a Graça» e «A luta pela imortalidade», entre outros livros, Leonardo Coimbra realizou a síntese do cristianismo e do que chamou «a cultura nacional humana», edificando o seu sistema criacionista sobre a liberdade do espírito, liberdade esta cuja autenticidade garantiu na reforma pedagógica que tentou realizar. Herdeiro de uma tradição liberal, com os seus pontos altos em Garret e D. Pedro V, foi Leonardo o único que, ao longo de sessenta anos, logrou fazer estremecer a engenharia positivista do nosso ensino. A sua Faculdade de Letras do Porto fica como exemplo magnífico do que pode ser uma verdadeira educação universitária.

Também Teixeira de Pascoais compreendeu que não existe Portugal sem filosofia de Portugal, mas o seu método foi diferente. Se Leo-

nardo Coimbra pensou em projecção do imanente no transcendente, no caminho do finito criacionismo humano para o infinito criacionismo divino, Teixeira de Pascoais, mais naturalista, procurou a transcendência na alma popular e no seu génio. Enquanto Leonardo criou uma filosofia, Pascoais exprimiu a filosofia popular de Portugal, implícita na língua, na história e no sentimento: assim, em livros como «A arte de ser português», «Os poetas lusíadas» e «O génio português na sua expressão», poética, filosófica e religiosa, quis-se o intérprete do saudosismo lusíada e procurou modificar à sua luz as instituições positivistas.

Fernando Pessoa, por último, foi, nos ensaios de «A nova poesia portuguesa», o sintetizador de todas estas tendências e correntes de pensamento. Pode dizer-se que a sua teorização do transcendentalismo panteísta abarcou todas as instituições filosóficas e religiosas, menos heterodoxas do que sequiosas de liberdade espiritual, que afloravam no messianismo de Bruno e Junqueiro, no criacionismo de Leonardo e no saudosismo de Pascoais. Mais tarde, Fernando Pessoa expressaria as suas próprias teses, convergentes com as dos seus antecessores, mas utilizando armas mais agressivas contra a mediocridade dos nossos positivistas e metafísicos. Seu companheiro, Raul Leal iria desenvolver, ao longo destas décadas, um perturbante pensamento paracletista, onde as grandes iluminações e as ideias fogosamente expressas anunciam uma filosofia não facilmente apreensível, mas vinculada a uma visão cuja transcendentalidade está sempre presente, embora irredutível a conceitos puramente positivos e racionalistas.

III DÉCADA — 1920-1930

Como era inevitável, o ensino positivista produziu os seus frutos, quando os pensadores deixaram de se preocupar com o movimento para a verdade, declarando-a sem prova como pertencendo unicamente à esfera das aparências. Nestas condições, a filosofia demite-se perante a ciência positiva e, eliminando-se o pensamento gnóstico, a gnosologia, a razão é transformada em mera actividade sistematizadora do disperso saber científico, ficando pois dependente de uma análise do mundo sensível, cujo termo não poderá nunca atingir-se. Este tipo de racionalismo a-gnóstico ou a-gnóstico leva naturalmente os seus adeptos a uma transferência para outros campos mais limitados, quais sejam os da teorização sociológica, política ou técnica.

O mais notável pensador deste período foi, pela intensidade emocional e pela persistência das suas campanhas, António Sérgio que, nos «Ensaícos» e na revista «Seara Nova» lançou o ataque ideológico contra todos os espiritualistas e transcendentalistas de que atrás falámos, baseado na ideia de que, sendo o objecto da razão apenas a realidade

(Continua na 11.ª pag.)

OS TRÊS PROBLEMAS PORTUGUESES

FILOSOFIA, HISTÓRIA E FUTURO DA PÁTRIA

57

Folha independente de cultura

Ano V — N.º 11 — Junho de 1962

POR
ANTÓNIO QUADROS

Em nosso entender e segundo a nossa análise, a problemática portuguesa, dia a dia mais grave e agravada pelo curso dos acontecimentos e pela acção dos homens, tem sido encarada à esquerda e à direita, não nas suas determinações essenciais e profundas, mas nas suas manifestações exteriores e, por assim dizer, epidérmicas. As soluções preconizadas para os problemas, são pois de ordem política ou jurídica. Diversas podem apresentar-se quanto ao conteúdo, diversas e até aparentemente antagónicas. Mas raramente se compreende a que ponto elas se identificam, precisamente por se defrontarem no terreno comum da acção política e do seu suporte legislativo. Ora é este terreno comum que exactamente contestamos e pomos em causa. Há quatrocentos anos que, entre nós, mudam os regimes, as estruturas e as forças dominantes, na exterioridade das suas ideologias, mas na realidade pouco ou nada se modificou o tipo de estatismo em que pantanosamente mergulhamos.

É isto porque o nosso pensamento político, há quatrocentos anos que não é criador, mas aderente. Queremos dizer que, incapazes de criar doutrina política, necessariamente derivada de uma filosofia e de uma visão do mundo, os nossos políticos se limitam a lutar pela adesão do país a esta ou aquela doutrina, forjada por outros a partir de circunstâncias históricas ideológicas e sociais inteiramente diversas das nossas. Qual o partido político que, nos últimos séculos, pôde ou soube postular uma teoria própria e original? Portugal é pensado como um pequeno e triste astro sem luz própria, reflectindo a sombra e o sol dos outros, e por isso, todos os nossos movimentos de reacção e acção, sejam a Contra-Reforma e o Iluminismo, sejam o Absolutismo e o Liberalismo, sejam a Monarquia Constitucional e a República, sejam as outras teses e antíteses que se lhes seguiram, tiveram de comum, a ideia concordante da menoridade da pátria, incapaz de teorizar pelas suas próprias vias, sistemas de filosofia, de educação e de política.

Qualquer das correntes atribuiu e atribui a sua falência, por vezes espectacular e trágica, à actividade das correntes contrárias. Mas é chegado o momento de consciência, é chegado o momento de ver mais longe e mais fundo. É para uma lucidez, que não se coaduna com interesses criados e com filiações pragmáticas, que desejamos contribuir, com este ensaio de prospeção filosófico-política, que, demais o sabemos, não pactua com o turbilhão de impulsos divergentes, volteando avidamente sobre o cadáver adiado.

É porque é chegado o momento? Porque se está atingindo muito provavelmente um limite. Porque, talvez sem darmos por isso, estamos já do outro lado de uma fronteira. O presente ensaio liga-se aliás, por uma patente linha de continuidade, ao que foi a orientação expressa do «57» nos últimos quatro anos, e particularmente aos Manifestos que apresentaram a público este ponto de vista novo e escandaloso: um ponto de vista português sobre os problemas portugueses. Ora estes problemas andam de tal forma obscurecidos por ambiguidades artificiais, o drama consequente é de tal modo menorizado por proposições sentimentais e volitivas, o essencial é tantas vezes ocultado pelo acessório, que a maioria das pessoas cada vez sabe menos o que há-de pensar, quando não se encontra filiada em qualquer organização que por eles pense.

A pequena política é a grande dissolutora das mais belas e verdadeiras ideias humanas, porque não quer reconhecer a hierarquia dos problemas e a lógica das relações entre o menor e o

maior. Assim, a mediocridade é o plano em que se agita, o superior é arrastado ao nível do inferior, as mais fecundas concepções filosóficas são degradadas em nome dos interesses imediatos, circundantes, egoístas e pragmáticos. Crescem os actos puramente utilitários, as atitudes provincianas, as ilusões utópicas, os partidanismos irreflexivos, as subordinacões confessas ou inconfessadas, e é tudo isto, toda esta gama de detritos provindo de ideias e crenças moribundas, que está alimentando e envenenando um número majoritário de portugueses.

Não será todavia possível clarificar um pouco uma problemática tão perturbada e caótica? Não será possível reconduzir tal problemática ao cerne de um problema essencial e crucial? Sim, é o problema da pátria, que por sua vez se ramifica e hierarquiza em outros problemas que lhe estão indissolúvelmente ligados.

A pátria. Não é a nação que está fundamentalmente em causa. Não é a sociedade. Não é a comunidade natural. Há muitas nações, muitas sociedades, muitas comunidades, mas são poucas e raras as pátrias. Um dos erros abissais do pensamento não qualitativo que presidia à fundação da O. N. U., foi equiparar as simples nações, que são meras sociedades políticas, às nações-pátrias, em que a estrutura social, implícita ou explicitamente, derivam de uma filosofia ou de uma tradição filosófica que a todo o instante a alimenta, dinamiza e lança para o futuro, em busca da mais alta realização arquetípica.

Verdadeiramente, é o paradoxo da pátria, que constitui o mais profundo problema português, na medida em que os nacionais do nosso país se encontram perpetuamente dilacerados perante opções que, cada vez com maior insistência e acuidade, lhes são postas. Dir-se-ia que os portugueses — durante um longo período de alguns séculos — perderam a capacidade de decisão. A posteriori se verifica, tal é o que exprime a história portuguesa a partir do século XVII até aos nossos dias, a posteriori se verifica, dizíamos que a decisão tomada não fora a que se coadunasse com o vero movimento ascensional da pátria, da pátria, que, não o esqueçamos, é menos um absoluto, do que um microcosmo laboratorial da humanidade. A decisão portuguesa tem sido efectivamente, mesmo quando transportando em si um impulso patriótico, uma como que decisão cindida.

Sem dúvida, esta situação trágica, mas ao mesmo tempo promissora, porquanto nunca joga o nosso espírito inteiro num só e porventura decepcionante caminho, inspirou ao filósofo José Marinho, a sua interpretação da realidade como cisão pura. Cisão do ótico, cisão do humano, cisão do divino, mesmo.

Ora a pátria portuguesa se explicitamente, ser de cisão, é também, implicitamente, movimento, dinamismo, razão agente, trans-histórica, ideal, radicação misteriosa num princípio de causa cisiva e separativa, mas de objecto reintegrador. Desdobrando o problema genérico da pátria nos três problemas particulares que o configuram, especialmente na hora presente, nós acreditamos contribuir para que a recuperação do movimento venha a transcender a dramaticidade da cisão extrema dos portugueses em relação a si mesmos. Certo está partir de uma verdade que é ambiguidade, paradoxo e cisão, mas mais certo ainda é acreditar no dinamismo

espiritual que pode, sendo resolver totalmente, pelo menos transformar decisivamente essa verdade imediata

PRIMEIRO PROBLEMA: FILOSOFIA E PÁTRIA

A força da realidade pátria, força que desce do plano intelectual ao plano sentimental, que transparece nas determinações inconscientes, quando a consciência deixou de pensar, a força e a profundidade da sua objectivação nos homens, é, por isso, porque é influente e interior em cada um, sistematicamente desviada, aproveitada, canalizada, atraída, pragmatizada. E assim, a política apodera-se da ideia da pátria, desvirtua o seu significado e adapta-o aos seus fins.

É tempo de discernir e meditar. A ideia da pátria está em crise entre nós, precisamente porque toda a acção pragmática que em seu nome é realizada, neste ou naquele sentido, não é deduzida e derivada de uma filosofia da pátria, de uma filosofia portuguesa. Não é possível pensar, postular, legislar, criticar de acordo com coordenadas exóticas e, a partir desta realidade mental desfocada e des-axializada, exercer uma actividade propriamente patriótica. Nestas condições, o que fica da pátria, é apenas um substrato emocional e retórico, que não suscita uma inteira adesão a uma efectiva participação.

O homem, composto de elementos físicos, de elementos psíquicos e de elementos racionais, apenas se move verdadeiramente pelo acordo sincrónico destas três zonas. Se a razão dos portugueses é desenvolvida e estimulada pelos processos lógicos e culturais franceses, alemães ou ingleses, os quais, diga-se de passagem, estão atingindo a saturação metamórfica nas suas formas idealistas, existencialistas e fenomenologistas, muito precariamente o psíquico, isto é, a sua alma, será capaz de escolher decidida e decisivamente o caminho que é consubstancial à pátria.

É quando a acção não se adequa ao pensamento, que o problema toma aspectos vitais de dramaticidade, de existir agónico e angustiada. Em suma, não há acção portuguesa, acção profunda e cumulativa, sem adequação do agir ao pensar, segundo uma lógica e uma gnosologia portuguesas, que são os seus autênticos suportes.

Assim, enquanto as nossas escolas, os nossos liceus e as nossas universidades não forem fontes de pensamento português e de filosofia portuguesa, os portugueses viverão permanentemente em crise e em cisão, divididos no seu ser, procurando como derivativo vincular-se a sistemas ideológicos onde a pátria não tem já lugar próprio, sistemas condenados aliás ao fracasso, porque o sistema ideológico é hoje uma tentativa metafísica invalidada por todas as correntes modernas, sem excepção.

A verdade que cumpre seja compreendida finalmente pelos portugueses, a verdade que excede o problema, é esta: existe e subsiste a pátria portuguesa, mas não para servir pragmaticamente uma classe, não para armar uma facção, não para garantir um tradicionalismo conservador e estacionário; existe e subsiste a pátria portuguesa porque insiste e está procurando existir uma filosofia portuguesa, uma determinada concepção do mundo e do homem, do imanente

te e do transcendente, do virtual e do real. A pátria é uma existência e uma insistência, mas só há pátrias, quando as nações são dotadas de uma filosofia própria. Língua portuguesa, filosofia portuguesa, espírito português, são as raízes autênticas da pátria e das suas implicações secundárias: nação, sociedade, estado, comunidade, povo.

Implícita e implicada na sua duração histórica e transiente, simbolizada na aventura, na viagem e na arte, a filosofia portuguesa só no século XX surge à luz como a realidade primeira em que as demais actividades devem mergulhar a sua ânsia de movimento e progresso. A filosofia portuguesa é o universal concreto, sendo a pátria o concreto que materializa e anima o universal sófico. A filosofia ecuménica, expressão do universal abstracto, sem base vitalista, é já uma utopia do passado.

O caos das políticas, das ideologias e das facções, terá o seu termo quando a pátria for pensada a partir de si mesma, quando o universal se assumir em suas determinações pátrio-sóficas.

SEGUNDO PROBLEMA:

A CORRENTE DA HISTÓRIA E A PÁTRIA

Contra a ideia da pátria em si, contra a pátria portuguesa no seu movimento histórico e no seu impulso dinâmico, contra a afirmação de uma filosofia singular, ontem implícita no curso das nossas obras, actos e acontecimentos, hoje explícita na palavra filosófica, erguem-se os sistemas. Acima de tudo, o sistema é uma totalitarização idealista, uma ambição de posse do espaço e do tempo, através de uma prematura absolutização dos dados intelectuais. O sistema não se contenta, no caso que ora nos ocupa, com a definição de uma filosofia de história explicativa do passado e reguladora do presente. O sistema dá um outro passo, tão precário quanto perigoso, porque esse passo é a mesma expressão intelectual do princípio da guerra, da discórdia e da morte. O sistema ambiciona prever, antecipar e preparar o futuro, declarando e postulando a existência de uma corrente da história, a que tudo e todos devem obedecer, sob pena de obstar ao desenvolvimento da ideologia previamente estatuída.

A Nova Ordem, o Socialismo Universal, a Democracia Mundial são resultados de um pensamento sistemático, que nega a liberdade dos povos. Qualquer destas tendências reivindicou ou reivindicou para si a representação de uma hipótese corrente da história, movimento totalitário, ecuménico, avassalador, onde as pátrias já não têm lugar, mas onde, paradoxalmente, se admitem as nações como instantes de um movimento ideal, dialéctico ou demográfico. A História, de acordo com estas filosofias de signo, respectivamente, germânico e anglo-saxão, reveste-se de todos os atributos de divindade. Perante ela, os indivíduos e os povos perdem a liberdade e deixam de ter direito a um movimento próprio.

Escusado será acentuar a influência que este tipo de pensamento teve na génese e preparação das últimas guerras mundiais, bem como no permanente estado de conflito e guerra fria em que hoje vivemos. Normalmente, uma nação ou um grupo de nações económica e militarmente fortes, baseiam-se na sua pretensa representação da corrente da história, reclamam-se do universal que em seu entender possuem e sujeitam à sua lei as pessoas e as pátrias. Toda a força do Sistema é, essencialmente, uma força de conversão.

(Continua na pág. seguinte)

DIRECTORES

António Quadros
Fernando Morgado

EDITOR

Francisco Sottomayor

COLABORAM NESTE NÚMERO

António Braz Teixeira
Alexandre Coelho
Armando Luis
António de Castro

LEIA

	Pág.
60 anos de Autonomia Cultural e Independência Política	2
Os três problemas portugueses: Filosofia, História e Futuro da Pátria	2
Hierarquia e Hierocracia	6
A Crise da Universidade	16
O Movimento de Cultura Portuguesa no ano de 1961	8 e 9
Problemas económicos ...	16
Teatro Português, teatro sem palco	10
Críticas	6 e 7
Notas	

COLABORAÇÃO RESPONSÁVEL

A doutrina de cada artigo é da exclusiva responsabilidade do autor.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Quirino da Fonseca,
37, 3.º Esq. — LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(Na Metrópole)
Séries de 3 números 15\$00
Séries de 6 números 30\$00
Séries de 12 números 60\$00
(Ultramar)
Mais 10% sobre os preços indicados.
(Estrangeiro)
Mais 20% sobre os preços indicados.

«57» é composto e impresso nas oficinas da Sociedade Industrial de Imprensa, Rua Luz Seriano, 67 — Lisboa.

«57» é distribuído por Gonçalo W. Vasconcelos, Avenida António Augusto de Aguiar, 126 4.º — Lisboa.

O presente número tem 16 pág.

PREÇO 7\$50

OS TRÊS PROBLEMAS PORTUGUESES FILOSOFIA, HISTÓRIA E FUTURO DA PÁTRIA

(Continuação da pág. anterior)

O sistema ideológico hitleriano não logrou total força de conversão, porque se apresentou como nacional e, por conseguinte, provocou a reacção anímica das restantes nacionalidades com que entrou em choque. Apresentando-se, ao contrário, como trans-nacionais, super-nacionais ou universais, os sistemas que hoje lutam pela supremacia no mundo, são incomparavelmente mais hábeis no manuseamento do sofisma conversor.

Esse sofisma: postular a razão universal, como já realizada, já efectuada, já assumida pelo sistema. Acreditando nesta ficção, indivíduos, grupos, partidos, negam a razão própria da sua pátria, que lhes é apresentada como uma razão parcial e portanto secundária e menor, para suprimir a sua liberdade própria e a do seu povo no que se lhes afigura ser a própria face da história, a divindade, de verdade absoluta e total. Ora todo o pensador digno desse nome repudia com a maior veemência que a razão universal haja sido assumida já pelo ideal humano, que a corrente da história seja da posse exclusiva de uma tendência materialista, idealista ou mesmo religiosa, que a vida, em suma, possa conter-se em esquemas intelectuais e apriorísticos, sejam eles dialécticos ou não.

A História não é uma entidade e não determina os actos humanos. Estes, sim, criam vida, vida a que no seu curso evolutivo se dá o nome de História.

As pátrias que subsistem, são as que adquirem plena consciência da verdade que representam. Subsistindo, são elas que garantem a liberdade do espírito, contra os mecanísmos sedutores, contra as ortodoxias fanáticas, contra a transformação do erro no dogma, que é uma verdade parcial e portanto errônea, imposta como verdade absoluta. A subsistência da pátria portuguesa depende pois da consciencialização do tipo de movimento para a verdade que, pela sua própria existência, criou e permanentemente está criando, na sua expansão criacionista.

Múltiplos são os tipos de movimento social, antropológico, filosófico para a verdade. A lógica indica-nos que Portugal, pela singularidade incontestável da sua situação no espaço e da sua evolução no tempo, exprime um tipo de movimento que lhe é próprio e tem consequentemente todo o direito ao seu desenvolvimento nos campos do direito, da política, da educação e do pensamento filosófico e artístico.

Este ser de Portugal é porém desconhecido, negado e combatido, não só pelos representantes das grandes nações e grupos de nações empenhados no desvio da corrente histórica a seu favor, como até pelos portugueses, que perderam a ligação com o movimento próprio da pátria.

Está realmente em curso uma ofensiva contra a pátria portuguesa em todas as frentes. A maior parte dos países que formam a organização das Nações Unidas está vitalmente empenhada no desmembramento, crucificação e final aniquilamento de Portugal. Entre nós, há quem aceite perfeitamente a queda da pátria portuguesa universal, em nação metropolitana, em província minúscula da Europa, sem pensamento próprio, sem missão no mundo, sem vida espiritual capaz de assumir sobre si a função microscópica e laboratorial das pátrias autênticas, que são por essência educadoras da humanidade. Há que atribuir plena responsabilidade por este facto, à escola e ao equívoco em que caiu. Com efeito, se os portugueses não são educados por portugueses, como esperar que se com-

portem como portugueses? Só por este motivo, Portugal não é já uma das maiores nações do mundo, material e intelectualmente. Criando-se a cisão entre a alma que é tradicionalmente portuguesa, e a razão, que é cultivada segundo os moldes franceses ou alemães, perde-se e antiquala-se a energia do povo: todos acabam, em última análise, por refugiar-se no único mundo que lhes aparece como sólido e consistente, o ego, o egoísmo, a egolatria. A vida portuguesa está viciada por todas estas consequências, mas, se é capaz de pensar através dos seus poetas e filósofos, a salvação está ainda ao seu alcance. Não estamos na hora do pessimismo, com não estamos na hora do optimismo. Estamos na hora da consciência. É o momento, ou nunca, de recuperar a consciência do que somos, do que valemos e do que pensamos.

TERCEIRO PROBLEMA:

O FUTURO DE PORTUGAL

Uma pátria — e no mundo há quatro, cinco pátrias, não mais —, uma pátria é, pois, essencialmente, uma filosofia viva, uma filosofia encarnada num povo, uma filosofia concretizada numa forma peculiar de dinamismo histórico. Sociologia, economia, política, podem ocupar lugar relevante em nações sem missão e sem presença transcendente na revolução universal. A pátria abrevia, sem dispensar a absorção destes factores, surge quando um pensamento descendo sobre uma sociedade, lhe determina um fim trans-histórico, teológico, autenticamente vital. A filosofia portuguesa, que devemos aliás considerar tendencial e não ortodoxamente, não é um prolongamento especulativo ou uma justificação da pátria como existência histórica. Ao contrário, a pátria é que é a expressão existencial de um pensamento livre e anterior, em busca da representação humana, em busca de movimento. Eis porque a filosofia portuguesa pode compreender-se como desdobrada em três ciclos.

Num primeiro ciclo, ela é formada por um sópro espiritual, muito anterior ao nascimento histórico do país, em que se entrecruzam além da obra de Heráclito, Aristóteles ou Dante, as profundas tendências dos pensamentos judaico, islâmico e indiano, que, ao atingirem os pontos extremos de saturação e crise, ficaram por assim dizer libertados no mundo, à espera de um povo ou civilização que os corporizasse, em síntese renovada, actual e sugestiva, para uma outra tentativa de afirmação e vitória contra as forças contrárias, desencadeadas na atmosfera humana.

Numa segunda fase, a pátria portuguesa forma-se enigmáticamente, para que um povo assumisse sobre si a reunião deste impulso espiritual de diversas origens e tendências. O povo português cumpre sem dúvida a primeira parte da missão que a sua filosofia, por enquanto implícita, lhe indica: põe em marcha um sistema de contactos culturais, introduz no pensamento oriental o germen motor do pensamento ocidental, traz por sua vez para o ocidente a intuição cósmica e mística dos orientais, enfim, completando o intento dos templários, reúne numa mesma esfera cultural os elementos cristãos, greco-latinos, islâmicos, hebraicos e indianos. Este é o sentido essencial da História portuguesa: integração, aculturação, síntese. O seu impeto religioso faz-se no signo do Espírito Santo, ou apenas do Espírito, esse que está acima das religiões terrestres, das línguas e das expressões institucionais.

Tal sentido, todavia, só surge

plenamente à luz na terceira fase, que é a da consciencialização filosófica, e que tem a sua data-fronteira no século XX, tal como as datas fronteiras das fases anteriores haviam sido, respectivamente, os séculos XII e XVI.

É na nossa época, com o advento da filosofia portuguesa ao plano da expressão cultural, uma vez que até aqui o seu plano fora principalmente da expressão heróica e activa, que se patenteia o fito essencialmente reintegrado dum gesto nacional. No pantelismo de Cunha Seixas, no mesianismo de Sampaio Bruno, no criacionismo de Leonardo Coimbra, no saudosismo de Teixeira de Pascoais, no sebastianismo de Fernando Pessoa, no paracletismo de Raul Leal e Agostinho da Silva, no insubstantialismo substancial de José Marinho e no racionalismo anímico de Alvaro Ribeiro, ressurgem, transformadas por um processo catalizado e evolutivo, actualizadas de acordo com a evolução da antropologia e da ciência, condensadas de acordo com intuições centrais que lhes dão uma outra luz, todas as grandes correntes filosóficas cujo processo autónomo fora coarctado pelo fim das civilizações que as tinham abrigado. E se as tendências orientais se exprimem predominantemente na filosofia de Cunha Seixas ou José Marinho, se as inclinações da filosofia cristã, ortodoxas e heterodoxas se conjugam melhor na filosofia de Leonardo Coimbra, Raul Leal, ou Agostinho da Silva, se as formas de paganismo céltico e helénico, surgem interpretados à luz de vivências culturais e culturais hebraicos no pensamento de Teixeira de Pascoais e Fernando Pessoa, se há refugência do messianismo hebraico na filosofia de apetência científica de Sampaio Bruno, se o aristotelismo e o dantismo são actualizados no discípulo de Bruno e Leonardo que é Alvaro Ribeiro, se todos estes pensadores prestam atenção e em muitos casos desvelam a significação esotérica e filosófica da História portuguesa, o certo é que, no seu conjunto, a filosofia portuguesa moderna lança uma luz reveladora sobre a epopeia do homem, assumida em termos modernos pelo nosso povo.

O seu ponto de convergência é precisamente este: reintegração. O homogénio inicial fragmenta-se ou cinde-se. Separam-se os continentes, as raças, as religiões, as línguas. Atinge-se a situação mais extremada de multiplicidade. O homem, porém, tem saudade da unidade universal: lembra-a e deseja-a. Assim Pascoais decompôs a saudade portuguesa, lembrança e desejo. Há pois, que criar incessantemente o movimento reintegrador. O estádio dos descobrimentos, constitui, na época contemporânea, a primeira prova da reintegração dos seres. A experiência portuguesa, singular nas formas que adoptou, tenta precisamente transcender em termos humanos a separatividade dos continentes, das raças, das religiões e das culturas. Portugal à sua plena dimensão, é como que um laboratório, onde uma filosofia superior se ensaia em termos criacionistas e vitais.

A filosofia portuguesa postula, na passagem do pensamento intelectual, o nosso designio nascente de reintegração, pela assunção de todas as tendências implícitas nas principais civilizações mortas.

Durante os últimos séculos, as correntes filosóficas europeias desabrocharam e progrediram, enquanto a filosofia portuguesa parecia ser-lhes alheia, adormecendo ao longo de anos de crise e decadência. Agora, porém, que tais correntes revelam a fundamental negatividade de que estavam possuídas, mostrando claramente a sua impotência gnostico-

lógica, a filosofia portuguesa assume as suas experiências e as suas intuições e, se encontrar expressão pedagógica e política, pode indicar o caminho à humanidade perdida e perplexa.

A filosofia portuguesa — de que este jornal é uma das expressões — começa por penetrar as razões da crise portuguesa. Ao verificar, porém, que a crise de Portugal é essencialmente crise do que em Portugal não é Portugal, analisa as diversas formas de movimento que hoje circulam no mundo, quer arvorando-se em «correntes da história», quer representando modos de pensamento autocrático. Não a satisfaz a finalidade meramente sociológica, económica ou cultural de que estas tendências se reclamam. Postula e teoriza finalidades diferentes — em seu entender mais elevadas, profundas e globais — para o existir e para o viver humanos.

Reconhece-se minoritária, porque encorpada numa pátria que, atravessando um período evidente de problematismo e crise, não tem por si o número, o peso, a quantidade e a força. Tem consciência de que nenhuma das forças dominantes no mundo de hoje poderá vencer a batalha que está travando: do violento entrecrocamento das diversas «correntes» da História, possuídas pelo demónio da universalização e portanto contraditórias entre si, apenas poderá produzir-se um período caótico, de abissal desânimo para a humanidade, período de guerra, de destruição, período de apocalipse.

Mas tem esperança de que, embora dentro do espaço da pátria portuguesa, poderá emergir das ruínas e das cinzas, como uma promessa de libertação e salvação. Demais sabemos que para muitos leitores estas palavras não têm sentido nenhum. Quando nós falamos de valores que a filosofia portuguesa guarda nas páginas das suas obras fundamentais e no pensamento dos seus actuais representantes, sabemos o que dizemos, porque temos um conhecimento que essas pessoas não têm. A escola não ensina, os portugueses não sabem.

Eis precisamente, o que deve modificar-se. Portugal deve ser educado segundo Portugal e a partir de Portugal. Em suma, Portugal deve obedecer ao seu dinamismo próprio, e não ao dinamismo de nações ou correntes históricas que caminham velozmente para o abismo. Neste exacto factor radica o princípio reintegrador e unívoco que é susceptível de sustentar a multiplicidade continental, rática, religiosa e cultural da nação contra todos os agentes desintegradores da hora presente. Baseados nesta concepção, compreendemos agora porque todos nós, portugueses, de qualquer raça que sejamos ou a qualquer continente que pertençamos, nos podemos sentir solidários e empenhados numa empresa comum.

Construir este Portugal dinâmico e espiritual, segundo os ditames de uma finalidade superior e de um destino singular, é construir a nova arca, aquela que poderá imergir do dilúvio universal, guardião de ideias, valores, princípios que retomar, revitalizar e criar, para o supremo movimento de redenção e reintegração do género humano.

À face das determinações essenciais do movimento português, o qual se afasta das tendências suicidas e apocalípticas do tempo, é preciso compreender que o futuro de Portugal como pátria livre, original e educadora, como arca capaz de sobreviver ao dilúvio apocalíptico que parece aproximar-se sob a forma da guerra nuclear, depende de três princípios fundamentais, que deverão influenciar e determinar toda a acção portuguesa.

PRIMEIRO PRINCÍPIO

Subordinação da política portuguesa e da educação portuguesa à filosofia portuguesa. Consequentemente, estabelecimento, em todos os territórios portugueses, das condições indispensáveis para a emancipação económica, social, jurídica e intelectual do homem português. Tal emancipação implica a assunção de infinita perfectibilidade do espírito, isto é, a liberdade de pensar e filosofar, no imaneente como no transcendente, sem a qual todas as conquistas na ordem social se transformam em regressão do intelecto e, portanto, do homem.

Por outras palavras, criação da demo-arquia portuguesa, único sistema descentralizante capaz de corresponder a todos os anseios espirituais e sociais, das diversas populações e raças que descontinuasmente vivem nos nossos territórios de quatro continentes, sem prejuízo da unidade nacional.

SEGUNDO PRINCÍPIO

Defesa intransigente, com a utilização de todos os meios ao nosso alcance, da presença portuguesa nas cinco partes do mundo. A evolução constitucional, jurídica e pragmática, de acordo com a razão portuguesa e com o condicionalismo dos novos ajustamentos sociais, é sem dúvida a primeira e a mais eficaz das armas. Cumpre que a arca simbólicamente esteja presente em todos os continentes. Tal implica uma completa renovação estrutural do espaço nacional, quer do ponto de vista jurídico, quer sobretudo do ponto de vista demográfico. Cumpre que se proceda, consequentemente, à redistribuição da população, aliviando os espaços saturados e preenchendo os espaços vazios, em Angola e Moçambique.

TERCEIRO PRINCÍPIO

Neutralização completa de Portugal. Não poderemos estar empenhados em nenhum dos movimentos que hoje dominam a cena intencional, porque a todos, à esquerda e à direita, consideramos formas de anti-movimento. Portugal não alinha verdadeiramente em nenhum dos blocos de potências. Portugal não poderá pactuar com correntes da história que, à esquerda e à direita, seguem nitidamente um curso involutivo.

Obedecendo a estes princípios, que noutra lugar e noutras ocasiões desenvolveremos melhor em todas as suas implicações, a pátria portuguesa não apenas poderá salvar-se em sua integridade, em seu sonho e em seu ideal, como até assumir a representação dos mais profundos anseios humanos. Se uma análise puramente social dos problemas portugueses pode em aparência conduzir a conclusões contrárias, importa sublinhar que sempre o pensamento, quando animado de um forte sopro espiritual, é susceptível de transformar radicalmente as perspectivas sociais. É certo que há os mais fortes motivos de desânimo e descrença. Mas não o é menos que onde luz o pensamento e existe um ideal, está em marcha um processo renovador, de perspectivas imprevisíveis. Preparemo-nos para o encontro que o destino pode estar marcando aos portugueses, seres do descobrimento, da saudade e de uma queda depois da qual só pode haver ressurreição e luz. É só a partir da consciência dos problemas reais, que a decisão pode reconstituir-se. A linha de fronteira está passada. Agora, somos moribundos, ou somos nascituros. Mas não sejamos suicidas.

HIERARQUIA E HIÉROCRACIA

POR
FERNANDO MORGADO

Um século quase volvido sobre a histórica proclamação do dogma católico da infalibilidade do Papa, já os estudiosos é dado hoje avaliar, com a necessária precisão, o alcance das intensas e profundas repercussões de tal sucesso, na ordem política, cultural e filosófica, não apenas em relação à Igreja de Roma, como, também, no respeitante ao evoluir de todo o pensamento ocidental contemporâneo. Desde logo, aos mais esclarecidos dos pensadores, católicos e não católicos, dos fins do século passado e começo do actual, foi posta, por necessidade inadiável do próprio pensar, a tarefa crítica urgente e o combate ao positivismo dominante e, por assim dizer, entronizado no dogma; analisadas com extremo rigor as causas ideológicas das guerras que, desde então, devastaram parte do mundo, com seu cortejo de alterações sociais e morais, mais ou menos destruidor da ordem cujo triunfo se pretendia, a todo o transe, estabelecer, não será audácia supor, para todas, uma mais próxima ou mais longínqua derivação dessa crítica e desse combate, hipótese que mais pormenorizados estudos, há-de fatalmente comprovar. A crença irracional no chefe humanizado, como depositário fiel e legítimo de ordens trans-humanas, eriu, por via de consequência, as doutrinas totalitárias características da primeira metade do século XX, com o culto do mando, da palavra de ordem e a incompreensível mística da sujeição e da renúncia à autonomia individual, à livre actividade do pensar, à vida responsável e viril, pela pródiga transferência, por meio de votos de confiança, da direcção do destino de todos e cada um, para as mãos de tal ou qual procurador; ainda muito acesas estão as vontades, que se extremam em reacções românticas a um ou outra ordem, tidas por contrárias, para se poder falar sem paixão e sem paixão analisar os pressupostos político-sociais delas derivados; apenas, no que diz respeito directamente à actividade da razão e no que pode interferir na cogitação filosófica, na criação artística, no culto religioso, é dado já olhar, com isenção, para as questões emergentes do combate desde há um século travado; como sucedâneo, complemento e consequência da crítica ao positivismo — em boa hora também consumada entre nós — há hoje em dia a urgência intelectual da crítica ao pragmatismo, como condição necessária para a superação do estado de indefinição, sob o ponto de vista do livre pensar, em que as doutrinas totalitárias, enunciadas por qualquer das suas formas, colocaram o homem contemporâneo, sobretudo o chamado ocidental.

As interrogações primordiais, as supremas perplexidades filosóficas, a reiterada especulação, a busca incessante e dramática do apenas adivinhado e pressentido para além dos véus, dirigem-se, e desde sempre, para a compreensão final da extensa legião dos mistérios envolventes. Nada ao homem seduz mais do que a posse dos segredos, nenhuma ansia maior o acicita do que o desejo de saber; não do saber cozinheiro e diurno, traduzido ou cozinhado por alguns, segundo uma receita discutível e distribuído no prisma e na praxe, sem outra garantia, além da confiança depositada na palavra de quem se afirma senhor da sabedoria e, da linha ou da torrente, racional e dá a cada um, segundo a sede que em cada um supõe; mas, dum saber mais alto ou mais íntimo, dum saber cujo apetite se manifesta na infância e insatisfeito se mantém até à morte, dum saber que explique o nascer, o viver e o morrer — e não apenas das normas a respeitar ou adoptar, em função de causas finais que não se conhecem, ou do cujo saber apenas alguns, pedantes ou ingénus, se afirmam detentores e a partir das quais pretendem doutrinar. O erro flagrante — supondo, ainda, tais homens de boa vontade — consiste na crença dos pragmáticos em que, a partir de dados normativos, mesmo enformados por uma superior sabedoria, seja possível levar a humanidade, ou, sequer, um restrito número de homens, a atingir a verdade, em nome da qual tais normas fossem deduzidas; a construção da escada (em si mesma já sujeita ao arbítrio do construtor), não garante o impulso capaz de levar outros a subi-la.

Assim, os pragmatismos derivados de toda e qualquer hipótese filosófica, com suas aplicações aos vários sectores da vida ou da actividade humanas, são ainda o que de menos importante uma razão animada pode formular. O surto de teorias existenciais, como a expressão mais representativa do pensamento contemporâneo e, bem assim, o alargar da zona de meditação filosófica para além da histórica fleção do mundo ocidental, já não permitem ao pensador iluminado e

considerar o estado humano do ser, como um estado cuja integridade importe defender. A moral convencional — de todos os males terrenos, o mais pernicioso — revestida ou não dos ingredientes religiosos próprios de cada época e cada lugar, não pode mais arvorar-se em regra universal de vida; desde sempre, os mais altos espíritos, os mais engenhosos talentos, aqueles, dentre os homens, a quem precisamente foi dado superar a condição humana, demonstraram e demonstram, com a impossibilidade efectiva de viverem peitados pelas normas consuetudinárias, jungidos a regras codificadas, por órgãos seculares ou não, constituírem tais regras e tais normas o impedimento mais positivo da plena afirmação das faculdades e virtualidades do homem.

A partir da sua ignorância radical de todas as coisas; a partir da consciência da limitação das suas possibilidades gnósticas naturais; a partir das sucessivas e constantes provas da ineficiência dos sistemas, ante a inviolabilidade perpétua da cadeia dos mistérios envolventes — só a estultícia, a hipocrisia e a maldade podem tentar o pensador, a preservar, aconselhar e impor outras normas, que não sejam as do progressivo e perfectível desenvolvimento da autonomia individual. O livre-arbítrio, com toda a sua limitação humana, é o sinal evidente da origem divina do ser e o mais alto de todos os dons com que um Criador poderia dotar as criaturas; através dele, o ser particular que é cada homem, traça, procura e cria a sua particular via gnóstica, o seu rito religioso, o seu universo próprio. Negar a cada homem a particular esfera de acção, por respeito e obediência a uma esfera maior, englobante de todas as menores, constitui um erro duplo: porque não é possível participar plenamente do movimento maior, senão pelos efectivos movimentos menores e porque toda a esfera maior será o motor, por princípio e por fim, de todas as esferas menores, sem o que, nem uma, nem outras, possuiriam movimento.

Se este é o símbolo ou, pelo menos, o esquema analógico do equilíbrio universal, o modo equilibrado da sociedade humana, organizada no mundo, será o equivalente desta ordenação. Queira-se ou não se queira, há em cada homem, como em todo o ser criado, o impulso principal que perpetuamente o moverá num sentido incoerente e inexorável: o da redenção final; as hesitações, os retrocessos, os altos e baixos, pelos olhos humanos assinalados na linha evolutiva da humanidade, há-de agupar-se e ordenar-se, necessariamente, numa suprema organização dos seres, cuja marcha se acha traçada e dirigida, desde o momento da sua emanção. Risonhos se tornam, pois, à luz destas noções, os temores, as críticas, as admoestações e juízos de filósofos moralistas, que, implacavelmente, acusam nos semelhantes os desrespeitos, desobediências e oposições ao desígnio divino da redenção final dos seres, como se a estes fosse dado o saber, o poder e o querer de, no pouco ou no muito, contrariar, impedir ou modificar as intenções (se assim podemos dizer) do próprio Criador.

Não podendo falar-se, sob pena de erro propostado, de uma via específica e única para a religião, embora precária, do mundo e dos seres infernos, com o mundo e os seres superiores, de nenhum modo será legítimo supor a impossibilidade de cada homem, em particular, possuir a via particular da sua comunicação com o sobre-humano e com o universal. Assim, a mais nobre expressão da vida humana, é a faculdade de, em modo diverso e desigual, se realizar vitalmente em todos os estados existenciais, com a concomitante possibilidade de reintegração no ser universal, pela superação da própria natureza, em qualquer deles; enquanto a muitos será necessário cumprir a peregrinação indefinida pelos vários planos do ser (múltiplos e inumeráveis), que os distanciam do final reencontro com o ser supremo, a outros tal será dado por graça, num só estado. As mortes várias e os vários nascimentos, por cada homem sofridos (diversos em número e em realização gnóstica para cada um), constituem, afinal, a maravilhosa dádiva divina da multiplicidade indefinida de caminhos, por cujo trânsito se inicia o homem no saber.

Equívoco basililar e fermento do insucesso e da falência de todas as doutrinas, quer políticas, quer religiosas, quer filosóficas, assentando no pressuposto da igualdade do ser humano e dirigindo-se, ou a uma geral e indefinida expressão — a humanidade — ou a um tipo de homem, isolado e assumido como protótipo, é o esquecimento das diferenças reais que existem sob a aparência de uma figura comum e motivam a indefinição de tipos humanos, separados e independentes,

cada vez mais, à medida do seu aperfeiçoamento. E se é possível, mercê das deficiências dos órgãos de percepção humanos, de fraco poder selectivo, e de uma ingénita tendência para a comodidade de classificação, o agrupamento de alguns tipos humanos, em sectores determinados por afinidade, vocações e actividades comuns, já não podemos, porém, aceitar uma determinação global dos fins de cada um deles. A condenação finalista da humanidade, ainda para além da morte, em três grandes sectores, perfeitamente caracterizados e fechados (com excepção, apenas, do sector intermédio, que supõe a passagem, indeterminada, embora, no tempo, para o terceiro sector, este, necessariamente, mais amplo e desejável), corresponde ainda a um critério moralista desolador, pela limitação das vias de acesso dos três sectores, entre si, e pela fatalidade sem remédio da condenação ao primeiro e inferior.

(Neste particular, a meditação sobre o sistema das castas hindus, ou, ainda, acerca da concepção platónica dos filões, de ferro, de bronze, de prata e de ouro, correspondendo a quatro tipos humanos distintos, perfeitamente caracterizados, pelas tendências e aptidões reveladas para alguma actividade específica, dentro da sociedade onde se integram, por nascimento, necessidade ou voto, tal meditação, dizíamos, seria profícua, pelos vastos horizontes que abre a quem cuida das relações dos homens e da harmoniosa conjugação das suas vidas em sociedade. Uma organização perfeita desta, não pode, como se torna óbvio ao bom observador, prescindir da verdade antropológica da dissemelhança dos seus membros; só partindo da admissão dessas diferenças, se entenderá a escolha, a eleição ou o envio dos chefes e o preenchimento dos vários degraus da escala intermédia dos primeiros e dos últimos (hierarquicamente) dos associados. O critério permitindo o discernimento das diferenças, não pode, porém, basear-se em determinantes materiais, da riqueza adquirida ou herdada, nem em outra força que não provenha do desenvolvimento das virtualidades de cada homem, independentemente da sua origem, estado natural ou educação (em vista dos fins superiores da sociedade humana); o que está claramente expresso na doutrina platónica dos filões).

Toda a sociedade onde, de algum modo, se permita o combate, ou onde se contraria, a afirmação plena das individualidades, impedindo a escolha dos meios e a liberdade de movimentos de cada ser humano, é uma sociedade nociva pela sua artificialidade. Na vida terrena, onde os homens têm, por condição, de viver em comum, a perseguição dos fins particulares de cada um, estará, sem apelo, subordinada e condicionada pelo progresso próprio do meio onde viva, pois dele não consegue isolar-se; como, também, serão nos dados directamente adquiridos no seio da família, do país e da Pátria, que encontrará a via natural de acesso aos planos superiores da existência. Assim, o dizer-se — ou receber-se — que a doutrina proponente da autonomia individual, contrária a missão das Pátrias, é um erro voluntário, pois, não pode pensar-se em missão de Pátria que não seja, a um tempo, a resultante e o impulso dos movimentos individuais.

Outra questão é o saber-se se a todos os homens é dado o conhecimento da sua missão no mundo, para si e para os outros, e até onde é legítimo sujeitar-se o progresso do meio aos mais lentos desenvolvimentos individuais; mas, a inversa, é igualmente contestável. Todo o movimento apresenta, necessariamente, direcção e sentido, além da intensidade, embora os dois primeiros possam revestir-se de formas diversas e simultâneas, por vezes de aparência contraditória. Ora, a intensidade, a direcção e o sentido do movimento, não podem determinar-se pela grandeza vectorial, mas, sim, pela extensão e quantidade dos pontos de aplicação; a disciplina mantenedora da coesão de todas as partes constituintes da força deslocada, medir-se-á, exactamente, pelo seu trabalho, visto não ser possível a cada parte, de per si, constituir-se em força contraditória do todo.

Numa sociedade bem organizada, poderão prever-se válvulas de escape para os elementos que, por rapazes de varia ordem, não possam incorporar-se no movimento comum; a sua presença na ordem estabelecida, com o reconhecimento das órbitas inactivas, em função do movimento das esferas motrizes, é, de

facto, necessária, até, para fermento do que poderemos chamar a matéria-prima dos núcleos diversos e dos diversos elementos requisitados para a hierarquização procedente da sociedade. De qualquer modo, a doutrina social que não conte, ou que despreze, os elementos inagrupáveis, como partes integrantes da mesma sociedade, é imprópria e caminha para a auto-destruição. As vias de acesso, para entrada e saída, da vida societária, corresponderão, em número e em especificidade, a todas as aptidões, tendências e características presentes nos agrupamentos humanos.

Queremos dizer que não podemos falar de elementos inúteis ou nocivos, numa dada organização social. Esta, é o lugar, por condição, de todos os homens, nenhum deles, desde o instante do nascimento até à morte, podendo deixar de contribuir para o movimento comum, por isso mesmo que existem na sociedade comum. Esta flexibilidade das estruturas e esta latitude ideológica, é o critério mais eficaz e o mais legítimo, numa sociedade onde o interesse pátrio se coloca acima de qualquer outro, sem, todavia, se partir da mística propiciadora do arbítrio de um escol, suposto detentor dos secretos desígnios providenciais, em relação à mesma Pátria; tal escol, quando estatuido em poder policial (o que é consequente da sua admissão como tal), é afrontoso da livre e progressiva ascensão de cada participante na sociedade, em vista dos mais altos valores que a ela compete defender e respeitar, ou, seja, a particular redenção do ser particular.

Como exercício de discernimento lógico, é valiosa a meditação do facto de só acidentalmente o momento da morte do homem, coincidir com o da morte da Pátria; nesta des-sincronização se vislumbra a presença de duas afirmações existenciais (a do homem e o da Pátria), logo, a possibilidade de diferentes vias iniciáticas, a partir da qual podem inferir-se doutrinas contrárias à defesa da realidade pátria e negadoras dos seus órgãos de ascensão. Outra meditação, porém, igualmente procedente, acerca da coincidência da Pátria com o conjunto de homens nascidos, em qualquer tempo, sob o domínio dela (territorial, histórico e filosófico), conduz à prova da realidade espiritual dessa mesma Pátria, liberta de condicionamentos espaciais e espaciais, fruindo ainda, por acréscimo, de realidades existenciais, como a nação, o país, a história, etc. Assim, pois, nessa realidade espiritual e a partir dela, poderemos determinar os impulsos orientadores do movimento da sociedade organizada em estado, bem como, uma vez auscultada na tradição, na profecia, na poesia e na filosofia, qual a missão terrena dessa Pátria, a cada homem nascido sob o seu império, será dado visionar a razão e a determinante da sua particular experiência vital.

É neste ponto que parece possível o entendimento e o equilíbrio de todas as tendências e forças, presentes na extensa multidão organizada em sociedade. Congregar em torno de uma ideia, ou de um ideal, as possíveis, reais e diferentes exigências espirituais de cada um, será o objectivo primeiro e a justificação final de todo o movimento político. Em termos mais precisos, a meta será a organização hierárquica de uma igreja, como corpo da religião própria a cada povo.

Porque — e esta verdade irrefragável foi expressa na frase luminosa de Sampaio Bruno — a Pátria é uma religião — não é possível qualquer meditação da Pátria, que, em sua extrema e lúcida consequência, não leve à definição de uma religião nacional; do mesmo modo, quanto ao pensamento. Aliás, a determinação dum filosofia de raiz e expressão situadas em realidades nacionais (o que hoje parece não oferecer já dúvidas ao pensador esclarecido), exige, como consequência imediata, uma via ou um viático religioso próprio. O esquema triádico da razão, da fé e da sua correlação íntima, não permite outra solução fóra da propriedade do pensamento e da fé para cada povo; se tal não fóra, a participação compulsiva destes dum pensamento e dum religião de expressão internacionalista, seria o primeiro factor da dissolução das nacionalidades e da morte das pátrias e do estabelecimento de uma comunidade de todos os países da Terra.

Todo o povo, pois, que não situe numa mesma cabeça o poder temporal e o poder espiritual (para usar da nomenclatura positiva clássica), está devedido e a sua integridade automaticamente inexistente. A História dá os exemplos acerca do modo, sempre o mesmo, como os impérios caem: a decadência principia com a progressiva descrença nos deuses nacionais, com a corrupção e dissolução dos seus colégios sacerdotais, com a transferência o

substituição dos valores espirituais próprios (herdados ou formados) pelos alheios; assim caiu a Pérsia, a Grécia, Roma; assim, em nosso tempo ainda, assistimos à aceitação fácil do domínio militar de nações, já antecipadamente dominadas pela cultura dos povos dominadores. Assim, pois e inversamente, a defesa eficaz dos ataques, expansionismos e imperialismos estrangeiros, reside no fortalecimento cultural e cultural das nações; um país forte e rico espiritualmente, senhor, por graça divina, de língua própria, de um modo específico de pensar, dispoõe em ambos da via natural para o entendimento e para a comunicação; organizando igualmente uma estrutura educativa autónoma e adequada às características étnicas, geográficas e históricas do povo — dispõe esse país da fortaleza que basta para arrostar com inimigos, físicos, psíquicos e espirituais.

Os estados que, para sua defesa, incentivam o fortalecimento bélico, sem antes, ou simultaneamente, cuidarem da defesa cultural, restringindo a importação livre e estrangeira, ao serviço da propaganda doutrinária própria dos países de origem; fomentando reformas educacionais, propiciadoras do florescimento das idéias latentes e da progressiva consciencialização da realidade de cada povo — tais estados estão, conscientes ou inconscientemente, a colocar-se na posição ideal para serem conquistados por aquele ou por aqueles outros, dimanadores das correntes (artísticas, filosóficas, políticas, etc.) dominantes. Tal situação, propiciada ou acidental, de menoridade intelectual, de colónia cultural, de adepto religioso, paga-se sempre com a perda da independência e da autonomia política. Ao invés, quando, mercê da acção militar esmagadora, um povo rico espiritualmente se vê dominado por outros, sempre acabará vencendo pelo espírito o povo conquistado e domina-lo-á efectivamente; é o caso clássico de uma Grécia conquistada por Roma e vencendo-a no pensamento, na arte, na religião.

Dá-se ainda o caso de, num país espiritualmente rico, porém, depauperado, ao sabor dos azares da História ou de prepotências internas, o maior óbice para a determinação das suas linhas culturais, consistir em saber até onde interesses traçozeiros puderam, em momentos cruciais da existência do povo, forçar a concordância da cultura própria, com a ocasionalmente dominante no favor do mundo. A fé nos documentos carece, como tantas vezes estudiosos menos superficiais têm demonstrado, de justificação racional, pois, na grande maioria dos eventos, o documento ou o testemunho oculto, mais do que assinala, a verdade dos sucessos; se assim não fóra, a crítica histórica tornar-se-ia imprudente e a historiografia seria o arquivado ou o registado; se assim não fóra, a polémica, tantas vezes de tão variados modos, suscitada quanto à autenticidade e ao sentido da missão histórica das pátrias, não haveria lugar; se assim não fóra, a legitimação de um governo, por oposição a outro, jamais assentaria na pretensa coincidência da sua acção governativa com os princípios da nacionalidade. Ora, uma única fonte não adulterada possuem os homens, no constante e perpétuo segredo da tradição; no respeito, no ajuste, na sequência dela, poderá então avaliar-se a legitimidade dos estados e prever a sua estabilidade e duração.

A tradição, porém, não se confunde com o costume, nem é de geração espontânea, ao invés do critério mais corrente. Não nasce, nem se provoca; deriva, efectivamente, dum saber primordial, transmitido aos povos através de órgãos eficazes e secretos, informados desse saber, órgãos que são extensões, quase sempre ao nível popular, de centros iniciáticos primeiros; a chamada sabedoria popular, expressa de múltiplos modos, nos rítoes, provérbios, máximas e cantares, nos rituais agrícolas e marítimos, nas práticas sociais e religiosas, não brota do suposto inconsciente colectivo, mas, ao invés, foi em momento atemporal inserida no povo; ao próprio Cristianismo, como à expansão de todas as religiões e correntes ideológicas, foi necessário um pré-apostolado, conforme nos Evangelhos se consignam; antes do envio dos doze apóstolos para as várias partes do mundo, a catequização das populações fez-se por intermédio de agentes anunciadores da nova lei, agentes que o próprio Cristo enviara às cidades e às regiões para onde se dirigia, no sentido de anunciar a próxima chegada do Mestre, preparando as multidões para a recepção e o entendimento da sua mensagem. Toda a verdade brotando naturalmente da boca do povo, de algum modo e em algum tempo lhe foi inculcada; a tradição, na sua expressão

(Continua na pág. seguinte)

HIERARQUIA E HIROCRACIA

(Continuação da pág. anterior)

mais pragmática e corrente, é o fruto da acção desses agentes anónimos, inlógicos e iluminados; o espanto, de tantos modos manifestado, ante a justiça do pensar do povo e da sabedoria contida em seus rífoes, é apenas derivado do desrespeito, por parte de quem administra o saber oficial, da autêntica tradição, afastando a parte escolarizada da população da sua genuína espiritualidade — e esse espanto sempre indica degradação e fraqueza.

Toda a reacção popular a uma dada estrutura administrativa é, pois, digna de consideração se, com efeito, interessa a um dado governo a condução do povo de acordo com o seu destino natural e sobrenatural. Num país plenamente independente — isto é: senhor de territórios, raças, línguas e cultos próprios — é a partir da meditação do modo como tais atributos se manifestam, que poderá determinar qual a sua missão no mundo; a estrutura hierárquica dos seus órgãos governamentais e administrativos, derivam do conhecimento e especificidade dessa missão, bem como esta ditará quais e quais os modos das relações com os outros países. A participação do povo na consecução do destino da Pátria, ficará automaticamente assegurada, bem como a das chamadas elites, bem como a colaboração recíproca dum e de outras.

Ora, tal Estado não é utópico, nem ucrónico e em alguns momentos da história de alguns povos, foi plenamente realizado. De um modo geral se poderá dizer que, sempre que um povo grandes feitos empreendeu, fulcos determinantes de viragens fundamentais na vida dos homens, tal povo estava organizado como o atrás descrito; havia escutado intimamente a Tradição e inserira-se na linha evolutiva do homem sobre a Terra, providencialmente pré-estabelecida. Embora se não possa dizer de tal povo, que in totum possuísse a consciência desse facto, a magnitude das empresas faz necessariamente supor a parilha gradual e hierárquica do saber, a todos os estratos populacionais; a fé no destino comum do povo e a obediência aos chefes, não se obtém senão pela posse consciente do carácter e do alcance do papel individual em função do geral; ainda hoje, em povos descaracterizados, as populações não aderem senão ao que, de modo patente ou secreto, lhes fala intimamente ao que nelas é essencial; as viragens políticas, o favor e o desfavor aos dirigentes, só se explica deste modo.

Els por que, ao falar-se da política de um país, não pode esquecer-se a filosofia que lhe é própria. Qualquer sistema supra-nacional, ou dirigido por valores não entrando em linha de conta com as diferenças, originadas pela existência de pátrias diferentes; qualquer sistema visando um abstracto tipo humano, assumido como geral, sem respeito pelo particular; qualquer sistema, em suma, que esqueça ou despreze a autonomia individual e as necessidades básicas dela derivadas — tal sistema, seja qual for o lugar ocupado entre os limites aceites pelo vulgo para os esquemas políticos, só transitóriamente triunfara além das fronteiras do país em cujo meio nasceu e se formou. Aliás, a crítica mais certeira e mais fecunda a fazer aos sistemas políticos, consiste, a nosso ver, em situá-los nos seus ambientes originários e estabelecer as diferenças existentes entre esses e os ambientes onde tais sistemas procuram impôr-se; desde logo se concluirá pela impossível identidade de ambientes, portanto, pela violência existente na adopção desses sistemas.

Sempre que um povo toma consciência do seu destino, a revolta contra o governo inadequado, porque exótico, explode e faz-se sentir perigosamente. O cataclismo revolucionário surgirá, por fatalidade, em tal momento, destruindo, inclusive, os valores capazes de reconduzir o povo ao seu lugar de direito; as forças dispersoras, que desde sempre espelham e procuram a desintegração das nações, infiltram-se na revolta, aniquilando no próprio esforço de recuperação, aquilo ou aqueles capazes de salvar o povo. A revolução nada resolverá, porque promove, sem proveito, a eclosão de novos odios e de reivindicações encadeadas; os homens que, em algum momento, tomando a consciência da necessidade da viragem histórica, para bem dos povos ou para a grandeza das pátrias, se encaminham para a senda revolucionária, precisam de saber que acarreterão, para si e para o povo, cruéis tormentas e negras perseguições; avaliar, em suma, o valor do fim em vista e o preço a pagar pelo

triunfo, será o drama presente a todo o revolucionário.

Ora, a mudança nasce nas almas e manifesta-se nos corpos; o processo inverso, falso e cruel, molesta o ser e tende a destruí-lo. Esta lei, deveria estar presente no espírito de todo o governante ou dos que aspiram a sê-lo; não interessa a esses a metodologia, pois, a acção, coerente, embora, com princípios e doutrinas, por experimentados que sejam, sempre se revelará maléfica se o condutor ignora ou menospreza a psicologia, facultante do conhecimento da alma colectiva (se assim podemos exprimir) de cada povo. Todo o governante ou condutor, que declare, por palavras ou acções, desejar a transformação das características dum povo ou duma raça, adulterando-as ao ponto de se identificar com as de povos e raças estranhas, está claramente afirmando a ineptia do seu governar ou conduzir, trai a função em que foi investido, e confessa, sem pudor, ser um enviado estrangeiro, propugnando e desejando, naturalmente, o triunfo de ideologias estrangeiras.

Por outro lado, não podemos já hoje aceitar sem inquietude, as pressensas garantias advindas da hereditariedade das castas socialmente mais evoluídas e representativas do povo ou da raça, ao longo dos séculos. Os seres espirituais que as famílias podem constituir, estão sujeitos às leis da geração, alteração e corrupção e, embora sob uma aparência onde é, por vezes, difícil ler os vestígios da destruição progressiva, perdem inexoravelmente os atributos, virtualidade e facultades, que, nos períodos de plenitude, puderam de algum modo distinguir os seus membros; mesmo sem entrar em linha de conta com a adulteração sanguínea, resultante da longa e reiterada geração, a dentro (ou não) duma certa unidade biológica, é necessário não aceitar com ligeireza supostos determinismos providenciais, sempre verificados, em suma, relativamente a um dado e singular momento histórico. Recorde-se Solovief e a atraz referida doutrina platónica dos filões, ou das castas hindus, para se ganhar consciência da efemeridade familiar e dos limites postos à influência dos ascendentes na qualificação dos rebentos das famílias; nada, nem biológica, nem filosófica, nem religiosa, indica que a existência de um génio, ou de um homem superior, nos ancestrais, provoque, propicie ou garanta o nascimento de outros similares na descendência; ao contrário, é legítimo supor, de acordo com uma valorização finalista, estar o homem superior ou o génio, na própria origem duma dada família, em cujo seio virá a nascer, podendo afirmar-se, igualmente que, com esse nascimento se cumpriu e esgotou o razião de ser dessa família.

Muitas são as provações suportadas pelos povos que, em dado momento, aceitaram a lei hereditária, como garantia dos atributos necessários aos seus governantes e condutores, quando ao mesmo tempo não possuíam, por desgraça sua, os órgãos capazes de emendar sucessões hereditárias perigosas para a continuidade, progresso e autonomia do povo. Sempre, porém, nos países onde seres superiores, informados dos secretos designios providenciais em relação aos povos, dispuseram de órgãos eficazes de escolha dos homens convenientes, para o desempenho das funções de chefia, condução e mando, a lei hereditária foi desprezada com a maior das freqüências, por vezes de modo violento, para que os que porventura impedissem a ascensão do homem indicado ao lugar indicado, não mais se achassem em condições de contrariar a escolha feita; inúmeros países possuem, no decorrer da sua história, exemplos da aplicação desta doutrina, incluindo o nosso próprio, onde, por exemplo, quando se reputou necessária a ascensão ao trono do rei D. Manuel I, não sendo, embora, o directo sucessor hereditário da coroa, todos quantos, ao abrigo dessa lei, pudessem obstar à escolha feita, foram simplesmente eliminados — para o país ter o chefe de que estava carecendo no momento; ao invés, quando um povo possui ou está em vias de possuir o chefe necessário, sempre a política de sobrevivência dos povos rivais ou inimigos tudo faz, para destruir o poder ou impedir a escolha desse chefe: quando D. Sancho II, por exemplo, mercê da política de protecção do reino recém criado, negou ao clero a satisfação das suas ambições de domínio político e posse territorial, logo o Papa, usando do seu poder enorme, depôs o rei e guindou ao trono Afonso III; de algum modo se pode dizer, pois, que, quando o inimigo tradicional ou o rival declarado apolam o chefe do povo contrário, esse chefe está disposto a

trair o seu povo. A intriga, o atentado, o veneno, o incesto, são os meios descritos na História, para a resolução dos problemas emergentes da lei da hereditariedade; a gerência de um estrangeiro, com todo o cortejo de degradações, revoltas e dissidências que arrastia, é ainda admitida por essa lei, se ele for, por descendência sanguínea, o legítimo herdeiro do poder; (o caso da dominação espanhola em Portugal, é disso claro exemplo, pois Filipe II de Espanha foi, nas Cortes de Almeirim, proclamado o herdeiro da coroa portuguesa).

A garantia única, portanto, da coerência da governação com os princípios das pátrias, consiste na educação libertária e patriótica dada a todo o povo e na estratificação procedente dos seres que o constituem, de modo a tornar viável, sempre que disso o país sofra necessidade, a emergência ou o envio dos homens capazes de o guiar. Já Sampaio Bruno relata, numa das suas obras patrióticas, o caso inglês que, em dado momento, teria sido alve das atenções dos governantes franceses que, a si mesmos, indagavam qual o segredo da Inglaterra para dispor sempre dum rico manancial humano, de onde brotavam figuras da craveira de Nelson, para a armada, de Disraeli, para a política, de Milton, para a poesia, de Newton, para a ciência, etc., etc.; o espírito francês, enviado à Grã-Bretanha para descobrir tal segredo, dirigiu unicamente as pesquisas para o sistema educativo inglês — e nele encontrou a chave. Hoje ainda, apesar das panaceias económico-sociais terem inquinado, quem sabe se sem remédio, a mente dos políticos, hoje ainda deve afirmar-se a conveniência da educação popular propiciadora do desenvolvimento individual, para o ajuste hierárquico se processar segundo a verdade de cada um, facultando o movimento ascendente natural, até onde cada um puder chegar.

Tal educação, repetimos, não poderá ser o fruto desta ou daquela metodologia, por muito provada em terras estranhas, nem partir de abstracta psicologia das multidões, onde as diferenças basilares, de homem para homem, de família para família, de povo para povo, são desprezadas, em nome dum lusório conjunto arbitrariamente classificado; tais diferenças, são as mais sagradas realidades que ao educador, ao mestre e ao governo jamais se poderão pôr. Não importará tanto contrariar os defeitos do povo, para imposição de virtudes por alguns nele desejadas, mas, de facultar o desenvolvimento das qualidades emergentes desses mesmos defeitos; sobre elas, erguer a estrutura educativa propiciadora da plena afirmação dos valores latentes ou manifestados na alma colectiva, propondo, de preferência, soluções originais, sobretudo quando crescer o perigo da adopção de receitas alheias; inseminar, através dos órgãos mais evoluídos, nos vários níveis, as camadas populacionais situadas em baixo, na estratificação hierárquica, de modo a provocar nelas a geração e nascimento de individualidades, capazes de, por si próprias e por direito, ascenderem ao nível superior; respeitar, em todas as questões da governação, o nobre sentimento (quando não consciencializado ainda a sua verdade) do livre-arbitrio e da livre acceção de cada um. Sobretudo, é necessária, ao doutrinador e executor político, a consciência da artificialidade e precariedade das estruturas (qualquer que sejam), originadas pelo fatalismo que obriga o homem — um ser individual e próprio — a viver em comum, em sociedade; a consciência de não haver lei geral capaz de abranger as particularidades indefinidas dum povo e que essa lei será tanto mais noiva, quanto menos as respeitar.

O caminho religioso a percorrer por todo o ser humano, em algum momento da sua existência, será o polo em relação ao qual se orientem as actividades comuns ou da cidade. Enformar a filosofia da Pátria, numa religião da Pátria, é o caminho único de conciliação das vidas separadas dos homens, com a vida espiritual da mesma Pátria. Quando todo o nascido num País, achar nele quanto lhe basta para a plena afirmação do ser particular que é, para a livre busca da via redentora, para a sua reintegração final, todo o nascido dará em paga a esse País a riqueza maravilhosa das suas vidas cumpridas; então a Pátria alcançará grandeza universal e se a todas as pátrias tal for dado, elas deixarão de ser, como o estado humano de condição natural será ultrapassado, na aproximação gradual do inominável Deus, de onde partimos e aonde devemos de regressar no fim dos séculos.

F. MORGADO

CRÍTICA

«PARA UM DIÁLOGO SOBRE ANGOLA»

Reflexão, dinamismo, sentido do futuro, eis as coordenadas que conduzem o breve, mas incisivo estudo de Manuel Vinhas sobre o problema de Angola. Na verdade, este industrial, que permanece acima de tudo um intelectual, este antigo discípulo de Agostinho da Silva, homem de acção nunca desvinculado da filosofia e da arte, actividades que lhe advêm do convívio com as ideias e as formas. Recordamos que, há anos, Manuel Vinhas levou a Luanda, com a colaboração do pintor Cândido da Costa Pinto, uma exposição da arte moderna portuguesa. Dir-se-ia que já apontava paradigmaticamente um caminho, numa altura em que entre nós pouco se pensava no assunto. Com efeito, Angola não é exclusivamente um problema político-económico, porque é também (ou sobretudo?), um problema cultural e educativo.

A circunstância de ser um industrial simultaneamente ligado a empresas metropolitanas e angolanas, dá a Manuel Vinhas aquela autoridade que vem de uma experiência directa e viva. Entre nós, o industrial é olhado com suspensão, mas quando, durante todo o século passado e até durante a primeira metade de anos do nosso século, a produção industrial esteve exclusivamente nas mãos de estrangeiros, que canalizaram os lucros para os seus países, é preciso prestar ao industrial português um mínimo de justiça. Éramos uma colónia económica da Inglaterra (como éramos, ao mesmo tempo, uma colónia cultural da França).

Manuel Vinhas salientou no seu trabalho a escassa vocação industrialista dos portugueses, a par da sua vocação comercialista, que atribui à influência fenício-judaica no nosso substracto anímico e cultural. Ora a libertação de Portugal, nesse plano, dependia de um acordar para a produção industrial de riquezas, que as doutrinas socialistas, em estado tão primitivo, dificilmente poderiam promover.

É evidente que há industrial e industrial. Há um tipo de homem de negócios (*nec-otium*) que leva para a indústria a lógica implacável e desumana do lucro, não atendendo a qualquer outra ordem de factores, espirituais, sociais ou psicológicos. Esta indústria, a que poderemos chamar narcisista, provoca inevitavelmente a reacção socialista ou marxista, apolando-se na hipertrofia de um Estado que, igualmente, se torna narcisista, pois esquece as determinações supra-estatais ou extra-estatais do movimento humano para a verdade, a liberdade e a justiça.

Não esqueçamos, porém, nos nossos esquemas políticos e sociológicos, o industrial para quem a indústria, o negócio e o lucro não são fins exclusivos. É nestes homens, que o liberalismo — diferente daquele, ingénio e positivista, do século XIX — pode depositar ainda alguma esperança.

Defende Manuel Vinhas a unidade portuguesa, vinculando as províncias metropolitanas e ultramarinas a um ideal português, comum e convergente; mas reflecte que a verdadeira unidade deve provir da espontaneidade, pelo que é sempre um problema que se põe às populações, mais do que ao Estado. Defende Manuel Vinhas a fraternidade dos povos e raças que hoje se encontram ligados à nacionalidade portuguesa, mas pela acertadamente para um dinamismo evolucionis-

ta e descentralizador. Defende finalmente Manuel Vinhas o futuro português de Angola e das restantes províncias ultramarinas, mas entende que tal depende da capacidade e maleabilidade das instituições que, cá e lá, correspondam aos anseios das respectivas populações.

Manuel Vinhas emprega a linguagem do realismo, sem excluir a idealidade original que leva os portugueses a ampliarem o conceito restrictivo de Portugal como mera província europeia. Aponta as formas como poderá processar-se uma gradual descentralização administrativa. Confia nas novas gerações, às quais os últimos acontecimentos podem ter restituído uma vivência de sacrifício e epopéia. Afirma a sua esperança no desenvolvimento cultural e técnico dos portugueses autóctones, o qual será tanto mais firme quanto forem esquecidos odios e ressentimentos, o qual será tanto mais rápido, quanto resultar de uma obra conjunta, lado a lado com minhos, beirões ou algarvios. E acentua a necessidade de um intensivo desenvolvimento industrial do Ultramar.

Que este desenvolvimento não é fácil, todos o sabemos. Manuel Vinhas foge a dar uma receita dogmática. Mas as ideias que nos trás constituem desde já uma contribuição preciosa: ao apontar os exageros de centralização, os erros provocados por uma burocracia labiríntica, a timidez do capital nacional nos seus investimentos, a possibilidade de acolher capitais estrangeiros, através de um equilíbrio que evite pressões e perigosas formas de domínio, o autor revela como o tema é crucial, e como o meditou desde a raiz.

Um dos momentos essenciais de trabalho, é o passo em que Manuel Vinhas trata da criação do Espaço Económico Português ou Mercado Comum Português. Não é o que mais desenvolve, mas através de uma cadeia de interrogações, levanta alguns problemas de grande importância. Na realidade, não se mostra entusiasmado com a perspectiva, que não se lhe afigura inteiramente favorável ao progresso industrial das províncias ultramarinas. Será assim? O autor estendeu, sem dúvida, o assunto, e é possível que os seus temores se justifiquem, enquanto a metrópole for região privilegiada no espaço português. Se, porém, ainda não está radicada em geral a ideia de que Portugal não é ou não deve ser nenhum território em particular, mas todos em conjunto, ou seja, a ideia de que todas as províncias se equivalem, desaparecendo neste conceito a diferença entre metrópole e ultramar, então temos a obrigação de ir até ao limite, ainda que encaremos uma solução federativa.

A grande dificuldade — quer no domínio económico, quer no domínio político-administrativo — está em encontrar a harmonia certa, para as tangências de unidade e diversidade. «Assente que não se quer destruir a unidade, mas sim estruturá-la de maneira diferente», escreve Manuel Vinhas com lucidez e insofismável sentido patriótico, dialoguemos com bom senso, independência e inteligência, como sempre fizemos nos momentos grandes da nossa História. E mais adiante: «É bom que se saiba que o Minho não é, nunca foi nem será igual a T. M.; nem sequer é parecido. Ambos têm sido, sim, portugueses, e gostam de continuar a sê-lo com as suas diferenças específicas, que são múltiplas e acentuadas».

Diferenças em que há que atentar seriamente para que o movimento, no futuro, seja de aproximação e não de separação. O Minho será

(Continua na pág. seguinte)

A FILOSOFIA E A «TEORIA DO SER E DA VERDADE»

Poucos recordam ainda, a indiferença inoperante, o desprezo ostensivo e o propositado aviltamento em que a palavra filosofia era tida, mantida e repelida entre nós, portugueses, há pouco mais de vinte anos. Poucos referem a este positivo facto, a origem da doença de que este país sofre e enferma, pois raros são os que, atentos aos processos sociais de infiltração das forças adversas e dissolventes de todo o ideal superior e patriótico, não submergem na vasta corrente das gerais banalidades.

Considerando este pecado original redimível, toda uma geração responsável se abalançou a restituir à palavra filosofia, sua antiga e remota nobreza, lutando com a incompreensão e negativa daqueles que, seus conterrâneos professam, na doutrina geralmente aceite e socialmente dominante — o positivismo — ódio secreto a toda a forma e actividade que revestem o livre pensar. Fechando este ciclo, o livro de José Marinho — «Teoria do Ser e da Verdade», julga-o. Julga-o como uma falácia, o que, dando a esta obra um carácter insólito, causa perple-

xidade e angústia nos contemporâneos.

Banalidade geral é evidenciar a contradição aparente entre indivíduo humano e humanidade para, afirmando a superioridade de um dos termos negar o outro quer por meio de forças policiais de uma política sempre opressiva ou por intermédio de acção criminosa que se desculpe em visão paradisíaca, quer por aceitação dos sistemas de pensamento que os antecedem e preparam. Banalidade semelhante é a negação das pátrias em nome de comunicações das quais nunca sabemos quem é o verdadeiro dirigente, ou a negação do processo gnóstico de que a razão é órgão particular, em nome de um suposto supra racionalismo ou de uma fictícia irracionalidade, um e outro, sempre de derivação universalista.

É certo que os homens não merecem a dívida imensa ou sem medida que lhes dá a presença materna, constante e protectora do eterno feminino, mas também não duvidamos de que tudo fazem para despertar ou atraindo as reacções e perseguições daquelas entidades que os gregos tão bem conheciam debaixo do nome de Euménides. Sob o ponto de vista filosófico é até risível que certos pensadores se surpreendam com o aparecimento das forças — constantes em todo o processo evolutivo —, que impedem a ascensão do particular ao universal. E é risível ou ridículo visto como, todos nós, nos encontramos ou experimentamos situações análogas; a calma, a insidia e a inveja actuam persistentes sobre e nos homens que aspiram, respiram ou se inspiram em processo de libertação audaz. Existimos, somos e podemos, sob o domínio de um matriarcado, cujas profundas raízes ou razões continuam por intermédio da subtil relação que nos liga à Mãe. Quebrá-la violentamente é chamar pela reactiva vingança que não tarda em seus efeitos terríveis.

Alguns pensadores preferem, uma vez verificada esta correlação, construir o seu sistema de pensamento que, dando-lhes falax visão ou miragem brilhante de uma liberdade, os resignem a suportar a resistência das madres que verificaram inimigas ou como que experimentadoras do homem. Não quiseram pagar o preço que lhes foi exigido ao conhecerem a origem das forças perturbadoras. Eis como aparecem os pensadores que interpretam, com lucidez e argúcia, o reino nomenclógico e o mundo fenomenológico, por intermédio de um reduzido número de noções pelas e às quais tudo traduzem e reverterem.

Há, porém, radical diferença entre o pensador que interpreta e aquele que medita. E dizemos radical, pois que esta diferença nos aparece como distinção mesma no nascer ou renascer de cada um. Efectivamente a admissão nos mistérios e a actividade do pensar que de aí resulta, não são permeáveis a quem pretende interpretá-los como enigmas e problemas de cujas soluções faça depender depois ulteriores demonstrações que allás redundam sempre em certificados ou certezas das teses propostas, numa tautologia que, por ser pouco aparente, não resulta por isso menos negatriz do processo gnóstico.

Pensar segundo um sistema seja ele próprio ou alheio, é na realidade regressar a casa, transformada agora em fortaleza, cujos muros se abrem em seteiras, frestas e orifícios através os quais o sistematizador ou o seu sequaz defende o que preza como sua única riqueza, lançando contra os que pondera como seus inimigos as balas da sua argúcia, os argumentos das suas armas ou, de novo, tendo véus, levantando obstáculos ou reconstruindo muros, em defesa de um saber paralizado, aguarda a acção inexorável da realidade que, em sua soberana indiferença, tudo lhe rompa, derrube e destrua.

O livro de José Marinho, é um livro de um pensador que se preocupou fundamentalmente com a doutrina católica. A interpretação tridentina da trindade tradicional é tão evidente ao longo do livro «Teoria

do Ser e da Verdade» que, só a ela referenciados, podemos compreender as três noções essenciais, isto é, as cifras ou termos que, como nos avisa o autor no prefácio, com as três noções decisivas constituem

POR

FRANCISCO SOTTO MAYOR

as determinações lógicas que tornam ao múltiplo mas unívoco discurso do pensamento gradualmente acessível. Allás o estudo interpretativo das relações entre o trino e o uno só poderia ser tentado por pensador que considerasse para sempre desvelado o supremo mistério.

Supor alcançado o limite é miragem humana a cuja tentação raros escapam. Evidentemente que o pensador que tal supõe, nega derivadamente todo mediador como ilusório, visto que, com a anulação do tempo, desaparece consequentemente todo o mito, lenda ou fábula, cujas representações em figurações externas perdem sua realidade perante a descoberta da subjectividade infinita ou interioridade secreta. Por isso José Marinho afirma que a visão unívoca é meridiana, não é auroral, nem para a infância, nem para nenhuma origem, nem para nenhum princípio e acrescenta (pág. 22) que a visão unívoca está fora do tempo, afirmando mais adiante que os deuses são deuses para os homens ou criações ilusórias destes. Acrescentamos que, sendo a ilusão ou os véus de Maia, «seres de engano», toda a doutrinação de uma teoria da verdade fica em aberto ao homem que bem depressa legitima as derivadas atitudes de violência, de desconfiança e suspicácia.

O autor da «Teoria do Ser e da Verdade» é, além de pensador coerente um filólogo emérito. Apesar disso, não nos surpreende que no texto do seu livro, notemos a escassez ou sobriedade do fabular. Parece-nos que o escritor tentou a impossível tarefa de escrever o que já de si mesmo exige por expressão simbólica a língua e por expressão degenerada, a escrita. O uso e abuso dos pronomes, proposições e conjunções, com a troca de posição dos adjetivos e substantivos, ilude a dificuldade de procurar e a facilidade de achar dos novos termos que designem diferentes conceitos; assim o «estêr do saber», a «verdade do ser» e o «ser da verdade». É óbvio que o autor se sentiu de algum modo implicado no processo que permite a comunicação entre os homens; mas por contradição imprevisível, afasta, apaga, ou renuncia ao modo tradicional do dizer simbólico. Exemplo típico do que acabamos de afirmar é o uso a que José Marinho submete e sujeita os pronomes; assim o emprego constante do pronome deffívado o, em sentido indeterminado, caracteriza a «viagem insinuada» de que o autor nos avisa, no prefácio, constar do texto do livro, como também, inversamente, a substantivação dos pronomes nada ou tudo, sinalizada pela inicial letra maiúscula, mostra que, em vez do habitual e gradativo ascender do sujeito ao assunto inserido nas frases, em períodos, cujo desenrolar matamórfico se acentua no pronome qualificante, isto é, que tem por fim, superar o designio que o nome encerra, por algo significativo de maior proximidade com o verbo flexível que anima o discurso, o escritor utiliza-o hábilmente para, indeterminado o sujeito deixar ao leitor a interrogação flutuante, a pergunta indecisa, o responder balbuciente.

É, na verdade, um livro difícil aquele que, deixada livre margem ao leitor, este se situa perante os assuntos que o livro trata, como que fora das imagens naturais, físicas ou psicológicas. De aí que o raciocínio do autor da «Teoria do Ser e da Verdade» se esquematiza na segura matemática das relações de quatro termos: as proporções directas e as pro-

porções inversas. Exemplificando as últimas citaremos a definição que o autor dá de sua intenção no contexto do livro: «descrever o que viu tal qual viu, o que pensou tal qual pensou». Eis como explicamos o emprego excessivo da preposição de, da conjunção como e do verbo ser. Dir-se-ia que teme o mal entendido que o leitor possa fazer sobre o escrito, tratando este, como trata, de coisas inabituais, ou que, procura afastar, allás inútilmente, o inoportuno leitor que apenas quer encontrar no livro que lê, a confirmação autorizada das suas opiniões vulgares. Só podemos pois concluir que o autor utiliza os pronomes, não para os usar em vez dos nomes mas para ocultar o segredo do sujeito permanente e obsidiante.

Toda a teoria interpretativa das relações trinitárias não ilumina ou supera a doutrina tradicional. A história ensina como certas heterodoxias que resultam sempre e precisamente de interpretações, têm levado as almas humanas, sem que possam tocar ou atingir a ortodoxia permanente e perpétua, de que só a leitura dos símbolos permite a iluminação que não seja nem as luzes, nem a situação do homem, do animal, da planta ou do mineral no mundo indefinido dos seres. Se de algum modo podem dominar, dominam heterodoxamente, isto é, no tempo, por intermédio de mitos que substituem outros, outros esses de cuja autoridade nos não é dado duvidar, por força das virtudes teológicas.

OS «BLOUSONS NOIRS»

Após a identidade é possível a igualdade. Antes nunca. Porque antes, essa relação só pode derivar por processo matemático, abstractivo, que resulta sempre de uma antecipação por demasiado rápida. Seguiremos o aviso do provérbio popular: Devagar que temos pressa.

Esforçam-se os marxistas sinceros por diminuir as diferenças homogeneizando violentamente a antropologia e até a cosmologia, em nome de uma utilidade primária. Resistem, os que a si mesmo se apelidam de «extrema-direita», por um processo que, se não conduz à homogeneização imediata, levará contudo o homem e o cosmos a uma contra-facção do uno em unidade infima. Uns e outros não se entendem apenas porque não querem estabelecer a plataforma para o mundo uniformizante e uniformizado que ambos pretendem e perseguem, consciente ou inconscientemente. No ataque aos pensadores, filósofos e publicistas concorrem e concordam ambos os agrupamentos. Métodos e meios, apenas na superfície diferem. Em volume, publicados ou expressos, são os mesmos: Agri-dem pessoas, não têm ideias. Pretendem assassinar, não atingem o primário ensinamento a que St. Agostinho deu expressão e Sampaio Bruno cumpriu em sua vida exemplar de republicano-monárquico: «Guerra às ideias e paz aos homens». São adolescentes, isto é, seres humanos que servem o que não

conhecem. «Blousons-noirs de la politique». Para eles, amor é promiscuidade, ódio, processo de anular a diferença pela morte. Não ultrapassam o domínio da mecânica. Agem e reagem como cegos. «Blousons-noirs»: vestem internamente de negro porque odiam, por impotência, a cor. A cor é a diferença.

Em Portugal, o perigo não vem nem do estudante nem do estudioso. Vem sim do que deixou de estudar, do que tem a pressa no afirmar, do adolescente de 30 ou 40 anos, o que com a aparência dos 35 mantém a mentalidade persistente, reactiva, resistente e negativa das visões adolescentes dos 12 aos 14 anos. «Blousons-noirs» do entendimento. «Blousons-noirs» de la politique», quando, da aplicação à subtil ciência que trata do governo dos homens, nela mergulham sem possível capacidade.

«Guerra às ideias e paz aos homens» eis aqui o que nunca poderão compreender os anos do pensamento. Na realidade, o insulto, a protéria e a estupidez, isto é a negação por exclusão do verbo entender, eis aqui, na realidade, repetimos, o que somente podem aqueles que não sabem que a alma humana é vaso de que o corpo é parede ou lado. E repetimos porque a repetição é o modo de maior capacidade ensinativa para quem, no limite da idade mental da violência, ainda não viu o que verdadeiramente significam as diferenças, as convergências e as divergências.

DIÁLOGO SOBRE ANGOLA

(Continuação da pág. anterior)

sempre, naturalmente, português; Timor será ou não, conforme a grandeza e o acerto do nosso esforço nesse sentido, porque se o esforço for grande e acertado, será então para sempre português, mesmo que um dia, episódicamente, viesse a ser comandado por algum dos novos conquistadores. Tal como aconteceu no Estádio da Índia, que continua a sentir-se português e qu., um dia, espero volte ao nosso convívio, ainda que em bases diferentes. Tal como acontecerá ao Brasil, a quem alguns eclipses provocados pela demagogia internacional dos seus representantes políticos, não farão esquecer a honra de ter partido de uma mesma raiz tão nobre e simultaneamente antiga e cheia de futuridade.»

O trabalho de Manuel Vinhas termina com palavras de esperança. Pode discordar-se de um ou de outro aspecto da sua argumentação, mas não é possível deixar de se reconhecer que se trata de um dos contributos mais positivos para o esclarecimento das vias a tomar pelas gerações do futuro. Perante estas, uma grande missão se abre: cumprir os ideais portugueses, na certeza de que eles representam, quando bem compreendidos, os valores mais altos de uma civilização que, nas zonas sociais dominantes, parece marchar para o suicídio colectivo ou para a catástrofe apocalíptica. Para além da propaganda maciça, que hoje se impõe às massas inconscientes e fanatizadas, a análise dos fins que a si mesmos se propuseram os grandes blocos e as grandes potências, demonstra a restrição dos seus ideais. Filosóficamente já os ultrapassámos, muito embora os ideais que neste jornal se têm defendido não tivessem tido realização social. Creemos, porém, que a hora portuguesa soará. E será então bem claro o conteúdo dinâmico e futurista do nosso patriotismo amplo e aberto.

COLEÇÃO FILOSOFIA E ENSAIOS

A MAIS CONSAGRADA COLEÇÃO DE OBRAS DE PENSAMENTO PUBLICADA EM PORTUGAL

ÚLTIMOS VOLUMES:

TEMOR E TREMOR

Kierkegaard

PRINCIPIOS DA FILOSOFIA DO DIREITO

Hegel

PRINCIPIOS DA FILOSOFIA

Descartes

ENSAIO SOBRE O HOMEM

Cassères

INICIAÇÃO FILOSÓFICA

K. Jaspers

ANTOLOGIA DE PÁGINAS ÍNTIMAS

Franz Kafka

FIGURAS PORTUGUESAS

Basílio Teles

5 MEDITAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA

Berdiaeff

O RISO

Bergson

GUIMARÃES EDITORES

CRÍTICA

O MOVIMENTO DE CULTURA NO ANO DE 1961

EM ABRIL

Não foi possível publicar-se um só número do «57» em 1961, devido a motivos alheios à vontade dos seus directores e colaboradores. No entanto, embora durante os cinco anos da sua vida, tivesse exercido uma actividade quase exclusivamente filosófica e cultural, o choque violento que para todos os portugueses representou o terrorismo de Angola, levou o Movimento de Cultura Portuguesa a publicar, em Abril, um Manifesto à Nação a que os jornais deram a devida publicidade.

Nesse Manifesto, expressão emocionada e pragmática de toda uma teorização anterior, infelizmente mal ouvida e mal entendida, se preconizavam medidas urgentes para obstar aos graves problemas que, desde logo, se podiam prever. Em alguns aspectos, como se pode verificar pelo texto que ora reproduzimos, o Manifesto foi infelizmente profético, já que, oito meses depois, a Nação viria a ser abalada pela perda da sua província mais querida, essa Goa que jamais sairá da nossa saudade e da nossa esperança. A passividade ou a má vontade das nações com quem tínhamos relações de amizade e aliança, confirmou desgraçadamente o sexto parágrafo do conjunto de medidas preconizadas no Manifesto. Eis o texto.

A NAÇÃO

Os signatários, representando uma corrente de opinião dominante entre os intelectuais mais jovens, julgam-se no dever de exprimir o seu pensamento sobre a conjuntura actual, pelo que vêm por este meio expor à Nação as razões que o determinam.

Os redactores do presente documento acreditam-se qualificados para o fazerem porque, desde o ano de 57, em artigos, opúsculos e livros têm tentado elucidar a opinião pública sobre as causas essenciais da crise, previram alguns dos principais acontecimentos verificados e apresentaram oportunamente as respectivas soluções. Dado, porém, que os intelectuais não têm tido no nosso país o órgão de acção eficiente para fazerem valer as suas ideias, vêm-se obrigados a reiterar, a repetir e a insistir acerca de uma problemática que infelizmente tem hoje crucial actualidade.

Tais razões determinantes são admitidas por todos quantos visam, perante os factos actuais, a respectiva verdade, pelo que julgamos congregarem o pensamento de pessoas de várias ideologias, partidos e crenças, independentemente de divergências de pormenor.

É indubitável que um povo que não forma apenas uma nação, que é uma pátria com responsabilidade no destino humano, não pode de modo algum aceitar imposições internacionais venham de onde vierem, assim como não pode abdicar da sua missão civilizadora, perante a ofensiva das forças que, por interesses vários, contra ele se conjugaram. Possuidor de um pensamento próprio, embora este haja sido lento a exprimir-se e haja sofrido a relutância de instituições desnacionalizadas e desnacionalizadoras, Portugal tem no entanto o dever de levar a cabo o compromisso que a si mesmo se propôs, ao pôr termo ao isolamento dos continentes e ao promover o convívio de raças e civilizações que se ignoravam.

Não havia, em verdade, outro caminho a seguir, quando a integridade da pátria surgiu ameaçada na frente externa como na frente interna, do que uma decisão pronta, enérgica e eficaz como a que foi tomada.

Nenhum povo consegue subsistir no tempo, se em determinados momentos históricos não encontra dentro de si as forças necessárias para o combate, se não faz face ao perigo de morrer e ao perigo de matar, se não sacra em sofrimento o direito de ser respeitado e considerado em sua específica individualidade.

Há, precisamente, quarenta e três anos — desde 1918 — que Portugal vive em paz com as outras nações. Tal não poderá dizer-se dos mesmos que chegam o ataque contra nós na organização por ironia ainda chamada das Nações Unidas. Não contribuímos para a hecatombe da última guerra mundial, não tivemos guerra civil, não sustentámos lutas mortíferas como as que tiveram por teatro a China, a Coreia, a Indochina, a Hungria, Cuba, a Argélia, o Tibete ou o Laos. Quem poderá honestamente acusar-nos se, em defesa própria, chegou a hora do baptismo de sangue e, numa legítima reacção nacional nos vemos obrigados a contrariar a nossa vocação pacífica e fraterna?

Desaparecem da face da Terra os povos que, timoratos, divididos e indecisos, entram pelo caminho das concessões, acabando por pautar todas as suas decisões históricas pelo pensamento de outros. Podemos pois encerrar sem receio anímico e moral, sem perda de consciência, a necessidade de fazer heroicamente face pelas armas à ofensiva anti-portuguesa em todos os campos. Em consciência, devemos todavia interrogar-nos: em nome de que princípios o fazemos?

Nenhum português verteria o seu e o alheio sangue para defender plutocracias, monopólios ou interesses económicos de uns poucos; nenhum português o faria apenas porque o decide uma política, um partido, um homem, por excepcional que seja; nem para manifestar o preconceito da superioridade das raças brancas sobre as raças negras; muito menos por um imperativo meramente histórico ou passadista; e tão pouco porque queiramos considerar Angola, Goa ou a Guiné como baluartes anti-comunistas como cidadelas do chamado Ocidente ou da chamada Europa, que ainda ninguém conseguiu definir o que seja.

Mantemos e esforçar-nos-emos por manter sempre a integridade nacional em quatro continentes, na medida em que nos assumirmos detentores de um pensamento — em verdade o único — capaz de promover no futuro a integração das raças, dos continentes e das religiões, através de uma efectiva fraternidade, assente na transcendência mental e no movimento intelectual para um futuro livre do que está obstando à grande sede humana não apenas de felicidade social, mas também de esperança na espiritualização das nossas mais secretas tendências. E aceitamos e jogando-nos como chave do futuro que necessariamente reivindicamos o direito de sermos reconhecidos como uma pátria pluri-continental, pluri-raacial e pluri-religiosa, contra os agressivos continentalismos, racismos e fanatismos ideológicos que dominam o mundo contemporâneo.

Atendendo, todavia, à gravidade dos acontecimentos de Angola, os portugueses mais conscientes, patriotas e isentos da suspeita de alinharem intransigentemente à esquerda ou à direita, procuram saber por que motivos foi possível em províncias juridicamente integradas na nação, um clima de insurreição e ódio, em parte provocado por agitação e propaganda vindas do exterior, mas em parte certamente propiciado por uma teoria de erros perpetrados por nacionais.

Há evidentes culpas, culpas que não é possível ocultar ou renegar, culpas de ordem interna, culpas de natureza cultural, social, económica e administrativa culpas que deve-

mos assumir corajosamente, se em verdade as queremos ultrapassar. Eis porque as indispensáveis e urgentes medidas militares tomadas, implicando ocupações, luta e repressão, só têm sentido em nosso entender, se forem acompanhadas de medidas não menos indispensáveis e urgentes, medidas capazes de anular, no mais breve espaço de tempo, o atraso provocado por deficiência e carência de orientação.

A existência de populações em estado de barbárie ao fim de quatro séculos de ocupação, é um elemento do processo contra os portugueses. O escasso povoamento dos vastos territórios de Angola e Moçambique; os privilégios concedidos a grupo minoritário de raça branca; as situações de injustiça que, nem por serem contrariadas pela lei, deixam de ser reais; as dificuldades de expansão e de unificação económica; a falência de educação e do ensino à verdadeira escala nacional enfim, a incompleta portugalização do Ultramar, reflexo inevitável da desnacionalização vigente nas próprias instituições culturais e educativas da metrópole, são alguns, de entre os múltiplos factores que nos conduziram dramaticamente à situação presente.

Não deixando de reconhecer aspectos mais positivos da obra empreendida até à data no Ultramar, os signatários, representantes de um pensamento independente, insumissivo e imparcial, dirigem-se à Nação esperando que das autoridades responsáveis seja tido em consideração o pensamento expresso nas suas publicações, tomando-se medidas urgentes e imediatas, logo após a pacificação dos territórios de Angola, com esta ou aquela estrutura jurídica, mas no sentido de:

1.º Reformar o ensino público segundo o ideal português. A acção educativa não tem o fim egoísta de habilitar os homens a exercerem uma profissão, subordinada aos interesses da agricultura, da indústria ou do comércio, mas visa principalmente manter a perenidade da pátria e os valores espirituais que representa. Esta acção deve ser alargada sem demora às províncias ultramarinas, pela criação de Escolas, Liceus e Universidades em número suficiente, bem como pelo recrutamento de professores e mestres sem as morosas e impeditivas dificuldades burocráticas que se conhecem. Ponto importante, é também a revisão imediata das condições de leccionação e missão em territórios portugueses. Seria absurdo promover-se a educação e a elevação do nível cultural das populações ultramarinas, partindo do preconceito de uma auto-determinação, que só dentro de muitos anos poderia ser posta em problema, até por que nada garante que essas populações, uma vez espalhadas mantivessem os conceitos racistas que parecem dominá-las momentaneamente e em algumas zonas, por influências ainda não determinadas.

2.º Promover a legislação necessária para que cessem imediatamente todas as situações de injustiça, pelas quais os portugueses metropolitanos gozem de quaisquer privilégios sobre os portugueses ultramarinos. Se perijulhamos a tese da integração e não a da assimilação, é porque a verdadeira integração, ao contrário do que por vezes se julga, supõe, sim, o primado da língua e da cultura portuguesas, mas respeitando os caracteres específicos das diferentes raças, religiões e culturas.

3.º Povoar eficaz e sistematicamente os espaços de Angola e Moçambique, numa grandiosa campa-

nia nacional de decisivos efeitos, não só para a valorização ultramarina, como metropolitana. Tal povoamento deve sustentar imediatamente a deprimente emigração dos portugueses para o estrangeiro, nomeadamente para o continente americano.

4.º Fomentar a unidade económica de todas as províncias, libertá-las das restrições que uma burocracia morosa ainda provoca e facilitar os investimentos nacionais e estrangeiros, assegurando-se nos acordos a absoluta orientação portuguesa, de modo a que um surto de riqueza económica torne possível o povoamento em elevado ritmo.

5.º Adaptar as condições previstas por este intenso movimento de renovação à escala trans-continental, o actual processo administrativo, assente num só organismo, o já inadequado Ministério do Ultramar. Em suma, promover a descentralização possível, sem quebra de soberania.

Só neste equilíbrio se poderá basear a Comunidade Lusá, cuja radicação e fortalecimento deve ser a gigantesca tarefa portuguesa dos próximos anos.

6.º No domínio externo, rever todo o nosso sistema de alianças, pactos, convénios, concordatos e outras formas de colaboração internacional, à luz dos interesses pátrios ameaçados, indo até onde preciso for, para que não sejam subestimados os triunfos que possuímos. Nenhum povo deve arriscar a sua sobrevivência, transferindo os seus direitos e responsabilidades para organizações internacionais, cujos poderes legislativos, judiciais e executivos de ambição supra-nacional não passam de uma utopia ou de uma mistificação ao serviço das grandes potências e dos grandes potentados.

Qualquer política verdadeiramente nacional, tenha ela um sentido mais autoritário ou mais democrático, mais socialista ou mais liberal, deverá considerar a resolução destes problemas instantes, pois o abandono das províncias ultramarinas representaria, não apenas uma decadência de imprevisíveis consequências, como a barbarização de territórios e populações a respeito das quais assumimos inalienáveis compromissos civilizadores. Ao acentuar estes pontos essenciais, os signatários julgam cumprir o seu dever na hora presente e significar os anseios da juventude mais esclarecida, aquela que não pode compreender um patriotismo e um imperativo nacional, baseados sobre imagens falseadas da realidade e sobre posições acomodaticias, aquela que vê na pátria espiritual, a que não faz concessões e deve marchar à frente em todas as reivindicações da justiça, a própria garantia do movimento da humanidade para o que é verdadeiro, bem e belo. Abandonar o Ultramar ou conservá-lo à custa do domínio unicamente militar e económico, são as duas faces da mesma infidelidade. Infidelidade da pátria ao seu mesmo ser, infidelidade da pátria à Humanidade que representa. Infidelidade que não vive aliás no espírito de nenhum português verdadeiro. Estamos e estaremos presente em quatro continentes, mas só em nome de um futuro construído sobre caminhos de fraternidade, espiritualidade e renéncia. Tal é a atitude de um grupo de escritores votados desde há quatro anos a denunciar a crise e as soluções para a crise que ameaça aniquilar a pátria; atitude motivada pela consciência do dever presente a todo o intelectual português. Outros haverá cuja posição ou cuja

ideologia sejam mais próximas ou mais distantes das nossas; o dever desses é manifestá-las também, para que a nação seja devidamente esclarecida pelo pensamento responsável. Mas aos que concordam conosco, embora em silêncio, que apolam a nossa posição, embora libiamente, cabe-lhes agora tomar consciência de que efectivamente só o pensamento português dá garantias de resolver os problemas de Portugal.

António Quadros
Fernando Morgado
Francisco Sottomayor
Francisco Sylvan
Jorge Preto
Luiz Carlos do Espírito Santo
António Braz Teixeira
Alexandre Coelho

EM JUNHO E JULHO

Colóquio «O que é o ideal português?»

Compreendendo que a defesa da posição portuguesa, contra a ofensiva e a incompreensão de quase todas as nações, só podia encontrar a sua mais profunda legitimidade na existência de um ideal superior, fundamento da pátria e da sua projecção no mundo; compreendendo também que a própria ideia de pátria, com as suas raízes filosóficas e ideais, se encontra em crise — crise provocada por outros conceitos filosóficos e ideais vigentes, mas a atingir já o ponto extremo de saturação —, o Movimento de Cultura Portuguesa realizou na Casa da Imprensa, em Lisboa, no decorrer dos meses de Junho e Julho de 1961, um colóquio, procurando responder à interrogação basililar: «O que é o ideal português?». Eis os palavras de apresentação, inseridas no programa:

Existe um ideal português, justificativo da nossa autonomia, da nossa história, da nossa presença no mundo, da nossa expansão nos cinco continentes, da nossa projecção no futuro? Cada vez se torna mais patente a insuficiência das concepções unicamente sociológicas, económicas e políticas da pátria. Voltada ao porvir, a juventude portuguesa interroga-se sobre a própria essência da acção a que deve entregar-se. Há um «projecto vital» especificamente português? Um caminho original e inconfundível para a verdade, para o bem, para a beleza? Uma interpretação inédita, que nos distingue, obnubilada embora por inúmeras sobreposições e sombras? Perturbada, perplexa, angustiada, a Europa, a que durante um século recorremos, já não dá soluções e já não rasga horizontes ao espírito. Esses horizontes estarão ao nosso alcance descobri-los e conquistá-los? Alguma verdade se cifra na intuição esperancosa de tantos dos nossos poetas e pensadores? É chegada a altura de repensar Portugal? Se todos «sentimos» a presença, mais longínqua ou mais vibrante de um ideal colectivo e pátrio que nos transcende como se exprime como se configura, como se pode concretizar?

O colóquio, que se inicia na «Casa da Imprensa» graças à gentileza e boa vontade da direcção deste prestigioso organismo, não pretende dar soluções positivas e dogmáticas, mas sim descer tanto quanto possível ao âmago desta premente interrogação: o que é o ideal português?

O programa foi cumprido, com uma assistência sempre numerosa e atenta, prolongando-se normalmente os debates, vivos e por vezes polémicos, até às duas horas da madrugada.

PORTUGUESA

MERIDIANO DO CHIADO (MEMÓRIAS)

61

decorreu a ordem do coló-

quio: «O Ideal Português na Europa», por António Quadros; 23 de Junho: «O Ideal Português no Mundo», por Sylvan; 27 de Junho: «O Ideal Português na Arquitectura», por Morgado; 30 de Junho: «O Ideal Português no Direito», por António Teixeira; 4 de Julho: «O Ideal Português na Religião», por Francisco de Sá; 7 de Julho: «O Ideal Português na Literatura», por Francisco de Sá; 14 de Julho: «O Ideal Português na Economia», por Alexandre de Gusmão; 21 de Julho: «O Ideal Português no Ensino», pela Comissão de Estudos; 25 de Julho: «O Ideal Português na Síntese elaborada por uma comissão».

As pessoas, entre as quais muitos, intervieram nos debates, e as notas as intervenções, as palavras, ora discordantes, mas sempre, de professores, escritores, como José Marinho, Fernando Pinto Loureiro, João Simões, Alvaro Ribeiro, João Dias de Magalhães, Fernando Castro, P. Agostinho Veloso, Vasco da Cunha d'Eça, João de Sousa Tavares, Heráclito de Sousa, Armando Pereira Santos, Jorge Botelho, Alfredo Mendes António Alvim, P. Narino de Sousa, Santa Rita Vaz, Natália Domingos Monteiro, Tomaz de Sá, etc...

A variedade dos debates assistentes souberam trazer notáveis contribuições ou provocando a réplica dos oradores de um modo geral a favor da existência de um alto nível que a nossa pátria não pode assumir, embora nem sempre tivesse sido fiel ao longo da sua existência. A mais funda justiça a nossa presença nos cinco continentes, quer nacional, quer espiritual, é, igualmente, a força que obriga a prosseguir, cada vez mais exigente em relação à nossa existência de projecção trans-continental.

A sua extensão, não se publicou no Colóquio no «57», mas será posto à venda, a iniciativa «Movimentos», um volume sob o título «O Ideal Português».

DEZEMBRO

Assim, assistiu-se, de perto, à invasão de Portugal pela Alemanha, na província de Goa. Na sequência da acção patriótica e do Movimento de Cultura Portuguesa, enquanto as tropas alemãs iam abrindo as hostilidades, pelo que veio a ser publicado no dia 21 de Dezembro.

pelo patriótico

governo da Nação

de responsabilidades na política do País, com a consciência de que há valores a preservar e a defender, além e acima de correntes ideológicas ou de regimes políticos. Muitos portugueses se enunciam decididos a fazer o seu pensamento e entendem manifestar publicamente, com a energia, essa decisão, em situações criadas no

País por imperialismos económicos e ideológicos e por ambições políticas de varia ordem — traduzidas em sangrentas agressões aos territórios portugueses em África e no Oriente, culminadas com a invasão de Portugal na Índia — sem que esses portugueses que o primeiro dever é o da defesa da própria existência livre e independente do País; e confiam que a esse dever o Governo saiba sacrificar possíveis afinidades ideológicas ou eventuais simpatias políticas.

E tempo de encarar corajosamente e sem pelas todas as responsabilidades da gravíssima crise para que muito contribuíram as incompreensões as indecisões, as ambiguidades e a inoperância de aliados que não entendem o que representa e vale a Pátria Portuguesa. É tempo — e sabemos que pensamos como nós milhões de portugueses da Europa, da África e do Oriente — é tempo já de rever alinhamentos de política internacional para que se não possa encontrar justificação: por que devemos de continuar solidários de um Ocidente que nos não defende, ainda quando a nossa causa é a sua? Por que devemos de aceitar complacentemente alianças que só sobearam, até hoje, pedir-nos sacrifícios financeiros, bases militares, serviços económicos — e falham aos mais elementares princípios de apoio efectivo deste aliado em dificuldades? Por que não devemos de procurar — com a nossa essencial e tradicional situação euro-afrasiática — por que não devemos de procurar manter uma posição neutralista de equilíbrio, entre um mundo oriental que nos solicita e um mundo ocidental que não nos acompanha? E tempo de rever as amizades inúteis que nos abandonaram e buscar as solidariedades de que necessitamos, substituindo falsas alianças por apoios que se mostram capazes de coincidir connosco nos interesses e nos objectivos concretos da guerra em que nos envolveram. Se Pequim se revela mais eficaz na contenção das imperialistas ambições de Nova Deli — para que faremos de nos sujeitar à caríssima, pesada, vexatória inclusão no quadro da O.N.U.? Se a O.T.A.N. hesita — podemos hesitar nós? Seguros como estamos de que este ou outro Governo, se quiser interpretar o verdadeiro sentir do povo português não pode deixar de colocar no primeiro plano das suas preocupações a integridade e sobrevivência da pátria — entendemos do nosso dever, e dever de que não estamos dispostos a abdicar, exigir que a essa preocupação se subordine tudo e se sacrifiquem todas — mas todas! — as considerações de estreita ideologia e de subserviência política.

Só Portugal — na Europa, em África, no Oriente — efectivamente conta. E não podemos permitir que isso se esqueça ou se oculte.

A defesa intransigente da única Nação que hoje detém e assume o princípio espiritual da comunidade multirracional, multicontinental e multirreligiosa, é a defesa do princípio de paz e de justiça, através da qual o Mundo pode caminhar em movimento ascensional. É preciso denunciar claramente que as ideias por que se guiam, não só a União Indiana como a grande maioria das Nações representadas na O.N.U., constituem sintomas de degradação e de regressão do espírito. Neste vasto movimento de decadência civilizacional, Portugal ocupa uma posição-chave, e por isso o seu Governo — seja ele qual for, repetimos — tem o direito e até o dever de colocar acima de tudo a integridade da nossa Pátria universal. Tem-se dito que Portugal está defendendo o Ocidente e a influência ocidental em terras do Oriente. Não é assim: Portugal está defendendo, ao mesmo tempo, Ocidente e Oriente, a própria Humanidade, tão certo é que não depende do futuro do Mundo da força bruta, mas sim de quem melhor

souber exprimir os caminhos da justiça e da verdade.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1961

O MOVIMENTO DE CULTURA PORTUGUESA — a) António

Quadros, Fernando Morgado, Francisco Sottomayor, Jorge Preto, António Braz Teixeira, Luís Carlos Espírito Santo, Alexandre Coelho, Luís Furtado Guerra.

Todos os leitores que pretendam de algum modo manifestar a sua solidariedade a este apelo deverão enviar as suas adesões para este jornal, onde se receberão cartas e listas de assinaturas.

Imediatamente, um movimento de adesões, apoios e concordâncias, vindos de todos os lados, sem distinção de credos políticos ou de classes sociais, se criou em torno destas palavras, que representavam, afinal, o próprio protesto da nação, atingida na sua alma, e disposta a erguer-se em legítima defesa e em intento renovador e afirmativo.

Entre os que, por carta, telegrama ou pessoalmente, se nos dirigiram, registamos, entre outros, os seguintes nomes:

M. Francisco dos Santos, (Lisboa), Venâncio Constantino Martins, José Fernandes Pamplona, Luís Santos, José Manuel Garrido, José de Seabra Póvoa, Fernando Martins Monteiro (Lisboa), Eduardo Fernandes (Cacém), Francisco da Cunha Leão, Fernanda da Castro, Pedro Soares, Filomena da Purificação Marques (Lavrado), Nina Marques Pereira, Agueda Sena, Eng. Luis de Azevedo Mendes, Juiz-Conselheiro Dr. Alberto Queiroz de Sousa Pinto, Júlio de Almeida, Heleusa Cid, Eduardo Freitas da Costa, Carlos Sampaio Maia (Vila Nova de Gaia), Presbítero Eduardo Henriques Moreira, Eng. Agr. J. de Sommer Ribeiro, mulher e filhos, Fernando da Silva (Odivelas), «Um homem da Rua» (Almada), Gil Daulos, Eduardo Fonseca (Porto), Eng. José Pereira dos Reis, Dr. Eduardo Barbosa de Almeida, Dr. Mário C. Azevedo, José António Herdeiro, Mário Santos, Guarelro Marques, Eng. Tomaz Roque, Filipe Benjamin Jorge dos Santos (Évora), Fernando J. F. Feijó, António da Costa Salgado Junior, Alvaro Martins da Silva (Lourenço Marques), Coronel Vassalo Pandogo, Maria Ivone Marques de Jesus, 1.º Cabo Duarte Ruy d'Orey, António Ferreira (Ansião), Dr. Diogo Correia, José Tavares Cabral, João Rocha e Silva (Penamacor), António Macedo, António Aires dos Santos (Almada), João Azevedo e Silva, Dr. Joaquim Mascarenhas (Vale de Santarém), Júlio Alves (Porto), Francisco Feijão da Silva Ramos, Fernando Poixão Barreira, João Paulo Lencastre de Sousa Pinto, Pedro Altar (Tomar), João Abel Cerqueira (Viana do Castelo), Alexandre C. Freire, Bento Ramos Montes, etc...

Na impossibilidade de registar os nomes de todos quantos se dirigiram aos signatários, o Movimento de Cultura Portuguesa agradece a tantas pessoas que manifestaram a sua solidariedade e que, sabemo-lo, são apenas um pequeno número relativamente ao movimento de opinião dos que pensam como nós, nos aspectos enunciados no Apelo. Muitas das cartas recebidas constituem contribuições positivas e inteligentes para os graves problemas que Portugal atravessa. Elas animaram-nos, mais do que qualquer outra coisa, a prosseguir numa acção desinteressada, singular e minoritária, mesmo quando, de todos os lados, se ouvem as vozes da descrença, da obediência, da desistência, ou de uma teimosia sem conteúdo teórico e ideal. No seio da angústia, há ainda lugar para a esperança.

Vou por uma destas noites estivais até à Casa da Imprensa.

Na sucursal do «Século», os três telegramas fatídicos, do costume, de papel colado sobre a fachada de alumínio — bombas em Argel, um descarrilamento de comboio no Tez, com vinte pessoas feridas e três mortos e mais outro horripilante desencontro social da vida com a morte — espalham nesta atmosfera da cidade uma calma, até certo ponto de opressão. Os jornais só trazem notícias inquietas. Dir-se-ia que são feitos para o sensacionalismo de coisas terríveis. Um homem afogou-se. A existência ninguém a soube senão depois de morta. E nós devoramos este narcótico que nos enche os dias. Paciência. Nem sequer reagimos. Estamos mortos ou vivos? Flutuamos neste mundo criado.

Neste meio ano de 1961, Portugal foi posto à prova de sangue. Mais uma vez aqui estava o selo da imortalidade. Só o sangue faz mártires e heróis e sela as fronteiras das pátrias.

Portugal ou não Portugal? Há quem pergunte: o que é o ideal português? O significado e a missão?

«57» propõe um exame de consciência, quis levantar a voz, fazendo a pergunta a esta gente da alta intelectualidade, da alta plutocracia, da alta roda, para analisar os conceitos, as causas e os fins.

No pequeno nada dum convívio de Café, alvitrou-se a maneira de dar resposta. Conferências na Casa da Imprensa, durante umas semanas, fazendo um curso de portugalidade.

O início fora na «Brasileira». Mal sabiam os frequentadores agitados do Café, quando viam os rapazes do «57», o que tinham lá dentro do peito em agitação, em conversas tidas e havidas nos espaços onde as mesas apertadíssimas mal nos deixam passar.

Este café é um carro eléctrico. Parece-me sempre um carro eléctrico com rodas. Tal como o cinema Odeon. A mesma sensação de que andamos com guarda-freios e condutores, por cima dum chão moventado.

Adiante. São derivativos que não interessam.

Pois entramos, numa noite estival, na «Brasileira», antes de irmos para a Casa da Imprensa. Os do «57», já lá não estavam. Hoje era a sua noite de estreia, como se fosse a primeira representação duma peça. Vagos frequentadores, sob as decorações do Marques, os Almadas e Viana, que assistem, assistiam e assistiram a milhentas espirais de fumo, intelectualizadas por iniciativas como estas. Era mais um grito no Chiado.

Ideal português?

Ainda estavam muitos destes gritos na memória. Os suplementos literários falavam da questão dos painéis. E verdade. Era mais uma — a eterna questão de Nuno Gonçalves.

José de Bragança, o último franco atirador, defende um segredo há trinta anos. Mas tem fechado o enigma das suas cogitações. Ele é que sabe; ele é que sabe; ele é que sabe.

Sim ele é que sabe. Mas sabe o quê?

Sabe tanto quem é o autor dos painéis, como quem rubricou o quadro que levou para a retrospectiva de Armando Basto. O José Rodrigues, ao ver-se morto e representado naquela montra, o que é que teria dito? E sentido? Deverá ser uma sensação horripilante, não?

Outra vez adiante. Os factos anecdóticos não nos deixam subir ao Largo das duas Igrejas. Camões perfila-se, na sua estátua de bronze, rodeado de filhas, enquanto a pergunta não nos deixa: o que é o ideal português?

Pedro duvidava, e o galo cantou três vezes. Nós não duvidamos mas vamos com esta própria sombra, de pessoa da rua, para os colóquios da realidade sobre a idealidade.

Um homem faz uma casa; dois uma guerra; três presidem a esta conferência com o orador da noite, que é António Quadros, que está de fato escuro.

A crónica podia fazer-se assim: Assistência de escol, onde se aponta-

vam muitos nomes conhecidos nas artes e letras. Mas eu só fiz os nomes de Alvaro Ribeiro, Domingos Monteiro, Delfim Santos e a poetisa Fernanda de Castro.

Cada qual viu no final o António Quadros à sua maneira. Domingos Monteiro, criticou-o mas enalteceu-lhe os méritos; Delfim Santos, porque discordava afirmou a certa altura:

— Assim, não o considero já meu aluno.

Alvaro Ribeiro, silencioso e tranquilo, remirava-se no vulto do moço escritor, que ele, com o seu apostolado de sabedoria, arrancara das influências dos mestres universitários e o pusera a pensar por conta própria.

Sim, António Quadros já não era um aluno de Delfim Santos; antes um discípulo de Alvaro Ribeiro.

Fernanda de Castro enterneceu-se como o filho. Era o seu menino grande, dos mistérios e dos silêncios do quarto de brinquedos. Agora estava ali, com o nome de António, como o do pai, e de Quadros, com o apelido da mãe.

Eu trouxe na memória aquelas voz: palavras chave do ideal português.

II — Conferência — Apontamentos da conversa do F. Sylvan. Princípios a falar sobre a infância dele na metrópole. Mas depois, com a música das próprias palavras, deriva para o lado racista. Atrás de mim está um padre que faz a propaganda do Janio Quadros.

Sai depois de escutar uma sarapatada contra a memória de Mousinho de Albuquerque.

Fora daquela atmosfera ideal entrei no real, na realidade, nas ruas de Lisboa, quando, para o Carmo, seguia a procissão com as ossadas do Condestável. Valeu-me este conforto de ideal português.

III — Conferência. — Fernando Morgado disserta sobre o ideal português na arquitectura. Ilusão no auditório, que esperava ouvir considerações sobre o pombalino e manuelino. Nada disso. Falou sobre a ética da casa portuguesa — a habitação do lavrador e do mareante.

Um assistente subiu à mesa dos debates. Quando se julgava que iria rebater ou aplaudir o conferente, transportou a questão do plano de ideal para o real — procurando saber: «Porque razão os projectos entrados na Câmara Municipal de Lisboa demoram dois anos para aprovação?»

E esta ingente interrogação caiu naquele auditório como balde de água fria.

Sai à 1 hora da noite e os debates continuaram.

IV — Conferência: O ideal português e a religião. — O assunto é arrojado, mas o Francisco Sottomayor defende-se com unhas e dentes. Os padres da assistência procuram rebater a afirmação do orador, que diz que na obra de Guerra Junqueiro se anuncia a aparição da Virgem com a mensagem de Fátima.

V e VI — de Cunha Leão e António Braz Teixeira.

Tenho aqui nos apontamentos de diário.

Qualquer das palestras bem delineadas e demonstradas.

Se a Casa da Imprensa serviu para mais debates não sei. Está calor. Um calor terrível e todos procuram fazer as malas e ir para férias. O meio agitou-se. E hoje, que são passados não sei quantos meses, muita água correu para a terra e de muitos acontecimentos sociais se compôs o mundo. A invasão da Índia, deu-se no final do ano. O ideal português manteve-se intacto, mas a realidade é que nós não tínhamos balas para responder às rajadas de metralhadoras de Nehru.

O astronauta Glen foi para a órbita, dando quatro voltas à terra e, prevendo as viagens planetárias, afirma que o futuro da navegação no espaço será feito pelo processo da orientação pelas estrelas, como faziam os portugueses de Quinhentos.

Era ainda e mais uma vez a realidade do ideal português no mundo.

AZINHAL ABELHO

TEATRO PORTUGUÊS TEATRO SEM PALCO

1. BREVE BALANÇO DE UM ANO DE TEATRO

Uma rápida análise da vida do teatro português nos últimos doze ou catorze meses revela-nos a que, da dezena e meia de peças levadas à cena pelas companhias profissionais de Lisboa e Porto, apenas cinco correspondem a originais portugueses.

Se nos lembrarmos, porém, de que esses cinco originais se cifram na reedição de uma peça de Alfredo Cortês, nos dois originais incluídos no «Teatro das Novas» e em dois inqualificáveis pastiches histórico-patrióticos, o panorama do teatro português não se nos antolhará muito brilhante e animador.

Mas se a isto acrescentarmos que, durante o mesmo período, nos visitaram medíocres companhias francesas, e trabalharam em Lisboa três encenadores espanhóis e algumas companhias incluíram nos seus elencos actores estrangeiros, a nossa actualidade teatral parecer-nos-a caracterizada pela demissão, pela agonia lenta e pelo gritante e insultuoso paradoxo.

Se o que se passa com os originais é apenas mais um passo na marcha regressiva, há longos anos em curso, passo tanto mais inadmissível quanto, durante o ano de 1961, foram publicadas catorze novas originais portuguesas, a verdadeira invasão espanhola, no campo da encenação, surge-nos como traídoira condescendência com o provincianismo e o snobismo de certo público inculto e despojado.

Este novo aspecto da voluntária crise do teatro reveste-se de uma gravidade que cumpre assinalar, por corresponder a mais uma forma, acarinhada e aplaudida, de negar a cultura portuguesa de alargar o já demasiado vasto âmbito do domínio cultural estrangeiro em Portugal.

Efectivamente, não só nenhum dos três directores espanhóis veio ensinar nada de novo aos nossos encenadores, como também não houve, de parte das empresas que se chamaram, a menor preocupação em garantir que, por sua vez, os melhores encenadores portugueses fossem a Espanha montar alguns espectáculos.

Enquanto as coisas assim vão correndo, aqueles escritores que se sentem traídos pelo teatro ou tocados por uma verdadeira vocação de dramaturgos, à míngua de palcos, confiam ao livro e à forma impressa os escritos impedidos de se tornarem espectáculo.

Entre nós, o teatro tende, assim, a tornar-se apenas um género literário como qualquer outro, circunscrito ao âmbito do papel impresso e tendo na letra de forma a única via para pôr termo à sua situação de ineditismo.

Nos palcos, os originais estrangeiros, encenados por estrangeiros e interpretados, por vezes, com a intervenção de actores estrangeiros; na gaveta ou, quando muito, em livro, os originais portugueses — eis, em síntese breve e dolorosa a situação actual do teatro português.

Mas, apesar disso, é cada vez maior o número dos escritores que, experimentados e com carreira já feita e nome conquistado noutros domínios literários, nomeadamente a ficção, vêm tentando o teatro, na esperança longínqua de uma futura representação.

É às suas obras, as únicas a que, embora negando à expressão a plenitude do seu conteúdo, é ainda legítimo chamar teatro português, já que o teatro representativo, o teatro espectáculo, em Portugal não se quer português, mas francês, como em Paris, (e aí temos o S. Luís a abrir generosamente as suas portas às companhias francesas que, em tournée cultural pelo província, nos trazem Marcel Achard e outros aplaudidos e talentosos dramaturgos galeses...), inglês, como em Londres, americano, como em Nova Iorque, espanhol, como em Madrid, é a essas obras que não são representadas, porque há quem tenha interesse em que se mantenha o tão apregoado acrisse do teatro, é a elas que vamos dedicar a nossa atenção.

2. A FARSA

Tentando o teatro através da farsa, José Rodrigues Miguéis, Romeu Correia e Augusto Abelaira realizaram três obras que, apesar de evidenciarem todas elas objectivos de crítica social, se situam em planos diversos e apresentam muita diferentes estruturas e características.

«O passageiro do expresso», de Rodrigues Miguéis, traz imediatamente ao nosso espírito a lembrança do teatro de Raúl Brandão, especialmente «O doído e a morte», embora o criador de «Leah» esteja longe de atingir a densidade poé-

tico-metafísica, a riqueza intuitiva ou o atmosfera fantástica e opaca do escritor do «Humus».

Há, contudo, na sua peça algo da atmosfera dramática de Raúl Brandão, da sua maneira de pôr em teatro as situações e as problemáticas, da sua ironia ácida e do seu obsidiano sentido do grotesco, embora aqui servidos por uma menor seriedade e densidade dramáticas, por uma dialéctica menos funda, fechada e obscuro, por uma metafísica menos cerrada e interrogativa sobre o sentido do humano existir e da morte.

O acento capital da farsa de Rodrigues Miguéis, que, como notámos, não oculta visíveis intenções sociais, a que o teatro do seu mestre, para quem o sobar ver com inteligência, é praticamente alheio, encontra-se, não só nessa mesma crítica social como também, e de maneira preponderante, na problemática da expiação, do remorso e do perdão e do valor da justiça humana em conexão com uma possível justiça superior.

No seu humanismo radical em crise, a peça de Rodrigues Miguéis, apesar de um pouco timidamente, insere-se, assim, no plano da relação da imanência com a transcendência, embora de uma transcendência recusada.

É precisamente essa relação que falta em absoluto em «O vagabundo das mãos de airo», de Romeu Correia, ou em «A palavra é de airo», de Augusto Abelaira.

Na primeira peça, o autor tentou uma feliz transposição do teatro popular, particularmente bem lograda no primeiro acto, por ser aquele que mais próximo se encontra do ambiente e do temática desse mesmo teatro.

A atmosfera fantástica e poética criada para nos ser contada a história, entre grotesca e dramática, deste simpático vagabundo criador de bonecos de trapo e serradura, que subitamente se animam e vivem perante o público, a linguagem viva, pitoresca e autenticamente popular do diálogo, o movimento cénico, a originalidade da concepção e as qualidades espectaculares do texto concorrem para que esta farsa de Romeu Correia seja um curioso exemplo de como é possível fazer verdadeiro teatro popular, sem necessidade de recorrer a fechados regionalismos ou a artificiais dialécticas sócio-económicas.

A peça de Augusto Abelaira encontra-se no polo oposto. Aspirando a uma universalidade que o autor julga conseguir por um utópico desenraizamento internacionalista, visa, não já a crítica da pequena burguesia, rural ou cidadina, mas a sátira hábil de determinadas estruturas político-sociais contemporâneas.

A partir da ideia dos contadores de palavras e seguindo as consequências que daí adviriam, a lúcida inventiva de Abelaira leva-o à criação de sucessivas situações de um absurdo rigorosamente lógico, a colocar perante nós, ampliadas pelo traço grosso da caricatura e da sátira, a monstruosidade e a desumanidade de todos os despotismos económicos, políticos ou culturais que limitem ou coactem a humana e radical liberdade de falar, agir e amar.

3. O DRAMA HISTÓRICO

«O render dos heróis», o «auto narrativo» com que, dentro dos moldes do teatro épico de Bertolt Brecht, José Cardoso Pires fez o seu estreia como dramaturgo, pretende ser, como afirmou o próprio autor, «a parábola dos heróis sem estandartes», ou, por outras palavras, a apresentação cénica, a partir de um evento histórico, aproveitada dramaticamente sem historicismos, do fracasso, quando não mesmo do grotesco, da acção sem pensamento, dos ideais sem ideias.

O que Cardoso Pires fez, não foi pôr em causa os autênticos heróis, em qualquer das várias formas que Carlyle tão bem estudou, mas apenas denunciá-los falsos heróis, evidenciando, pela sátira e pela caricatura, as suas contradições, a falta de suporte do seu agir, o primarismo dos seus móveis, a carência de uma esclarecida finalidade superior para a sua luta.

Todas as suas personagens são pobres-díobos, canhestros e desorientados, desde a basófia militar do coronel Matamundos e da crapulosa do sargento Sargentanos até à vocividade balofa do doutor Silveira. Esta forma de apresentar as personagens, de as pôr a falar e a agir, patenteia bem a intenção crítica do autor, a amoralidade que pretendeu se extrair do apólogo e que as personagens típicas dos comedies e do cego particularmente salientam.

Com «O render dos heróis» Cardoso Pires concebeu e realizou uma peça literariamente muito interessante mas que,

todavia, se aproxima por vezes mais do ritmo e do desenvolvimento cinematográficos ou romanesco do que do movimento e do tipo de espectacularidade propriamente teatral.

Se a narrativa dramática de Cardoso Pires pertence mais à literatura do que ao teatro, «Felizmente há mar», de Luís de Sttau Monteiro caracteriza-se pela sua acabada teatralidade.

Peça concebida por verdadeiro talento de dramaturgo, com os olhos sempre postos no palco e nas exigências cénicas, o drama do jovem romancista de «Angústia para o jantar» aponta o caminho de um teatro histórico actual em que a erudição, o pomposo enfiado e o documentário poirento são substituídos por uma reacção dos acontecimentos a partir da perspectiva e da problemática do hoje.

Tomando por base do drama a revolução liberal de 1817 e a figura de Gomes Freire, Sttau Monteiro, apesar de morido por evidentes intenções políticas, escreveu uma peça que evita as grandes tiradas declamatórias, as invectivas mais ou menos apaixonadas, enfim a sobreposição da política, da demagogia ou do panfletarismo ao teatro e antes se caracteriza por uma economia de processos e uma contensão verbal verdadeiramente exemplares.

Servindo-se da figura de um herói-chefe político que, aliás, nunca aparece em cena, e jogando com um número reduzido de personagens, foi possível a Sttau Monteiro construir um drama a que não falta nem o ritmo crescente e denso da acção, nem sequer a presença clássica do coro, representando simbolicamente o povo.

4. A TRAGÉDIA

Depois da farsa de Raúl Brandão, do drama de Alfredo Cortês e José Regio, o teatro português ascende à tragédia com Bernardo Santareno, cuja obra, colocada no centro de uma dialéctica da imanência e da transcendência — entre diabólica e divina — assume, através de um sensualismo místico, de um fatalismo existencial, da uma violência poética e barroca, de um desejo carnal de ascese e purificação, aquela radical cisão que caracteriza a autêntica tragédia.

Situando a acção da maioria das suas peças em ambientes populares de personalidade ainda não adulterada — pescadores e gente do mar («A promessa», «A excomulgada», «O lugres», «António, marinho», «Sarranços agrestes e duros» («O crime de Aldeia Velha», «O pecado de João Agonia»), campinos («O duelo») — Bernardo Santareno tem vindo a trazer para o teatro aquele povo português forte, heróico e arrebatado que mais perto se encontra dos velhos mitos, de um inconsciente colectivo que se exterioriza e revela em crenças e superstições, fatalismos, agúrios e maldições.

Isso acontece mesmo quando Santareno parece querer ceder à tentação fácil de uma dialéctica social e classicista, como acontece em «O duelo», pois ainda aqui a chave da tragédia é o sobrenatural demoníaco e sacrilego, a superstição e a magia, a necessidade catártica que só o sangue violentamente derramado satisfaz.

Há em Bernardo Santareno uma angústia teológica, uma apertela de pureza, um impulso vital de angustiação, do restituição e regresso a uma ordem primordial alterada, que o impede de infiltar no teatro que se fecha nos limites estreitos de uma prospeção sócio-económica.

A prova-la ai estão, além do mesmo «O duelo», «O pecado de João Agonia» e «Os anjos e o sangue».

A primeira de estas duas últimas peças retoma o problema que subjaz o «O bailarino», mas fá-lo com uma maturidade e uma mestria que faltavam àquela.

Num ambiente serrano, violento e rude, próximo do de «O crime de Aldeia Velha», desenrola-se o drama cuja atmosfera densa de prosaígo e temor se vai adensando de acto para acto, até tornar inevitável a morte ritual e purificadora que lhe põe termo.

Presos de um sobrenatural cego e vingativo, mais atento às maldições dos homens do que à verdade do bem, as personagens de Santareno vivem num autêntico ambiente de tragédia, do pavor fatalismo, dominados por forças desconhecidas e ocultas, mágicas ou diabólicas e alheias à liberdade e à graça.

Com «Os anjos e o sangue» parece querer romper-se esta atmosfera sufocante e trágica.

Nesta peça Santareno abandona os ambientes populares bem marcados e o seu processo de realismo poético para situar a acção num ambiente citadino, em que

a fantasia supera o realismo habitual, o simbolismo das figuras marcadas e ostensivamente se recorta, ao mesmo tempo que nela surgem aspectos da nossa actualidade sociológica estranhos às suas peças anteriores.

É evidente aqui a presença dominante e envolvente do mistério (espectacularmente expressa nos finais das cenas IV e V, nomeadamente no barroquismo da primeira) — desde a silenciosa insólita procissão que, naquela noite de Natal, conduz a imagem mutilada da Virgem e do Menino, que não pára de sangrar, e leva a boa-nova à actriz envelhecida e voluntariamente iludida, ao doente incurável, cujos amores são contrariados em nome da conveniência e do bom senso, dos frequentadores do bar, dos anjos caídos, àquela juventude pervertida e criminosa — até à consumação do sacrifício, à aceitação da morte e à fusão do sangue da imagem do Deus recém-nascido com o do jovem morto.

Ao lado da mesma angústia teológica, do mesmo angelismo saudoso, há, pela primeira vez, no teatro de Santareno uma abertura a um sobrenatural essencialmente divino, dominado pelo mistério e pelo milagre, como já acontecia com «O lugres», aponta-se o caminho para um teatro épico que, permanecendo fiel à lição aristotélica, se pretenda expressão de sacralidade.

5. O «NOVISSIMO» TEATRO

Quem tenha acompanhado com alguma atenção a marcha da cultura portuguesa nos últimos anos, decerto que terá notado o crescente interesse que a juventude vem manifestando pelo teatro.

Foi primeiro a fundação de vários agrupamentos experimentais de âmbito universitário, depois a afluência cada vez maior de gente moça aos espectáculos de teatro novo, as enchesitas que registam as sessões especialmente dedicadas aos estudantes e o entusiasmo com que decorrem os debates e colóquios que algumas empresas promovem e, por fim, o lançamento editorial de várias colecções de teatro.

A última prova desse interesse deu-a o aparecimento recente de uma colectânea do «novíssimo teatro português» e a atribuição do prémio de Revelação de teatro, da Sociedade Portuguesa de Escritores, a um autor de vinte anos.

Contrariando a tradição da cultura portuguesa, a geração de 60 afirma-se, não só pelo lirismo mas também no dramaturgia, se bem que os seus originais até hoje publicados apresentem tendências e valores muito diversos.

«O general», de Artur Portela Filho (que é também autor de outra peça, ainda inédita, «A rotativa»), embora revele certa facilidade em construir um diálogo e aquele pensar satírico próprio do temperamento literário do autor, enfim, no entanto, da carência de um suporte intelectual e de uma total gratuidade.

Idênticos defeitos apresentam os «Fúnebres», de José Estêvão Saspertes, se bem que aqui haja menos talento literário.

«O delator», de Maria Teresa Horta, apesar do seu carácter esquemático de apontamento a desenvolver num texto mais extenso (dois ou três actos), contém já qualquer coisa de positivo, certa força dramática e um conflito com interesse espectacular.

Fiana Brandão, cuja peça «O museu», de nulo interesse, denota um discípulo demasiado servil ao pior Ionesco, escreveu, com «Os chapéus de chuva», uma farsa muito curiosa e de grande interesse cénico.

Emancipando-se parcialmente da tutela do dramaturgo romano e servindo-se de situações e soluções cénicas de certa originalidade, recorrendo a um estilo poético, (por vezes excessivamente literário), Fiana Brandão deu à sua peça a dimensão de uma meditação sobre a solidariedade, amor e a guerra, que ultrapassa o mero nível sociológico, para penetrar um terreno existencial a encerrar-se em esperança.

Parece-nos, porém, ser Augusto Sobral (cujo «O consultório», integrado no 2.º espectáculo do «Teatro das Novas», nos não foi possível ver) a figura mais importante deste feixe desigual de jovens candidatas a dramaturgos.

A sua peça «O barrão», integrada na melhor linha do teatro de Raúl Brandão, revela já uma maturidade, um conhecimento da matéria teatral, uma adaptação vocacional à expressão dramática que nenhum dos outros autores, nem mesmo Fiana Brandão, apresenta.

«O barrão» é de facto, uma peça de quem tem realmente algo a dizer em teatro. Apenas com três personagens e uma situação muito simples, sem necessitar recorrer a qualquer daqueles processos ilusoriamente fáceis que algum teatro moderno pôs em voga, Augusto Sobral soube construir uma farsa em que as lições alheias foram assimiladas, uma farsa que é verdadeiramente sua, pela teatralidade do diálogo, pelas intenções e pelas ideias que põe em cena.

PROBLEMAS MUSICAIS

O ano de 1961 e o limiar de 1962 deram à vida musical portuguesa uma fisionomia que não destoou da dos anos anteriores. Se num caso ou no outro se procura fugir a uma rotina quase pre-estabelecida, a verdade é que se continuou numa orientação, — quanto a nós errada, — de importar por farsa maciça, numa percentagem assustadora, música, solistas e conjuntos musicais estrangeiros em detrimento do que é nacional.

Não há dúvida que um errodo conceito de cultura da maioria dos dirigentes e

POR
ANTÓNIO DE CASTRO

responsáveis pelos assuntos musicais, e que uma pseudo-cultura da maioria dos habituais melómanos existentes em Portugal, vindos de uma massa mal preparada nas Escolas e no meio familiar, contribuíram fundamentalmente para o estado actual das coisas no sector de que estamos tratando.

Seria utilíssimo, até como confirmação do que afirmamos, que se organizasse um inquérito junto das várias camadas populacionais, para se poder tirar algumas conclusões.

Segundo a nossa opinião, emitida pelo menos de há dez anos para cá, é errada toda a obra de cultura que não tenha por base a produção nacional.

Isto é, uma instrução musical autenticamente válida das várias camadas populacionais, pressupõe, pelo menos, uma reforma profunda dos programas musicais das escolas, uma reforma das Conservatórios Nacionais de Música de Lisboa e do Porto, a criação de cadeiras de cultura musical nas Escolas Superiores e até o estudo de uma legislação que proteja a difusão da música portuguesa, tanto em Portugal como no estrangeiro, não se descurando o conseguir-se uma maior protecção à classe musical, em todos os escalões, tanto nos sectores da música chamada séria, como no da chamada música ligeira.

Assim estamos convencidos que para já se impõe a reforma quase total no que respecta à difusão da música nacional, através da Emissora Nacional, de um Teatro de S. Carlos e do Conservatório Nacional de Música.

Impõe-se de vez que, por exemplo, as temporadas de ópera em S. Carlos, deixem de ser organizadas como têm sido até agora. Impõe-se também que os concertos que a Emissora Nacional tem organizado, sejam apresentados com o cunho mais nacional. Não se pode admitir que, tanto aquele Organismo como o outro, sejam pontos de apoio totalmente a estrangeiros e que para a arte nacional se deixem ou reservem ainda agora apenas alguns resíduos.

É verdade que se tem conseguido que aqueles departamento de Estado, depois de ouvirem dizer durante anos, que necessário se tornava modificar os seus programas, tenham feito já qualquer coisa nesse sentido, apesar de ser muito pouco.

A despersonalização de um País até a quebra da sua força interior, são muitas vezes originadas não pela falta de melhores condições económicas, como se pode supor à primeira vista, mas sim por se ter deixado de acreditar em valores espirituais e na pujança da cultura.

Isto é, uma obra de cultura errada até executada num sentido contrário à ideal pátria, contribui para a perda de Fé na Pátria.

É o homem sem Fé na Pátria não defende nem luta por ela.

Defender na prática a ideia hoje arraigada em elites pseudo-culturais que em Portugal não há música com valor, nem artistas, etc., é contribuir na prática, para a ideia de que não há criação musical válida.

Eis porque vimos botando sempre na mesma tecla, de que é tempo de se pensar ou modificar as verdadeiras causas do estado actual das coisas e não se ficar por modificação de paliativo em alguns dos seus efeitos.

É altura de se equacionar de vez um problema que, apesar de aparentemente não ser de interesse vital para o País, está-lhe a causar estragos que poderão ser irreparáveis.

Um País sem cultura própria não tem razão de existir.

E para que isso não suceda, necessário se torna que se faça uma revisão

ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

(Continua na 14.ª pág.)

sensível, só aos cientistas dotados dos meios de investigação necessários é acessível a especialização interpretativa e técnica. Ao comum dos mortais preocuparia unicamente o problema económico, cuja solução se encontraria numa das ciências delimitadas por Augusto Comte, a sociologia. Mas esta sociologia, que a partir de agora ganha tão persistentes raízes entre nós, não busca o acordo entre os homens na sua profunda individualidade: apenas os une na zona epidérmica dos interesses materiais, podendo pois dizer-se que a sua vitória definitiva não seria uma vitória do homem, mas uma vitória sobre o homem. Não se nega por antítese a importância dos problemas económicos, mas pergunta-se se a sua solução deverá estar indissolúvelmente ligada, como o quis Sérgio, à diminuição do humano, à menorização do homem profundo e cognoscente, à abolição da viagem transcendental, que implica a designação genérica, abstractiva e matemática de sociedade. Em relação ao aspecto específico que vimos observando, não podemos deixar de sublinhar aos leitores atentos que nos conceitos substantivos de sociedade, ou verbais de acção social, ou científicos de sociologia, ou políticos de socialismo, se dissolvem por completo os valores pátrios, os homens perdem o sentido épico de uma missão nacional que os transcende e arrebate, o idealismo futurista e redentorista é substituído pelo anquilosamento dos interesses egoístas e mesquinhos, enfim, para empregar os termos da mitologia camoneana ou cervantina, o Velho do Restelo aniquila finalmente Vasco da Gama, o sequioso dos espaços — e Pança acaba por ser o tiranizador de D. Quixote, o visionário. Por outras palavras, deixando de dar justificação ao desejo de autonomia cultural, a independência política passa a ser uma contingência sócio-económica, sujeita a plebiscito.

Companheiro de Sérgio na «Seara Nova», Raul Proença não se restringiu tanto aos domínios sociológicos e racionalistas, procurou estudar teorias místicas como a do Eterno Retorno e, nas páginas que escreveu para o «Guia de Portugal», foi sem dúvida mais atento do que o autor dos *Ensaio* às realidades específicas do nosso povo, da nossa história e da nossa cultura, desenvolvendo elementos para uma antropologia nacional que nem por ser descontínua e empírica, deixou de ter o seu valor.

Vigoroso ensaísta e talentoso poeta, António Sardinha subscreveu em livros como *«Ao princípio era o verbo»* ou *«A aliança peninsular»*, sobretudo na revista *«A nação portuguesa»*, uma doutrinação nacionalista e monárquica, mas, até certo ponto como a de Sérgio, imbuída de sociologismo e racionalismo, de origem positivista e francesa. A sua vinculação às ideias de Maurras e da *«Action Française»* é aliás confessa: a substituição do conceito de pátria pelo de nação, a valorização das instituições sociais, a confusão entre tradicionalismo e arcaísmo no panegírico da história, correspondem de algum

modo à socialização da filosofia do direito, que, em vez de se inspirar dinamicamente nos arcanos sagrados de um povo, é deduzida do contrato social, artificialmente proclamado pelo estado autocrático, entre os homens que nascem num delimitado território.

Ora um contrato, assim como se contrai, assim se dissolve; uma nação, assim como se estatifica, assim se destitui; subsumindo o essencial no acidental, as teses afirmadas nesta década por opositores que na realidade não o são, preparam uma orgânica formal e exterior, que não garante a livre, fecunda e aberta vida espiritual que se sonharia para uma pátria eleita.

IV DÉCADA — 1930-1940

Não será demasiado arriscado afirmar que as teses dominantes nesta década são ainda as propostas e propugnadas na década anterior. Estão vivos e activos um Leonardo Coimbra, um Teixeira de Pascoais, um Fernando Pessoa, mas são os princípios sociológicos enunciados pelos «seareiros», com António Sérgio à cabeça, e pelos integralistas, chefiados por Sardinha, que efectivamente contribuem para a síntese cultural vitoriosa.

Promulga-se uma nova Constituição nacional e é nela visível um elemento, o hegelismo germânico, até então quase inédito na nossa cultura. O corporativismo surge como síntese deste hegelismo, bem como do sociologismo integralista. Uma outra forma sociológica é-lhe aparentada e é teorizada na mesma ocasião, o cooperativismo, que Sérgio traduziu do francês Charles Gide.

Correcção espiritualista e artística ao sociologismo extremamente institucional do pensamento corporativo é sem dúvida a fecunda actividade de António Ferro, designada por *«Política do Espírito»* e estimulante da criação artística e literária do nosso povo e das nossas elites, num generoso impulso a que não é estranha a ligação pessoal e mental deste homem de acção às ideias de Fernando Pessoa, da revista *«Orpheu»* e, mais remotamente, do lusitanismo saudosista e messiânico de Pascoais.

No campo propriamente da filosofia, os pensadores que se revelam neste período são menos característicos do que os das décadas anteriores. Professor de filosofia do direito, Cabral de Moncada reuniu nos seus *«Estudos filosóficos e críticos»*, as conclusões extraídas das suas leituras dos filósofos alemães, como Kant, Fichte e Hegel, a meditação das teses neo-tomistas que, aliás, tiveram também influência na Constituição de 1933, bem como páginas valiosas sobre a teoria dos valores.

Discípulo de Leonardo Coimbra, mas posteriormente aderente à «Seara Nova», que constituiu a reacção sociológica contra o espiritualismo da *«Aguia»*, Sant'Ana Dionísio afirmou-se um polemista vigoroso na sua discussão com António Sérgio (*«Objecções a António Sérgio sobre o valor filosófico da obra de Leonar-*

do Coimbra») e, dentro dos quadros da «Seara», preferiu o mestrado intelectual e político de Raul Proença, sobre o qual deixou a melhor obra de exegese: *«O pensamento especulativo e agente de Raul Proença»*.

Espírito erudito e independente de historiador, Fidelino de Figueiredo não se limitou a ser um incisivo intérprete da literatura portuguesa: em *«Cultura intervalar»* e *«A luta pela expressão»*, entre numerosas obras, reivindicou as relações de dependência da expressão artística para com a especulação filosófica, realizando por conseguinte uma obra de estética que, não libertada ainda totalmente do imanentismo pragmatista das estéticas francesa e americana, constituiu sem dúvida uma superação das teses literárias de Teófilo e Sérgio.

V DÉCADA — 1940-1950

Terminada a guerra, desacreditado o hegelismo da direita, que teve uma das suas expressões no nacional-socialismo, ressurgiu na Alemanha esse novo romantismo filosófico que é o existencialismo. Partindo da obra até então obscura do grande opositor de Hegel que foi Kierkegaard, um Heidegger teoriza um novo ou renovado tipo de pensamento, atento metafisicamente à existência e psicologicamente ao sentimento. Em Portugal, é a Delfim Santos que cabe o papel de estabelecer a ponte do positivismo ambiente para a metafísica existencial. Discípulo de Leonardo Coimbra, o Prof. Delfim Santos foi posteriormente discípulo de Hartmann e trouxe da Alemanha o conhecimento profundo da obra dos maiores pensadores modernos deste país. É sintomático que o seu primeiro livro *«Situação valorativa do positivismo»*, onde tentou salvar o que podia ser salvo de doutrina tão limitada quanto engenhosa, para logo a superar numa ontologia filosófica mais profunda, de raiz hartmanina e heideggerina, num pequeno e útil tratado, a que chamou *«Da filosofia»*. Cateadrático de pedagogia, estranha-se que este professor não ocupe lugar de maior relevo na Faculdade de Letras de Lisboa, mas ao que parece a burocracia das vagas e dos concursos é o que mais importa para o mecânico funcionamento desta secção ministerial. Teorizador de um conceito pedagógico mais livre, mais aberto e menos burocratizado, Delfim Santos vem propondo e defendendo a criação de um Instituto de Pedagogia, que seria sem dúvida muito útil.

Leonardo Coimbra foi também o mestre de Augusto Saraiva, pensador discreto e pouco fecundo, que no entanto publicou *«Reflexões sobre o homem»*, notável tentativa de fundamentação antropológica. Quanto a José Bacelar, só mais tarde publicaria o seu livro fundamental, *«Razão e Absoluto»*. Espírito inquieto e metafísico, com preocupações pedagógicas e democráticas, Bacelar acompanhou de perto o movimento das filosofias francesa e germânica, glosando-as

e comentando-as com propriedade.

É nesta década que são ainda publicados dois livros que merecem especial realce, muito embora os seus autores hajam formulado e apresentado as suas teses fundamentais em época posterior. Com *«O pensamento filosófico de Leonardo Coimbra»*, José Marinho sistematizou pela primeira vez e de forma magistral, as ideias que o fundador da Faculdade de Letras do Porto exprimiu em numerosos livros no estilo incitante, poético e iluminado que tantos adversários lhe acarretou entre os meios universitários de Coimbra e de Lisboa. Esta revisão e aprofundamento da filosofia do mestre foi sem dúvida libertadora para os discípulos, cujo pensamento pessoal começa por então a afirmar-se. Ao mesmo tempo, em 1943, Alvaro Ribeiro edita o opúsculo *«O problema da filosofia portuguesa»*, onde apresenta pela primeira vez as bases de uma reforma pedagógica baseada num modo português de filosofar. Uma vez que um povo não pode depender, no seu movimento histórico, do passado, por mais brilhante que ele seja, isto é, de Comemorações como as que se realizaram em 1940 e se viriam a repetir em 1960, compreendeu Alvaro Ribeiro o verdadeiro problema da nossa autonomia cultural, perante a pressão das grandes organizações internacionais que se estavam criando, como a O. N. U. e a U. N. E. S. C. O., cujo apostolado universalista apenas encobria e encobre o imperialismo intelectual, cultural e mesmo político das grandes potências vencedoras da guerra. Perante a cisão em dois campos extremados destas organizações, competirá a um país como o nosso, em fase de debilidade cultural, mas convicto da sua missão histórica e civilizadora, afirmar, não a demissão perante qualquer das facções em luta pela hegemonia mundial, mas a afirmação de um pensamento próprio, de sinal vitalizante e redentor.

VI DÉCADA — 1950-1960

Não se limitou Alvaro Ribeiro a propugnar animicamente, por intenção pragmática, a existência de uma filosofia portuguesa, com características peculiares e com elementos potenciais que a habilitam a transcender muitas das antinomias que paralizaram a filosofia europeia, de feição germanizante ou gálica. O seu processo foi precisamente o contrário, porquanto, partindo do conhecimento profundo da obra de um Cunha Seixas, um Sampaio Bruno e um Leonardo Coimbra, atento no que aos contemporâneos destes pensadores passara desapercibido. Para além do aspecto histórico, a filosofia de Alvaro Ribeiro foi-se desenvolvendo metódicamente: em *«Os positivistas»*, estudou o modo como a influência positivista se processou junto dos nossos filósofos e escritores; em *«Apologia e filosofia»*, propôs a distinção dos modos de conhecimento gnóstico, sófico e pístico, assim resolvendo o dualismo da razão e da

fé, mas distinguindo nitidamente que os domínios da apologetica não podem e não devem perturbar os da filosofia; em *«A arte de filosofar»*, teorizou a filosofia do movimento, não como uma ciência, mas como uma arte; em *«A razão animada»*, a sua mais importante obra, desenvolveu um verdadeiro tratado de antropologia, em que substituiu a concepção do homem como animal racional, pela do homem como razão animada, numa visão de abertas consequências para o pensamento; em *«Escola Formal»*, e no recente *«Estudos Gerais»*, procedeu à aplicação pedagógica dos seus princípios filosóficos, concebendo intelectualmente a escola nova de que podemos esperar o sonhado estádio da reconstrução nacional, baseada medularmente na reconstrução psicológica, filosófica e religiosa.

Se Alvaro Ribeiro é um pensador essencialmente trinitarista, assumindo o significado simbólico e as consequências filosóficas das três Pessoas, dos três Elementos ou das três Vias, para depois restabelecer a Unidade através do quadriúvium, distinguem-se também neste período dois pensadores que embora sem obra propriamente filosófica, procuraram a autonomia cultural no desenvolvimento poético, simbólico e literário, com domínio de uma Pessoa ou de uma Via. José Régio foi, dentro dos quadros da revista *«Presença»*, o pensador que mais longe levou a perplexidade cristã, na meditação das relações entre o sofrimento humano e o sofrimento do Filho. É certo que, em décadas anteriores, publicara os seus livros fundamentais como os *«Poemas de Deus e do Diabo»*, *«As encruzilhadas de Deus»*, *«Benilde e a Virgem-Mãe»*, *«Fado»*, *«Jacob e o Anjo»*.

São porventura mais expressivos, do ponto de vista que ora nos ocupa, os romances do ciclo *«A velha casa»* e o livro de poemas *«A chaga do lado»*, que mostram a epopeia humana sob o signo do heroísmo cristão, da dor assumida e da angústia religiosa. Atento às condições e virtualidades do nosso povo, Régio não deixou nunca de estabelecer o diálogo entre a Revelação e a condição humana ou pátria que a recebe em seus quadros mentais e culturais.

Agostinho da Silva foi outro discípulo de Leonardo Coimbra e da Faculdade de Letras do Porto, mas adoptou posteriormente as teses sociológicas da «Seara Nova». Fixando-se mais tarde no Brasil, re-descobriu, por assim dizer, o valor único e substancial da mensagem portuguesa ao mundo e, da meditação da terceira Pessoa, do Espírito Santo como símbolo da fraternidade universal e incessante dispensador de sabedoria, veio a desenvolver a tese de que aqui reside o verbo activo da História de Portugal, em livros como *«Reflexão»*, *«Um Fernando Pessoa»* e *«As Aproximações»*. Sem dúvida, esta tese é confluyente das interpretações teleológicas, não só do seu sogro, o historiador Jaime Cortesão, como de todos os nossos pensadores que meditaram a simbólica

(Continua na 15.ª pág.)

UM NOVO CICLO ÉPICO

na poesia portuguesa (1)

1. LIRISMO, TRAGÉDIA, ÉPICA

Toda a tentativa crítica que pretenda ultrapassar, quer o positivismo opinativo-judicativo da crítica impressionista ou de uma crítica universitária e enfatuada, que se pretende unicamente estilística e se afirma pedantemente científica, quer o nível culturalista ou das explicações sócio-económicas, ao mesmo tempo que procure entender na sua especificidade e mais original feição o processo actual da cultura portuguesa, não poderá deixar de meditar a teoria dos géneros e a antologia dos valores poéticos.

Essa meditação em breve mostrará ser o lirismo a primeira e mais inferior forma poética, que corresponde ao momento da máxima subjectividade, ao instante e ao estático. É a expressão acabada do ensimesmamento, de uma subjectividade que se assume, não em sua integral plenitude, em trânsito de realização e relação antropológica, cósmica e divina, mas em imóveis e fragmentários momentos de alteração emocional, de exaltação, paixão ou depressão.

Registo de impressões, sensações e sentimentos de um eu dobrado sobre si próprio, situa-se mais no plano da expressão do que no da verdadeira comunicação, pois incomunicáveis são, não só os pessoais desenganos, desilusões e frustrações do poeta lírico, como, em maior grau ainda todos os automatismos psíquicos (ou como tal apresentados) de uma poesia que substituiu a confissão pela psicanálise.

Se pensarmos, porém, que poucos são os homens que conseguem transcender a adolescência, pelo consciente assumir em si do pensamento e da razão especulativa, superando os planos da opinião e da cultura pela ascensão à livre zona da filosofia, não devemos estranhar que seja reduzido o número de poetas capazes de se libertarem da fase lírica e de tentarem a realização de formas trágicas ou épicas.

Sabido que o pensar comum se detém na categoria da quantidade, fácil será explicar também a rigidez de concepções que afirmam o lirismo como poesia essencial, ou, o que equivale ao mesmo, ser só uma a poesia.

Com a tragédia, segundo dos géneros poéticos, o tempo, o movimento e o pensamento fazem a sua entrada na poesia.

A tragédia representa o primeiro estágio no processo de dessubjectivação, de alargamento e abertura à verdade que define o desenvolvimento dos géneros poéticos mas estadia em que a luta de opostos, o de frontar linear de teses e antíteses, denuncia uma combatividade por via de negação, bem próxima de certo caprichismo dialéctico adolescente.

Enquanto o lirismo pára na metáfora e se encerra no relativismo da verdade para cada um, fazendo, por isso, da sinceridade da expressão de cada momento o seu último valor, a tragédia é já o domínio do símbolo, a afirmação da transrealidade e do sobrenatural.

Correspondendo ao aparecimento do outro, a uma primeira transcensão da subjectividade, à anulação do sujeito nos personagens, à passagem do monólogo ao diálogo, a tragédia é o primeiro género cujo valor supremo é já a verdade. Mas verdade procurada na cisão, através de uma dialéctica do homem e de Deus, a que falta um elemento mediador, capaz de conferir superior conclusão ao movimento que a anima. Daí o carácter necessariamente não solucionante de todo o teatro trágico. Nefe diálogo-se, fala-se e age-se convergente ou divergentemente, mas não se conclui, não se muda de plano ou não se ligam os planos, não há ligação nem religião.

Ao trazer-nos aquele terceiro termo mediador que falta à tragédia, a épica inaugura um dinamismo novo, que lhe permite uma forma ternária e ascensional, e não já linear, de movimento.

Representando o máximo de criação pessoal, — pois não vive já de símbolos preexistentes, como a tragédia, mas de mitos inventados, recriados ou assumidos — a épica é, ao mesmo tempo, a forma poética em que melhor se realiza o processo de dessubjectivação, de superação da subjectividade em si do lirismo e da dialéctica da imanência e da transcendência, própria da tragédia.

Esta progressão para a verdade e para o absoluto que a poesia épica representa confere-lhe o mais elevado lugar na teoria dos géneros poéticos, coloca-a quase no limite. Com ela termina a arte poética; para além dela abre-se o

POR
ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

caminho da razão especulativa, do pensar conceitual, da filosofia.

2. FERNANDO PESSOA E A MODERNA POESIA PORTUGUESA

Dominado por um ensino que promove a poética e a filosofia da literatura, cansado pela avalanche de livros, brochuras e fascículos de monótono lirismo e servido por uma crítica que desconhece e menospreza o valor dos géneros poéticos e a sua hierarquia, o público português, não só ignora a importância da épica portuguesa, como não se deu ainda conta do significado do aparecimento recente de obras que marcam o início de um novo ciclo da sua manifestação.

Portugal é, de entre as pátrias do mundo moderno, aquela que possui a mais extensa e valiosa linha épica. Desde o teatro de Gil Vicente, o *Amadís* ou a *Menina e Moça* e todos os romances e novelas de cavalaria que, ainda isentos do compromisso lírico do romance psicológico, trataram épica o amor, até a *Os Lusíadas*, à *Pátria*, ao *Maramas*, ao *Regresso ao Paraíso* ou à *Mensagem*, afirma-se uma constante épica que, embora expressa em menor número de obras do que as produzidas no género lírico, no entanto as excede em grandeza e significado, por conter formas superiores e originais e por corresponder à mais alta épica nacional de toda a modernidade.

Épica que se revela e renova nos momentos mais críticos da manifestação do ser da pátria, pela voz dos poetas-profetas que mais lúcida e visionariamente a desvelaram e dinamizaram — Camões perante a ameaça da dominação castelhana, Junqueiro aquando do *últimatum* inglês, Pascoais no início do regime republicano, Fernando Pessoa em face da crise do seu tempo — hoje, no momento crucial que atravessamos, mais uma vez fala e canta, sob o signo da esperança.

Fernando Pessoa foi na primeira metade do século, a última grande voz dessa epopeia, que nele, através do simbolismo dos seus heterónimos e do seu drama em gêneros, acentuado do coisismo antimetáforico e naturalista do lirismo de Alberto Caeiro, através da epopeia marítima de Álvaro de Campos e do classicismo pagão de Ricardo Reis, a épica transcende ao anúncio daquela Índia nova que não existe no espaço em busca da qual deverá partir a nossa Raça «em naus construídas daquilo de que os sonhos são feitos».

Mas, apesar de toda a aura e prestígio que têm envolvido o nome e a sua obra, de toda a influência que exerceu e ainda exerce na poesia portuguesa, a sua verdadeira e fundamental lição só agora começa a ser entendida.

Com efeito, a poesia de Fernando Pessoa encerra duas fundamentais lições — uma, a essencial, a de uma poesia de transcensão do real positivo e aparente, veículo de uma insatisfeita viagem existencial de procura da Verdade, de decifração do enigma e do mistério de si próprio da pátria e da humanidade; a outra, embora historicamente circunscrita e limitada, formal exigência da primeira, de libertação da palavra e de uma sintaxe degradada pela poesia finisecular em seus prolongamentos e epígonos novecentistas.

Se a geração da presença passou praticamente ao lado de qualquer destas lições, pois a grande poesia teológica e metafísica de um Régio ou de um Torga relevam outras fontes e de outras raízes, eminentemente dramáticas, e se o grupo colmeirão do neo-realismo, no aspecto formal, cabe dentro dos quadros tradicionais da *Presença* e, no programa de acção, depende de mais antiga e estrangeiro fundamento, à corrente lisboeta da geração de 1940 coube receber, pela primeira vez, uma parte da herança do poeta dos heterónimos.

Foi, porém, tentada pelo aspecto mais fácil e aparentemente mais moderno — porque em muito mais conforme com o mestrado aceite de Rilke e da poesia inglesa — deixando de lado a mais funda e essencial lição do poeta érfico.

Daí que a sua poética, embora com uma frequente colaboração metafísica ou até social (Tomaz Kim), tenha vindo a exprimir-se através de um hermetismo

(Continua na 14.ª pág.)

europa
áfrica
oriente

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO
LISBOA PORTUGAL

COLECCÃO

POETAS DE HOJE

Cancioneiro da poesia luso-brasileira dos séculos XIX e XX

1. POEMAS DE ÁLVARO FEIJÓ
2. POESIA — III
de José Gomes Ferreira

PRÓXIMOS VOLUMES:

POESIAS (1941-1961)
de Carlos de Oliveira

OBRA POÉTICA
de Saúl Dias

QUARTA-FEIRA
de João Cabral de Melo Neto

POESIA — I
de José Gomes Ferreira

*

TODOS OS VOLUMES POSSUEM A REPRODUÇÃO DE UM POEMA AUTÓGRAFO E SÃO PRECEDIDOS DE UM ENSAIO CRÍTICO-BIOGRÁFICO

PORTUGÁLIA EDITORA

Na colecção «Ontem e Sempre»

ACABA DE SAIR

A PONTE SOBRE O DRINA

DE

IVO ANDRICH

Prémio Nobel - 1961

Um vigoroso fresco de mais de três séculos de vida numa pequena cidade da Bósnia . 45\$00

Na mesma colecção:

A SEMANA SANTA, de L. Aragon 75\$00

DONA BÁRBARA, de Rómulo Gallegos 45\$00

SPARTACUS, de Howard Fast 45\$00

— ● —

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

RUA DAS FLORES 45 — LISBOA 2

EUROPA OU PORTUGAL? QUE EUROPA? QUE PORTUGAL?

(Continuação da 1.ª pág.)

-se, repete-se, actualiza-se, segundo as determinantes sociais de cada época. Actualmente, exprime-se da seguinte forma: Portugal é uma nação europeia ou é uma pátria trans-europeia? Aparentemente, dir-se-ia ser possível conciliar as duas proposições. Neste primeiro artigo, limitar-nos-emos a pôr algumas interrogações e a sugerir alguns problemas que advêm de um complexo entrecrocado de tendências.

Imediatamente, Portugal é posto perante algumas opções, cujo carácter de opção se procura escamotear. No plano económico:

Há conciliação viável entre a adesão ao Mercado Comum Europeu e a criação do Mercado Comum Português?

No plano político:

Há conciliação possível entre o projecto de uma República Federal Europeia e a hipótese de uma República Federal Portuguesa?

No plano cultural:

Há conciliação realizável entre a Comunidade Europeia de Escritores e a Sociedade Portuguesa de Escritores?

No plano antropológico:

Há conciliação válida entre o ideal do Homem Europeu de amanhã, proposto como tema do próximo Congresso da Fundação Europeia de Cultura, e o ideal do Homem Português de amanhã, implícito na tradição supra-racial e supra-continental dos portugueses, quaisquer que sejam as suas tendências políticas?

No plano linguístico:

Há conciliação desejável entre o domínio europeu de três ou quatro línguas da base, e a liberdade criadora, original e conceitual de outras línguas de menor repercussão social, mas tanto ou mais valiosas no plano puramente intelectual e expressivo?

No plano filosófico:

Há conciliação atingível entre as filosofias pragmatistas e voluntaristas que enformam hoje o ideal da Europa, e as filosofias de movimento que se desenvolvem em países de orla marítima, como a Inglaterra ou Portugal?

Um dos nossos redactores esteve presente no Congresso da Comunidade Europeia de Escritores que acaba de se realizar em Florença, o qual recusou a colaboração com as Sociedades ou Organizações nacionais de escritores, dando assim origem a um discutível critério selectivo, certamente não representativo do escol intelectual dos diferentes países. Observámos o seu ambiente, mas muito brevemente completaremos a nossa opinião, pois o mesmo redactor foi convidado para o Congresso que a Fundação Europeia de Cultura e a Fundação do Prémio Erasmo levam a efeito no fim do mês em Bruxelas. O tema deste Congresso será: «A educação do europeu de amanhã». Assim, no próximo número estaremos habilitados para completar os elementos que hoje trazemos aqui, até porque é difícil, sem um conhecimento directo e vivido dos problemas, das pessoas, das instituições e das ideias que as enformam, distinguir entre as 5 Europas, cujos respectivos conceitos se degladiam.

Vale a pena distinguir estas 5 Europas, radicalmente diferentes como ideal umas das outras, como contribuição para com o conhecimento aberto de um tema essencial da nossa época:

EUROPA I—A Europa é um continente geográfico.

Europeus são os países que pertencem à porção de terra conhecida tradicionalmente pelo nome de Europa. Ideal italiano, vitorioso na concepção da Comunidade Europeia de Escritores, que agrupa indistintamente as nações para cá e para lá da Cortina de Ferro.

EUROPA II—A Europa é uma convergência de interesses económicos e políticos, uma sociedade que se forma como um bloco, com o fim pragmático de combater outros blocos actualmente existentes no mundo. Ideal franco-alemão, vitorioso na formação do Mercado Comum Europeu e a que nos parece realizar-se a Fundação Europeia de Cultura. Outra modalidade desta Europa predominantemente política é a que, através de um conteúdo neo-fascista, surge sob as designações de «Nova Europa» ou «Jovem Europa».

EUROPA III—A Europa é uma Raça. Neste sentido, o lugar geográfico perde a importância, o interesse económico é secundário, o Europeu passa a ser todo o homem de raça branca, seja ele cidadão de um país propriamente europeu ou americano. Será extremamente difícil, ou até mesmo impossível, distinguir entre um ideal europeu ou um ideal ame-

ricano de vida, pois na realidade os países americanos estão naturalmente vinculados à sua origem europeia.

EUROPA IV—A Europa é um berço. A Europa não tem realidade própria, quer para o cristianismo, quer para o marxismo, pois ela é apenas o berço que embalou correntes universalistas destinadas a dominar todos os continentes, retirando o substrato ideológico ou mítico que se lhes queira atribuir.

EUROPA V—A Europa é um exemplo. Para além da Europa existencial da Geografia, da Política, da Raça ou da Origem, haveria uma Europa essencial, propondo ao mundo um modo de vida e de pensamento, certamente impossível de reduzir a conceitos ou de exprimir em fórmulas, mas em trânsito para a absorção dos restantes continentes.

O processo de europeização tende a conduzir as nações e as raças ao ponto considerado óptimo, do estilo de vida europeu. O estabelecimento de uma mediania mundial de exemplo ou paradigma europeu tem encontrado bom acolhimento na O.N.U. lugar comum de políticos e diplomatas.

A Europa, como pátria ou projecto, de qualquer destas 5 Europas oferece porém profundas dificuldades, de que apenas referiremos por ora as mais patentes.

EUROPA I—A noção geográfica de Continente não tem conteúdo real, mas apenas classificativo. Assim, a Rússia e a Turquia são nações semi-europeias, semi-asiáticas.

Ao mesmo tempo, a projecção de Portugal na África, na Ásia ou na América não é uma ficção, mas um autêntico fenómeno de alargamento extra-europeu. Mesmo no caso do Brasil, politicamente independente, ele representa ainda uma extra-europeidade da alma portuguesa. Há certamente mais afinidades entre Portugal e as províncias ultramarinas, entre a Espanha e a Argentina ou o México, etc., do que entre estes países semi-europeus e outros países como a Finlândia, a Albânia ou a Islândia. Cinco ou seis mil quilómetros de terra separam mais que cinco ou seis mil quilómetros de mar. Da Europa à Europa é mais longe do que da Europa à Ásia, à África ou à América.

EUROPA II—A criação de um bloco europeu fortíssimo, inserido política e economicamente em cunha entre a América e a Rússia, e disputando a estes dois blocos a influência político-económica junto dos países africanos e asiáticos pode ser uma exigência pragmática do momento mundial, mas pode também ter consequências graves, quer no domínio guerreiro, quer no acalmar dos ódios sociais contra os detentores do poder e do dinheiro. Separar, extremar, dividir continentes e blocos à base da geografia, da raça e do dinheiro é o ideal voluntarista extremamente contestável no plano espiritual.

EUROPA III—O Racismo é uma doutrina condenada, não só desde os deploráveis excessos de nazismo, como na própria teoria, de base fisiologista, positivista. Ele reaparece todavia sob novas formas, e uma das suas formas parece-nos ser o arrogante orgulho de SER EUROPEU.

EUROPA IV—Se a Europa é um berço, também o são, por exemplo, no berço de doutrinas superiores, a Ásia, a África, se nos lembrarmos do Egipto. Há diversas correntes universalistas em marcha no mundo e nem todas são de raiz europeia. Como atribuir valor absoluto a uma doutrina universalista? Como vinculá-la a um Continente?

EUROPA V—Quanto ao estilo de vida europeu, proposta como paradigmática, já não é possível ocultar a sua crise de valores. O «chamvinismo» europeu é incomparável com patriotismo, porquanto não tem a justificá-lo uma língua, no pensamento, uma consciência concreta de missão.

Alargámo-nos mais do que desearíamos e vamos pôr ponto final nestas ligeiras considerações. Elas significam apenas uma proposta à meditação. Num país cujo sentido histórico, ao longo de oito séculos, foi o da descoberta do mar e do ultramar, natural seria que a ideia exclusivamente europeia parecesse estreita e limitativa. Com estas palavras, abrimos um diálogo, esperando que nele queiram participar os nossos leitores.

ANTÓNIO QUADROS

SOCIEDADE NACIONAL DE SABÕES, LIMITADA

FABRICANTES DE GLICERINAS

ÓLEOS INDUSTRIAIS

SABÃO OFFENBACH

BEATO

SABÃO ACTIVADO

SONASOL

RESINAS SINTÉTICAS

INSTALAÇÕES FABRIS E ESCRITÓRIOS:

RUA MARVILA 151 — Telefone 38 1571 — Teleg. OFFROSA

LISBOA

BEBA

CERVEJA

E PREFIRA AS MARCAS

DA

SOCIEDADE CENTRAL

DE CERVEJAS

UM NOVO CICLO ÉPICO

(Continuação da 12.ª pág.)

e duma «pureza» formal em que cada vez mais as palavras tendem a ser apenas palavras, as imagens apenas imagens, a reduzir-se a um lirismo contido e intelectualizado (apesar de algumas tentativas de superação através de momentos épicos e de uma temática onde o mar, o longe, o mistério e o indefinido ocupam lugar preponderante, como acontece em alguns poemas mais recentes de Ruy Cinatti ou Sophia Adresen) ou até quase matematizado (Jorge de Sena), em que uma imagética insignificante ocupa todo o lugar da simbólica ou do mito.

Estas tendências excessivamente formalistas e desenraizadas têm-se agravado e falsamente depurado num cultismo frio e desvitalizado entre os seus epígonos mais jovens que, se não cobrem todo o nosso actual panorama poético, pelo menos lhe dão muito do seu tom dominante.

Também a corrente surrealista apenas pelo aspecto formal, como continuadora, (embora movida por influência estrangeira) de certas antecipações da poesia de Pessoa, ou através da sátira ou de certa poesia citadina de Mário Cesariny ou Alexandre O'Neill, se pode considerar herdeira da lição fernandina.

(Continua)

PROBLEMAS MUSICAIS

(Continuação da 10.ª pág.)

total da forma como se está processando a cultura musical no país.

Das autoridades chamamos a atenção urgentíssima para este problema.

Julgamos que para já, devia ser nomeada uma comissão que apresentaria ao Governo um relatório sucinto com as primeiras conclusões sobre o assunto. Essa comissão deveria ser composta por pessoas de reconhecida competência musical, fora dos quadros da Emissora Nacional, Teatro S. Carlos ou Conservatório Nacional de Música e com os conhecimentos dos problemas inerentes à vida musical portuguesa.

Assim julgamos que a Comissão devia ser formada por 4 membros dos quais um serviria de secretário.

Cláudio Carneyro, Fernando Lopes Graça, Ruy Coelho e João de Freitas Branco poderiam, quanto a nós, ser os nomes indicados para essa Comissão que traria as linhas fundamentais a que deveria obedecer a revisão urgente para uma melhor e maior Difusão da Música em Portugal.

ANTÓNIO DE CASTRO

EMPRESA INSULANA DE NAVEGAÇÃO

FUNDADA EM 1871
LISBOA-PORTUGAL
VISITE A MADEIRA E O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

Faça desde já os seus planos para uma agradável viagem no Outono de 1962

CARREIRAS BI-SEMANAIS
ENTRE LISBOA E AÇORES
Serviço hebdomadário entre Lisboa e Madeira assegurados pela Empresa Insulana de Navegação

A partir daquela época estará à sua disposição o novo paquete «FUNCHAL» de 9000 toneladas e 20 nós Alojamentos confortáveis e inteiramente climatizados para 400 passageiros

Navio equipado com estabilizadores de balanço

BANCO COMERCIAL DE ANGOLA

S. A. R. L.

CAPITAL E RESERVAS ESC. 55 400 547\$80

Sede Administrativa:
RUA DO OURO, 110
Telefone 3 13 27,
LISBOA

Sede Social:
RUA SALVADOR CORREIA
Caixa Postal 1343
Telefone 4096
LUANDA

Agências em Lobito e Benguela

TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

Correspondentes em todas as praças da Metrópole e do Estrangeiro

AGENTES NOS PRINCIPAIS CENTROS DA PROVÍNCIA

VOLKSWAGEN

o mais seguro
e valioso
emprego de capital!



em exposição

SOCIEDADE COMERCIAL GUÉRIN S.A.R.L.

AVENIDA DA LIBERDADE, 12 - TELEFONO 22 97 51 - LISBOA

E NAS SUAS FILIAIS OU AGÊNCIAS EM: ALMEIRIM, AVEIRO, BEJA, BRAGA, CACILHAS, CASTELO BRANCO, CHAVES, COIMBRA, COVILHÃ, ELVAS, EVORA, FARO, GUARDA, LISBOA - AV. PADRE MANUEL DA HOBBRESA, LISBOA, MIRANDELA, MONTIJO, NOGAL, PORTALSURE, PONTE DE SÓR, PONTE DE SÓR, REGUA, SETUBAL, TOMAR, TORRES VEDRAS, VIANA DO CASTELO, VISEU, MADEIRA, PONTA DELGADA, ANGRA DO HEROÍSMO, E S. TOMÉ

Companhia União de Cervejas Angola

«CUCA»

S. A. R. L.



Fábricas de cerveja, gelo, gás carbónico
e rações para gados



LUANDA — NOVA LISBOA

Delegação em LISBOA: Avenida Almirante Reis, 115



VOANDO COM ...

"JET-FUEL..

SACOR

COMBUSTIVEIS • LUBRIFICANTES

AO SERVIÇO DA AVIAÇÃO PORTUGUESA

SESSENTA ANOS

(Continuação da 11.ª pág.)

implícita na profecia do Quinto Império, como Camões, o P.º António Vieira, Teixeira de Pascoais, Fernando Pessoa, o próprio Alvaro Ribeiro e muitos dos seus discípulos. Poderá objectar-se, no entanto, que a naturalização do pensador à cidadania brasileira, o haja levado a afirmar ter havido transferência de facho, de Portugal para o Brasil. Ora se existe realmente um extraordinário surto económico, social e material brasileiro, não vimos ainda na fraterna pátria, um foco criador de ideias capaz de justificar aquela asserção.

VII DÉCADA — 1960-1970

O acontecimento preponderante da década em que estramos, é a publicação da obra filosófica em que José Marinho vem trabalhando há longos anos, a «Teoria do Ser e da Verdade». É cedo ainda para a interpretar, a comentar e até para extrair conclusões do pensamento que exprime — e é produto de uma das inteligências mais sérias e mais profundas da nossa cultura contemporânea. Pode dizer-se que, tal como a filosofia de Alvaro Ribeiro dominou a década anterior, suscitando o aparecimento de numerosos discípulos e continuadores, a filosofia de José Marinho está destinada a longa aventura espiritual. Espera-se, por outro lado, que a obra dos discípulos destes mestres de pensamento, já expressa em parte em escritos ensaísticos, muitos dos quais inseridos nas páginas deste jornal de cultura, adquira o desenvolvimento pessoal e filosófico que se augura. Citemos a propósito, os nomes de alguns pensadores, que pouco a pouco, vindos de diversas Faculdades e Universidades, se juntaram numa autêntica escola portuguesa de filosofar. Cunha Leão, Afonso Botelho, Orlando Vitorino, Fernando Morgado, Francisco Sottomayor, Luís Zuzarte, António Brás Teixeira, Jorge Preto, Avelino Abrantes, António Telmo, Rafael Monteiro, Armando Luís, Alvaro Cabral, Fernando Sylvan, entre outros que só não citamos por terem escrito e publicado menos.

Vivemos um período em que a gigantesca dialéctica Leste-Oeste, se está actualizando e directamente incidindo, sobre o espaço português e sobre a unidade que há séculos nos vimos esforçando por criar em territórios dispersos de quatro continentes. A resposta que, em plano de profundidade, se pode dar aos espíritos temerosos, é a de que a autonomia cultural sempre radicará a independência política. Apontámos neste panorama cronológico, o movimento cíclico, ora positivo, ora negativo, ora neutro, do processo de expressão da cultura portuguesa e da sua filosofia. Resta saber se o nosso pensamento continuará a ser desacreditado e negado pelas potências sociais, ou se lhe será dada a oportunidade para reconduzir Portugal ao caminho redentorista de que se desviou, mas está a todo o momento ao seu alcance.

A. Q.

57

Pág. 15

CRISE DE UNIVERSIDADE OU A QUEDA DO SÍMBOLO

1. INTRODUÇÃO

Entre os números um e sete, em especial, do jornal «57» foram debatidos pelos seus redactores vários problemas relativos à actual crise da Universidade Portuguesa. Já antes se havia (*) publicado um livro acerca desse mesmo problema e posteriormente surgiu um outro, este publicado pelo Dr. Dias Agudo (2) que, não só pelo filósofo que ele nos veio revelar, mas, especialmente, pela forma como nele se tratam as relações entre os corpos docente e discente, é a obra mais valiosa que ultimamente se tem publicado entre nós relativamente ao problema do ensino. Ainda que não se debruce exclusivamente sobre o problema da Universidade, conseguiu, porém, o autor diagnosticar um estado de desequilíbrio entre o professor e o aluno relativamente à escola primária e ao liceu o que, segundo o nosso ponto de vista, deve ser o ponto de partida para a análise da questão no nível universitário. Por isso não é de estranhar que ao longo deste nosso trabalho citemos várias vezes o Dr. Dias Agudo.

Abriu ainda o «57» um inquérito aos estudantes universitários portugueses, concluindo-se, pelas respostas obtidas, da real existência de uma crise de Universidade. Procedeu-se então ao estabelecimento de possíveis reformas, tendo sido opinião comumente defendida a de uma reforma total em vez das reformas parciais que têm sido tentadas.

Perante todo este trabalho pode-se, agora, perguntar a que título vimos até estas colunas com um artigo referente ao mesmo assunto. Por duas razões o fazemos: porque só os mais cuidadosamente interessados devem ter feito um trabalho de análise em conjunto das várias teses aqui expostas e porque, para os outros, um trabalho de recompilação, além de moroso, seria quase impossível. Para estes, em especial, escrevemos; para os outros, igualmente, na expectativa de que consigamos trazer-lhes novos dados ou pontos de vista.

2. CRISE DE UNIVERSIDADE?

Tem sido, habitualmente, posto nesta base o problema. Muito bem, acrescentemos. Mas, tendo em conta as relações de princípio, meio e fim e porque a actual estrutura do nosso ensino coloca a Universidade no ponto mais elevado, ocorre-nos inquirir se a crise relativa a esta não será extensiva às restantes escalas do ensino, isto é, ao Liceu e à escola primária. E porque acreditamos ser esta a verdade, pensamos que uma futura e radical reforma deve iniciar-se justamente na primeira escola tendo como objectivo final a Universidade. Ainda mais: atendendo a que o ensino comporta em si três realidades, das quais duas essenciais, se deve começar por problematizar a sua existência antes de se preconizar a reconstrução do ensino.

Dessas três realidades, professor, aluno e escola, vamos analisar, neste artigo, a primeira. Parecerá, talvez, estranho que não comecemos pela escola. Po-

rem, esta não é condição essencial para o ensino. Basta talvez citar o caso de Sócrates, padrão imortal de professor, para que a dúvida desapareça. Efectivamente é sabido que Sócrates ensinava em qualquer local, nunca tendo sentido necessidade de um edifício (vulgarmente entendido como escola) para efectivar o seu professorado. Além do mais, tendo estudado o professor e o aluno, facilmente se poderá inferir uma adequada estrutura para a escola, já que, nos tempos actuais, somos obrigados a admiti-la.

3. A QUEDA DO SÍMBOLO OU DO SINAL

Afirmamos já (*) que só uma teoria como o positivismo, paradoxalmente elevada à categoria de filosofia, isto é, sistema informador da actividade humana e do próprio homem, só o positivismo deve ser acusado do actual estado de crise, não só educacional, mas, igualmente, social e humano. Efectivamente, tomando tal doutrina como base da nossa vida, o homem deixou de ser aquele ser em trânsito de um plano puramente cósmico para o supernal, para ser unicamente um ser estático, estático porque eternamente cosmicizado. E assim é que se compreende o esquecimento de que o homem é um ser formado por corpo, alma e espírito (4) afirmando somente as realidades corpo e alma. O espírito, motor que conduz ao superno, jamais será considerado por uma filosofia que nega o sobrenatural. Aplicada, portanto, ao ensino, ela deve conferir-lhe uma função de acordo consigo mesma: formar técnicos, industrializar ou mecanizar o próprio homem.

E, pois, altura de se reabilitar os símbolos, de recolocar nos verdadeiros lugares a sua significação. Para tanto bastará notar que entre professor e professor há uma distância só apreciada por quem conheça bem a diferença entre o símbolo e a palavra.

Professor é o que professa, o que é iniciado numa ordem. Magistério, porque monastério (5) é a casa sacralizada, o Templo onde se formam os monges. Entre monge e mestre há uma equivalência só apreciada pelos espíritos mais livres.

Tudo isto se esqueceu hoje, infelizmente. Por isso não é de admirar que se fale em ensino (marcar um sinal ou sinalizar) em vez de educação, imagem da purificação pela luz (de educare) (6). Instrução é imagem por demais cosmicizada, negando-nos portanto a referirmo-nos a ela; contudo, ela refere muito bem a pernicioso influência da doutrina estranha criminosamente adaptada (quando é adaptada) a realidades absolutamente diversas.

A crise existente em relação ao corpo docente, parte do próprio local onde ele é formado, isto é, do Magistério. Porque se esqueceu a relação entre a filologia e a psicologia, relacionadas admiravelmente pelo génio de Bergson (7), porque os problemas étnicos e antropológicos não fazem parte das matérias de estudo no Magistério, não é de

admirar que são raros professores atenciosos a elas quando são encarregados de exercer a sua missão (verdadeiro missionário é o professor que não «profissionista»). E assim é que se troca educação por ensino e este por instrução.

É a partir do estudo da física e da psique do homem que se deve teorizar as diferenças existentes entre o professor da primeira educação, o do Liceu e o da Universidade. Aquele, professor por excelência, não poderá esquecer que tem perante si um carácter em formação, um ser que possui uma liberdade e que, portanto, a autoridade que lhe é reconhecida como guia fica condicionada pela liberdade do aluno, ou melhor, do educando. O segundo é o mestre e porque a sua actividade se exerce num período em que a personalidade do educando é quase perfeita, ele deve ser o verdadeiro guia. Não é raro chegarem os rapazes e as raparigas ao fim do actual quinto ano dos liceus, sentindo-se verdadeiramente angustiados, embrenhados como estão numa luta ingrata, não sabendo qual é, realmente, o curso que lhes convém seguir. E isto é a crise. O professor do liceu, se fosse o verdadeiro guia, teria encaminhado o espírito dos seus alunos para um curso que, não sendo imposto pela sua autoridade de mestre, era, antes, indicado pelo carácter dos futuros estudantes universitários. Porém, tal não sucede. As razões têm sido por demais apontadas para que as repitamos. Diremos, contudo, que este facto tão notado é ainda o reflexo da aplicação de uma metodologia que, em vez de procurar formar homens, tende a formar técnicos.

O professor universitário é o lento, isto é, o homem que dá lições. É necessário, no entanto, que se entenda o verdadeiro significado de dar uma lição. Repetir apressadamente o que o hábito mecanizou, deixar ao cuidado do aluno a memorização do livro com o fim de passar no exame não é, de forma alguma, leccionar. Na Universidade, mais do que em outra escola, se impõe o restabelecimento do método socrático de inquirição, já que o aluno aí deixa de ser um educando para ser um espírito em actividade, um verdadeiro investigador. Não é de surpreender, pois, que a ele se ponham imensas dúvidas jamais transformadas em certezas pela impossibilidade do diálogo com o professor. O aluno universitário mais do que ouvir tem de ser um interlocutor — e isto não se observa actualmente.

Do estudo do professor passaremos ao do aluno. E, findo esse trabalho, fácil será teorizar a urgente reforma de todo o actual ensino português.

ARMANDO LUIS

(1) «A angústia do nosso tempo e a crise da Universidade», 1956 de António Quadros.

(2) «Introdução à Vida Docente», Lisboa, 1955 de Francisco Dias Agudo.

(3) Cf. n.º artigo «Milagre, Tempo e Espaço» in «57», n.º 10.

(4) «Escola Formal» de Alvaro Ribeiro, pág. 15.

(5) «Introdução à Vida Docente», pág. 15.

(6) «Escola Formal», pág. 32.

(7) Idem, pág. 62.

1. Poderá parecer, à primeira vista, descabido tratar de problemas económicos num jornal inteiramente dedicado aos problemas da cultura.

Porém, somos de opinião de que existe uma interdependência, num sentido mais ou menos lato, entre a Economia e a Cultura.

Assim por exemplo: Um povo com um grau elevado de cultura está mais bem preparado, para viver num sistema económico mais perfeito e conforme às suas necessidades.

Discutir ou fazer compreender que se torna necessária a aplicação de certas medidas de natureza económica, ou aplicá-las mesmo, num povo inculto, é impossível ou apresenta enormes dificuldades.

Fazer compreender a determinados empresários que os operários das suas fábricas não são meros instrumentos de trabalho, mas, fazem parte integrante das

ainda por muito tempo influenciado e mantido em larga escala pela economia ocidental.

Por sua vez a América Latina e a do Norte procuram acertar as suas directrizes, em função dum mundo em evolução constante.

No meio de todo este progresso económico, que em muitos casos continua a ser feito caoticamente, existe uma luta profunda onde a economia de uns procura dominar a economia dos outros.

A acompanhar todo o processo de desenvolvimento económico, os povos têm hoje a percepção de que deixaram, ou estão prestes a deixar, de ser simples joguete de forças económicas e lhes cabe ter uma acção preponderante na vida das suas nações.

As massas populacionais têm vindo a consciencializar que nelas existe uma força social com que se tem de contar.

Com tais movimentos ou forças, controláveis e incontroláveis,

PROBLEMAS ECONÓMICOS

suas empresas, é difícil ou quase impossível.

Pode-se concluir, por conseguinte, que há uma série de questões económicas que podem e devem ser tratadas até em publicações dedicadas somente a problemas de cultura.

2. Como se sabe, somos paladinos dum portuguêsismo não obsoleto, não estagnado, sem cunho de qualquer espécie de idolatria, relacionado com outros povos, onde haja uma assimilação natural e verdadeira de outras culturas que não a nossa.

Por outro lado, também, julgamos que o desenvolvimento do país em todos os seus sectores, incluindo o económico, só poderá ser encaminhado com êxito desde que seja efectuado de dentro para fora e entrando em linha de conta com as nossas características (território, população, riquezas existentes e potenciais) e que o sistema a aplicar em Portugal não esteja, nem numa linha de um capitalismo feroz, nem de um socialismo marxista também em desconformidade com a maneira de ser do português, mas, sim, que o sistema a aplicar tome em linha de conta não apenas aquelas características, mas, também, tenha por base a doutrina social da Igreja.

Já dissemos algures que o progresso económico em Portugal só pode ser uma realidade, desde que satisfeitas outras condições, e que a população inteira seja chamada a participar plenamente, com entusiasmo, vontade e fé, numa obra estruturada em profundidade para colocar o país no lugar que lhe compete entre as nações; desde que, em nível de vida mais elevado lhe dê maiores e melhores possibilidades de viver e que a ajuda estrangeira, sendo necessária, não seja o factor fundamental no progresso do País. Este, terá de acreditar que a ajuda estrangeira sendo necessária e benéfica, repetimos, não resolve só por si os inúmeros problemas inerentes a um autêntico desenvolvimento económico.

Igualmente dissemos já que se deverá pensar-se em entrar para o Mercado Comum Europeu ou para outras «Comunidades Económicas» quaisquer que elas sejam, desde que se tome em linha de conta o Mercado Nacional, em sua dimensão ultramarina, devidamente estruturado.

3. Não há dúvida que a evolução europeia é feita, eventualmente, no sentido de uma Comunidade de interesses com as mais variadas implicações para os países que nela entram e para aqueles que fiquem fora dela.

Não há dúvida, também, que a evolução da Rússia Soviética e da China Continental será para um maior desenvolvimento económico com as mais variadas implicações para o resto do Mundo.

Por outro lado, também se verifica em África um progresso,

em relação às quais se esquece muitas vezes que o homem não é uma simples máquina, por mais bem vestida que esteja, qual será o papel que o nosso país e o nosso povo terão de viver, para que não sejam triturados por Mecanismos que não param?

4. Expusemos atrás quais as ideias básicas que julgamos ser os Princípios para a resolução dos problemas económicos que afectam ou podem vir a afectar o país.

Por outro lado, demos uma nota muito sintética sobre o panorama internacional, nos aspectos de evolução económica.

Estamos convencidos, no entanto, de que há imensa gente discordando da maneira como pensamos e da forma como estabelecemos os primeiros princípios que devem reger as reformas das estruturas económicas em Portugal.

5. Lemos há tempo, num jornal diário, que o sr. dr. Ramos Pereira, economista afamado, tinha pronunciado uma conferência sob o título de «A política económica internacional e a posição da economia portuguesa».

Infelizmente não conhecemos o texto daquela comunicação. No entanto, pelo que lemos nos relatos da Imprensa, concluímos que constitui grande preocupação de Ramos Pereira a série de implicações para o nosso país advindas da sua posição em face da conjuntura internacional.

Sendo assim, e, ao encontro de todos os que «vivem» estes problemas, apesar de opiniões diferentes e tendo como meta final o bem do país, concordamos inteiramente com Ramos Pereira em que há uma necessidade imperiosa, urgente e imprescindível de que todo o país, através dos seus melhores representantes, tanto colectivamente como individualmente, seja chamado a um debate sério, livre e profundo, onde se equacionem os problemas relativos à melhoria do bem estar do país perante o mundo em evolução.

O «Movimento de Cultura Portuguesa» através do «Colégio Português das Artes», vai organizar, entre outras, uma série de conferências onde serão debatidos alguns dos principais aspectos da Problemática Nacional. Assim, reconhecendo a importância da questão em causa, um dos temas fundamentais a ser tratado, será o dos problemas económicos de maior importância para o País neste momento e num futuro próximo.

Concluindo: Não há tempo a perder. O passo que o País der em frente precisa de ser dado com firmeza. Para isso, necessita saber que está a dá-lo com conhecimento de causa e de inteiro acordo consigo próprio.

ALEXANDRE COELHO